



PROJETO
JUVENTUDE

DOCUMENTO de CONCLUSÃO

VERSÃO INICIAL PARA DISCUSSÃO, COMPLEMENTAÇÃO E AJUSTES



INSTITUTO
CIDADANIA

Solicitamos a todos os leitores que enviem observações, sugestões, comentários críticos e possíveis correções até o dia 15 de agosto de 2004.
Rua Pouso Alegre, 21 - Ipiranga - São Paulo - SP
CEP 04261-030 - Telefone (11) 6915-7022
E-mail: contato@projetojuventude.org.br

O Instituto Cidadania agradece a colaboração das quatro empresas parceiras que garantiram o suporte financeiro necessário ao desenvolvimento do Projeto Juventude: **CBMM, Vale do Rio Doce, Telemar e Usiminas.**



Sumário

1 – APRESENTAÇÃO	7
2 – A JUVENTUDE BRASILEIRA HOJE – DIAGNÓSTICO	10
2.1 – A condição juvenil e o contexto atual brasileiro	12
2.1.1 – Alguns números	13
2.1.2 – Educação e trabalho	14
2.1.3 – Integração simbólica, exclusão e violência	14
2.1.4 – Família	16
2.1.5 – Cultura e participação	17
2.1.6 – Participação política	17
2.1.7 – Síntese	18
2.2 – Evolução das políticas de juventude no Brasil	19
2.3 – Avanços recentes	20
3 – DIRETRIZES GERAIS DE UMA POLÍTICA NACIONAL DE JUVENTUDE	23
3.1 – Política estratégica de Estado	23
3.2 – Igualdade de direitos e fortalecimento dos segmentos vulneráveis	23
3.3 – Responsabilidade de distintos atores	25
3.4 – Eixos do novo enfoque: educação, trabalho, cultura e participação	25
3.4 – Programa nacional abrangente	27
3.5 – Novo desenho institucional	28
4 – AGENDA PARA DIFERENTES ÁREAS	30
4.1 – Educação	30
4.1.1 – A escola e o trabalho: transformações para o jovem do século XXI	32
4.2 – Trabalho	35
4.3 – Cultura	41
4.4 – Participação	45
4.5 – Esporte	49
4.6 – Saúde	50
4.6.1 – Saúde mental	52
4.7 – Drogas	54
4.8 – Sexualidade	56
4.8.1 – Diversidade sexual	57
4.9 – Prevenção da violência	58
4.9.1 – Adolescentes e jovens em conflito com a lei	61
4.10 – Mulheres jovens	63
4.11 – Desigualdade racial	66
4.12 – Meio ambiente	69

4.13 – Jovens na área rural	71
4.14 – Juventude indígena	73
4.15 – Espaços urbanos	75
4.16 – Desenvolvimento social	76
4.17 – Previdência	78
4.18 – Turismo	80
4.19 – Defesa	82
5 – SOCIEDADE CIVIL	84
5.1 – ONGs	85
5.2 – Sindicatos de trabalhadores	88
5.3 – Empresas privadas	89
5.4 – Partidos políticos	91
5.5 – Universidades, ciência e tecnologia	93
5.6 – Igrejas e religiões	95
5.7 – Mídia e comunicação	97
6 – QUESTÕES INSTITUCIONAIS	99
6.1 – Organismos gestores do Executivo	99
6.2 – Instâncias no Legislativo	100
6.3 – Legislação em debate	100
6.3.1 – Plano Nacional de Juventude	100
6.3.2 – Legislação específica para a juventude	101
6.3.3 – Conselhos de juventude	101
6.3.4 – Maioridade penal	102
6.4 – Políticas de inserção internacional	102
6.4.1 – Agências da Nações Unidas (PNUD, Unesco, Unicef, OIT, UNFPA etc)	102
6.4.2 – Federações internacionais, articulações, plataformas e redes	103
7 – O QUE FOI O PROJETO JUVENTUDE	105
7.1 – Seminário e oficinas	107
7.2 – Site	109
7.3 – Mapeamento/rastreamento	109
7.4 – Pesquisa quantitativa nacional	109
7.5 – Pesquisa qualitativa	110
7.6 – Organização de três livros	110
8 – CRÉDITOS	112

1 – APRESENTAÇÃO

O Instituto Cidadania promoveu, entre agosto de 2003 e maio de 2004, um amplo programa de estudos, pesquisas, discussões e seminários em vários estados sob o nome Projeto Juventude.

As conclusões desse trabalho estão reunidas no presente documento, entregue em mãos do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, como primeiro passo de uma divulgação nacional que incluirá visitas ao Congresso Nacional, governadores de diferentes partidos, prefeitos de capitais e grandes cidades, autoridades do Judiciário e inúmeras entidades e organizações representativas da sociedade civil brasileira.

Esta primeira redação, seguindo a metodologia dos projetos já desenvolvidos no Instituto, será aperfeiçoada com as observações críticas oferecidas pelos movimentos de juventude, ONGs, especialistas, parlamentares e gestores públicos que contribuíram nas várias etapas do programa, ou que possam fazê-lo a partir de agora.

O Brasil vem adquirindo consciência mais acurada sobre a importância estratégica do tema juventude. Multiplicaram-se na última década as iniciativas – governamentais ou não – voltadas a esse segmento populacional que, no censo de 2000, superou 34 milhões de pessoas, se adotado o critério das Nações Unidas delimitando a faixa etária entre 15 e 24 anos.

Nesse avanço, merece reconhecimento, em primeiro lugar, a contribuição trazida pelos próprios jovens. Enfrentando sérios problemas no mundo do trabalho e na esfera educacional, em número muito expressivo se agregam, se organizam e passam a construir a própria identidade cidadã através de amplo leque de atividades participantes.

Nas práticas de cunho recreativo, cultural, esportivo e religioso, passando pelo envolvimento em ações comunitárias e de solidariedade, os próprios jovens

descobrem saídas. As alternativas encontradas vão da atividade em âmbito local até à militância política nas mais diferentes siglas ou em movimentos sociais que tiveram destaque em nosso processo de reconstrução democrática, como o estudantil e o sindical.

Os jovens apóiam-se, muitas vezes, num valioso suporte oferecido por ONGs, entidades da sociedade civil, fundações empresariais e agências das Nações Unidas relacionadas com essa área, que oferecem programas de incentivo, recursos e instrumentos que são vitais para a participação juvenil em muitas regiões de nosso território.

Em sua reconstrução democrática, também o Estado brasileiro abriu espaços novos para essa mobilização e passou a construir instrumentos institucionais inovadores. Seja no âmbito federal, no estadual ou no plano dos municípios, vêm sendo criadas distintas modalidades de organismos gestores que se direcionam especificamente à juventude. Das câmaras municipais ao Congresso Nacional, o Poder Legislativo começa a se voltar para o tema com um grau inédito de interesse.

No entanto, esses aspectos positivos e registros otimistas não chegam a dar a tônica da questão. O que ainda predomina em nosso país é uma rotina de desconhecimento, desinteresse e des-caso das autoridades frente à dimensão dos problemas que envolvem esse contingente populacional – um quinto da Nação –, que vale como elo de ligação entre o Brasil que temos e aquele que devemos construir.

Neste momento especial da história republicana brasileira, em que o combate à fome e o enfrentamento das desigualdades sociais se converteram em pauta política de primeira grandeza, é preciso **trazer também o tema juventude para o primeiro plano da agenda nacional.**

Há pelo menos três razões para sustentar a importância dessa aposta: o

peso numérico do segmento populacional envolvido; a gravidade dos problemas diferenciais enfrentados por ele; e ainda a reconhecida energia, a criatividade e o potencial de engajamento em mobilizações de cunho cidadão que a juventude tantas vezes demonstrou na história de nosso país e de outros povos.

Além de resumir o que foi o Projeto Juventude e explicar a metodologia adotada, este documento de conclusão oferece às autoridades públicas – de todos os níveis e dos três poderes – bem como a todos os brasileiros desafiados a trabalhar na realização dessa tarefa nacional, três elementos importantes:

a) um **diagnóstico geral** sobre a juventude brasileira nos dias de hoje, que focaliza os dados econômicos e sociais mais importantes para se compreender sua realidade, analisa as políticas públicas vigentes e suas lacunas, questiona preconceitos recorrentes e valoriza a diversidade de iniciativas já em curso;

b) um conjunto de **diretrizes e orientações estratégicas** que despontaram como forte consenso nos estudos e seminários do Projeto Juventude, para serem sugeridas às autoridades governantes e às organizações da sociedade civil, consideradas peças indispensáveis para que o Brasil assumira como prioridade a questão;

c) uma agenda detalhada de **avaliações, recomendações e propostas específicas** a serem consideradas em cada uma das áreas setoriais da ação governamental, ou no âmbito do Legislativo e da pluralidade de sujeitos institucionais que compõem a sociedade civil brasileira.

Levando em conta a vastidão dos temas debatidos, não seria viável – nem metodologicamente correto – afunilar as conclusões desse programa de estudos em um texto com propostas fechadas, prazos rígidos e metas quantitativas inflexíveis.

Além de invadir a esfera de competência legítima que, na democracia, é conferida pelo voto popular aos mandatários do Executivo e do Legislativo, essa opção quebraria a lógica interna que presidiu o trabalho: construção de consensos gerais entre movimentos, instituições, ONGs, especialistas e lideranças políticas que guardam entre si nítidas divergências de ordem conceitual sobre a questão, bem como no que se refere aos alinhamentos ideológicos e afinidades partidárias.

A metodologia seguida no Projeto Juventude e a descrição de seus vários eixos de trabalho – seminários, oficinas, plenárias, pesquisas, site, livros etc – está resumida no capítulo 7 do presente texto.

O produto final de todo o programa está constituído por este documento de conclusão e por mais 12 publicações que correspondem a uma rica fonte informações e dados para estudos sobre o tema:

1. Volume apresentando os dados da pesquisa quantitativa nacional realizada em parceria com o Sebrae, bem como o relatório dos grupos de pesquisa qualitativa;
2. Volume com o registro editado dos 10 seminários realizados nos estados;
3. Volume com o registro editado do seminário internacional realizado em São Paulo;
4. Volume com o registro editado das 20 oficinas e encontros temáticos;
5. Volume com o registro editado das 18 plenárias de coordenação;
6. Volume registrando o conteúdo veiculado pelo Site do Projeto;
7. Volume com o índice do acervo de documentos localizados no trabalho de rastreamento e mapeamento;
8. Livro “Juventude e Sociedade – trabalho, educação, cultura e participação”, com ensaios de 13 autores, publicado pela Editora Fundação Perseu Abramo;

9. Livro “Retratos da Juventude Brasileira Hoje”, contendo ensaios de leitura e interpretação dos dados reunidos na pesquisa quantitativa;
10. Livro “Narrativas de Participação Juvenil”, colhendo relatos sobre experiências de jovens de todas as regiões do Brasil nas mais diferentes áreas de atuação;
11. Caderno-síntese do presente documento de conclusão.

O Instituto Cidadania agradece a parceria e o suporte financeiro oferecidos à realização do Projeto Juventude pela Fundação Djalma Guimarães (CBMM), pela Fundação Vale do Rio Doce, pela Telemar e pela Usiminas. Gesto louvável de quatro importantes empresas brasileiras que, dessa forma, iniciam ou reforçam promissores compromissos com uma causa que é estratégica para o desenvolvimento nacional.

Agradecemos também a todos os ministros, governadores, prefeitos, parlamentares, gestores públicos, especialistas e visitantes estrangeiros que foram co-organizadores ou se dispuseram a contribuir nas dezenas de debates realizados em todas as regiões do Brasil.

Acima de tudo, dirigimos nossa gratidão ao empenho militante e à dedicação das centenas de jovens, mulheres e homens, que ajudaram a conceber todo o programa de discussão, participaram de reuniões exaustivas, fizeram longas viagens, dinamizaram os seminários e oficinas, escreveram textos e representaram com responsabilidade e disciplina seus movimentos, entidades, associações e ONGs na ordenação geral de todo esse trabalho.

Brasília, 16 de junho de 2004

(data de abertura da Conferência Nacional organizada pela Comissão de Juventude da Câmara dos Deputados, com a participação de 1400 jovens brasileiros)

2 – JUVENTUDE BRASILEIRA: DIAGNÓSTICO

O tema juventude adquire visibilidade crescente nos últimos anos no Brasil. Aumentou o peso relativo dessa categoria etária na população. Os brasileiros entre 15 e 24 anos somam hoje 34 milhões, representando cerca de 20% da população brasileira.

Os jovens ocupam o centro de questões que comovem o país, tanto no que diz respeito aos problemas gerados pelo agravamento das desigualdades, como no que se refere à esperança de novos caminhos para nossa evolução social, com valores e padrões éticos superiores aos que predominam hoje.

É possível afirmar que os jovens estão entre as principais vítimas do tipo de desenvolvimento econômico e social observado nas últimas décadas, que aprofundou os problemas da exclusão. Aumentou o desemprego e a precariedade da ocupação profissional nesse segmento. Segundo dados do IBGE, cerca de 3,7 milhões de jovens estavam sem trabalho em 2001, representando 47% do total de desempregados do país. A taxa de desemprego aberto para os jovens estava em torno de 18%, quando a média brasileira era de 9,4%.¹

Os dados estatísticos são eloqüentes também quando revelam o déficit educacional que atinge a juventude. Apesar de ter crescido o nível geral de escolaridade em comparação com as gerações anteriores, 17 milhões, isto é, mais de metade dos jovens brasileiros entre 15 e 24 anos, não estudavam em 2001. E somente 42% da população nessa faixa etária chegaram ao ensino médio, hoje considerado nível básico de escolarização.

Entre os indicadores preocupantes estão as estatísticas mostrando o crescimento da violência nos grandes centros urbanos, que envolve os jovens de forma acentuada

¹ PNAD – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios de 2001 (dados mais recentes disponibilizados)

como vítimas ou agressores. Pesquisa divulgada recentemente pela Unesco no Brasil mostra que em 2002 a taxa de homicídios na população jovem foi de 54,5 para cada 100 mil, contra 21,7 para o restante da população. E o que é mais grave: enquanto as taxas referentes ao restante da população têm se mantido relativamente estáveis desde 1980, no segmento juvenil pulou de 30 naquele ano para os 54,5 de hoje.

Por outro lado, os jovens, graças à elevação dos níveis educacionais, e dotados que são de predisposição a mudanças, são mais capazes de aproveitar as transformações trazidas pelas novas tecnologias informativas e produtivas. Possuem, por isso, potencial para se tornarem atores estratégicos do desenvolvimento nacional.

Entre os jovens brasileiros, pesquisas e estudos recentes têm revelado grande abertura aos valores de solidariedade social e responsabilidade ambiental, confirmando-se a capacidade transformadora já revelada para atuação em movimentos exigindo mudanças éticas, sociais e políticas, como atestou a forte presença da juventude em campanhas como a das Diretas Já e do *Impeachment*.

Juventude pode parecer, à primeira vista, um tema óbvio, assim como o diagnóstico de seus problemas, uma vez que todos partilhamos uma noção social sobre a questão, todos convivemos com jovens e temos opiniões a respeito de suas características, problemas e virtudes. Afinal, os jovens são pauta constante na mídia, na publicidade e nos produtos da indústria cultural, havendo uma produção incessante de imagens a seu respeito.

No entanto, com elevada frequência essas imagens remetem a estereótipos que não correspondem aos jovens reais, à diversidade de suas realidades e à

complexidade das formas que configuram suas vidas e seu posicionamento frente ao mundo. Nesse sentido, compreender a juventude deixa de ser uma tarefa óbvia e exige leituras que superem os mitos recorrentes e o senso comum.

Os jovens se queixam, por exemplo, de que na mídia aparecem quase sempre em imagens polarizadas. De um lado, os personagens de publicidade e novelas: bonitos, saudáveis, alegres e despreocupados, que se oferecem como modelos de um tipo de consumo e de um estilo de vida ao qual poucos jovens reais têm acesso. De outro, como temas dos noticiários, jovens envolvidos em graves problemas de violência ou comportamentos de risco. Na maior parte das vezes, jovens dos setores populares.

Essas imagens correspondem a algumas das percepções correntes sobre a juventude, também baseadas em estereótipos não fundamentados por dados reais, ou pouco balizados pela diversidade existente. As duas mais conhecidas: os jovens da geração atual denotam acentuado individualismo, consumismo, pragmatismo, alienação, desinteresse político, acomodação frente ao estado das coisas; ou a de que são eles os principais vetores de disseminação da violência, desagregação da família e desestruturação dos vínculos societários.

Para elaborar um diagnóstico rigoroso e sugerir possíveis respostas do ponto de vista das políticas públicas, é preciso ir além de estereótipos desse tipo. A compreensão adequada do que é a condição juvenil e o que a torna singular em relação a outros segmentos populacionais é um ponto de partida fundamental. E isso implica em responder algumas questões básicas: quais são as realidades, as demandas, os problemas, os desafios, os limites e as possibilidades vividas pelos jovens neste momento da nossa história, ou seja, no con-

texto social vivido hoje pelo país. Sobretudo, requer clareza sobre porque, e de que forma tais questões devem ser alvo de políticas públicas.

2.1 – A condição juvenil e o contexto atual brasileiro

A condição juvenil é dada pelo fato de os indivíduos estarem vivendo um período específico do ciclo de vida, num determinado momento histórico e cenário cultural. No contexto atual, juventude é, idealmente, o tempo em que se completa a formação física, intelectual, psíquica, social e cultural, processando-se a passagem da condição de dependência para a de autonomia em relação à família de origem. A pessoa torna-se capaz de produzir (trabalhar), reproduzir (ter filhos e criá-los), manter-se e prover a outros, participar plenamente da vida social, com todos os direitos e responsabilidades. Portanto, trata-se de uma **fase marcada centralmente por processos de definição e de inserção social**.

Essa fase do ciclo de vida não pode mais ser considerada, como em outros tempos, uma breve passagem da infância para a maturidade, de isolamento e suspensão da vida social, com a “tarefa” quase exclusiva de preparação para a vida adulta. Esse período se alongou e se transformou, ganhando maior complexidade e significação social, trazendo novas questões para as quais a sociedade ainda não tem respostas integralmente formuladas.

Tal prolongamento se deve, em parte, à necessidade de estender o tempo de formação, de escolaridade e de capacitação profissional, mas também às dificuldades de inserção que caracterizam, hoje, o tornar-se adulto. Além disso, as experiências das gerações juvenis anteriores ampliaram a vivência dos jovens com dimensões mais participativas, experimentais e

autônomas no campo do lazer, da cultura, da sexualidade e da sociabilidade.

A condição juvenil não pode mais ser compreendida como apenas uma fase de preparação para a vida adulta, embora envolva processos fundamentais de formação. Ela corresponde a uma etapa de profundas **definições de identidade** na esfera pessoal e social, o que exige **experimentação intensa** em diferentes esferas da vida.

A condição juvenil se desenvolve em múltiplas dimensões. Os jovens são sujeitos com necessidades, potencialidades e demandas singulares em relação a outros segmentos etários. Requerem estruturas de suporte adequadas para desenvolver sua formação integral e também para processar suas buscas, para construir seus projetos e ampliar sua inserção na vida social.

Os processos constitutivos da condição juvenil se fazem de modo diferenciado segundo as desigualdades de classe, renda familiar, região do País, condição de moradia rural ou urbana, no centro ou na periferia, de etnia, gênero etc. Em função dessas diferenças, os recursos disponíveis resultam em chances muito distintas de desenvolvimento e inserção.

O reconhecimento da especificidade da juventude tem que ser feito num duplo registro: o da sua **singularidade** com relação a outros momentos da vida, e da sua **diversidade** interna, que faz com que a condição juvenil assumam diferentes contornos.

A juventude vive, hoje, por um lado, possibilidades ampliadas no que diz respeito à liberdade de escolhas e práticas comportamentais, potencializando os processos de experimentação e definições próprios dessa idade. Conta também com maior liberdade de participação cultural e política, após a restauração da normalidade democrática.

Por outro lado, além dos problemas já referidos a respeito da inserção social, profissional e educacional, a juventude se depara com outro tipo de dificuldade: raramente é considerada, ouvida, respeitada e levada a sério na expressão de suas opiniões e necessidades. Muitos se queixam de serem discriminados nos espaços públicos somente pelo fato de serem jovens. Os adultos com os quais mantêm contato, pais e professores especificamente, em geral adotam uma atitude de julgamento, de censura, omitindo-se em acompanhar seus percursos e ouvir suas demandas.

Esse quadro compõe uma série de paradoxos para a atual geração juvenil, dos quais emergem as dificuldades, os dilemas, os desafios e também as possibilidades que os jovens têm à sua frente.

Os dados estatísticos anteriormente disponíveis e os coletados nas pesquisas quantitativa e qualitativa do Projeto Juventude indicam a amplitude dessa diversidade, a gravidade das desigualdades, a complexidade dos dilemas e desafios colocados. Abrem portas, também, para a procura de respostas e soluções.

2.1.1 – Alguns números

Os 34 milhões de jovens que vivem hoje no Brasil se dividem igualmente entre homens e mulheres. No último censo do IBGE, em 2000, 50% dos jovens se declararam brancos e 48% negros ou pardos.

A proporção de adolescentes – jovens entre 15 e 18 anos incompletos, conforme definição do Estatuto da Criança e do Adolescente – é de 31%, ou 10.727.038. Somam 7.222.250 os que têm 18 ou 19 anos (21,4%). E a faixa posterior, de 20 a 24 anos, alcança 47,6% (15.828.372 jovens), sempre conforme os dados do ano 2000.

A grande maioria (84%, ou 28,4 milhões) vive no meio urbano, sendo que 10,4 milhões (ou 31% do total) em regiões metropolitanas. Apenas 16% vivem em áreas rurais, mas é importante lembrar que esse percentual equivale a 5,5 milhões de jovens.

Os dados a respeito da renda mostram acentuada desigualdade e indicam a condição de pobreza em que vive a maioria dos jovens brasileiros. Apenas 41,3% dos jovens viviam, em 2000, em famílias com renda familiar *per capita* de mais de 1 salário mínimo, sendo que 12,2% (4,2 milhões) viviam em famílias com renda *per capita* de até $\frac{1}{4}$ do salário mínimo.

As taxas de participação no sistema de ensino e no mercado de trabalho revelam um quadro muito variado de situações de ocupação, mas basicamente revelam que esses dois elementos estão no centro dos interesses e preocupações dos jovens, conforme foi ratificado pelos dados coletados nas pesquisas desenvolvidas pelo Projeto Juventude.

A PNAD de 2001 mostrava que, dos jovens entre 16 e 24 anos,

- 21% apenas estudam
- 5% estudam e procuram emprego
- 19% estudam e trabalham
- 35% apenas trabalham
- 6% não estudam e procuram emprego
- 14% não estudam, não trabalham e nem procuram emprego

Menos da metade (45%) dos jovens estuda, enquanto 65% estão no mercado de trabalho, ocupados (54%) ou procurando emprego (11%); sendo que apenas um quarto deles – 24% na interseção – estudam e trabalham ou procuram emprego.

Considerados no seu conjunto, esses dados acusam, logo de cara, que os jovens brasileiros enfrentam graves problemas de exclusão escolar, assim como necessidades e dificuldades frente ao mercado de traba-

lho. Cabe salientar que o mais alto grau de exclusão social se expressa na situação dos jovens que não estudam e não trabalham, nem procuram emprego, representando 14% do total, ou seja, um número próximo a 5 milhões de jovens brasileiros.

2.1.2 – Educação e trabalho

Os dados mudam bastante segundo as variáveis de renda, sexo, idade e região. Considerados apenas os adolescentes (faixa entre 15 e 17 anos), a maioria ainda está na escola (83%), e, embora menor que a taxa geral, é grande a proporção daqueles que fazem parte da população economicamente ativa: 40,2%.

Os fatores econômicos são contundentes na exclusão escolar: pesquisa do Unicef feita em 2000 mostra que praticamente dobra a porcentagem daqueles que já abandonaram a escola, quando comparados os adolescentes da classe de renda mais alta e os da classe de renda mais baixa.

Entre os jovens de 20 a 24 anos, 75% já estão no mercado de trabalho, e apenas 28% ainda estudam. Uma pequena parte dos que já saíram da escola, porém, o fizeram por ter concluído os graus considerados básicos ou desejados de formação escolar. Apenas 36,4% concluíram o ensino médio, e mais 3,6% chegaram à Universidade. Constatam-se diferenças regionais muito grandes nesses dados relativos ao afastamento do sistema escolar, que também é mais intenso entre os homens que entre as mulheres.

Mesmo decrescente, o analfabetismo ainda atinge 3,8% da população juvenil, o que significa 1,1 milhão de pessoas. A maior parte desses jovens – 70% – está na região Nordeste, e quase a metade vive em áreas rurais (43%). Os negros representam 75% dos jovens não alfabetizados.

As condições que os jovens enfrentam no mercado de trabalho também são muito diversas e, para a grande maioria, adversas. Assim como as taxas de desemprego, as de trabalho precário também são maiores entre os jovens.

Dos 65% de jovens entre 16 e 24 anos que estavam, em 2001, segundo o IBGE², na condição economicamente ativa, quase 18% não tinham emprego, o que significava 3,5 milhões de pessoas, representando quase a metade dos desempregados do país.

O desemprego também se distribui desigualmente: é maior para jovens negros (23,8%) que para brancos (16,4%); para as moças (22,2%) que para rapazes (14,5%); e também superior entre os jovens das famílias mais pobres (26,8% na faixa de rendimento familiar *per capita* inferior a meio salário mínimo).

Entre os jovens que trabalham, 78% são assalariados, mas a maioria em situação de informalidade (40,5%). Um número grande de jovens trabalha sem receber nada: 16,3%. Também os dados relativos à carga horária média e nível de remuneração lhes são nitidamente desfavoráveis.

2.1.3 – Integração simbólica, exclusão e violência

A juventude é a fase da vida em que se tornam mais evidentes as ambigüidades e contradições. Mas também é a fase da vida em que se está mais predisposto a questionar a realidade e experimentar mudanças. Os jovens contemporâneos vivem uma constante tensão entre a busca de sua **emancipação** pessoal e a **subordinação** aos ditames da sociedade de consumo, bem como das imagens da juventude veiculadas pela mídia.

A mídia exerce um papel crucial na atribuição de sentidos e na formação da

² Fonte: PNAD 2001. Citado no texto de justificativa do Programa Primeiro Emprego, MTB, 2003.

opinião pública desta geração, embora o público jovem receptor dos meios de comunicação seja constituído por uma massa heterogênea, bastante diferenciada. Mesmo entre os jovens da mesma idade e com condições sócio-econômicas semelhantes, são muitas as possibilidades de recepção de uma mesma mensagem divulgada pela mídia.

Contudo, não há dúvida de que o imaginário dos jovens está impregnado das informações e imagens de juventude veiculadas pelos meios de comunicação de massa. Imagens fortes, produzidas e reproduzidas muitas vezes nos veículos da mídia incorporam-se fundo na percepção que os jovens configuram de si próprios e do mundo.

Dessa forma, são assimiladas muitas das aspirações de consumo e estilos de vida estimulados pela mídia. Na pesquisa quantitativa nacional organizada pelo Projeto Juventude, verificou-se que 91% dos jovens entrevistados costumam assistir televisão durante os dias da semana, e 87% disseram fazer o mesmo nos finais de semana.

Ocorre que a concentração da riqueza e a dificuldade de inserção remunerada no mercado de trabalho dificultam o acesso à renda, bloqueando ou dificultando para a maioria dos jovens a realização das aspirações incorporadas. O choque entre os horizontes oferecidos pela mídia e as limitações concretas de renda e condições sociais, bem como a inexistência de políticas públicas satisfatórias de inserção juvenil, estão entre os fatores básicos a serem considerados quando se tenta explicar os crescentes riscos de envolvimento com o narcotráfico e outras modalidades de delinquência.

Sendo poucos os instrumentos de mediação de informação e cultura em seu entorno, sendo restritas as oportunidades profissionais e tornando-se premente a necessidade de compor o orça-

mento familiar, a juventude torna-se um grupo muito vulnerável à ação de criminosos, sobretudo traficantes.

Expostos à ação desses grupos, os jovens buscam no crime a oportunidade de sustento de si e, às vezes, do resto da sua família. São os “soldados”, “vapores”, “aviões” que, em busca de renda e reconhecimento social, associam-se em torno de práticas criminosas.

A inserção da juventude na marginalidade traz, por sua vez, um reforço considerável à cultura da intolerância e da violência, uma vez que a impulsividade e o espontaneísmo próprios da juventude se misturam ao sentimento de poder e onipotência ocasionado pelo porte de arma de fogo. E isso contribui para a proliferação de situações marcadas pela intransigência, onde a própria juventude se converte em grande vítima.

A violência atinge a juventude também na medida em que esse cenário produz um estigma muito forte: a sensação de que todo jovem pobre, morador dos espaços de exclusão é potencialmente vítima ou promotor de violência. Gera-se um novo fator de exclusão: morar em certos bairros das grandes metrópoles acarreta dificuldades adicionais para obtenção de trabalho.

A pesquisa do Projeto Juventude revelou que 11% dos jovens já sofreram diferentes tipos de violência física, sendo que a maior parte delas se deu em casa ou na vizinhança, cometida por familiares, parentes, namorados, conhecidos. Cerca de 20% dos jovens entrevistados já foram assaltados, enquanto 46% perderam algum parente ou amigo de forma violenta. Como resultado, a questão da violência aparece como um dos principais fatores de preocupação dos jovens. É citada em primeiro lugar na referida pesquisa, sem alta variação por renda, escolaridade, gênero e cor, como problema mais importante.

2.1.4 – Família

A maior parte dos jovens ainda mora com os pais. Segundo o IBGE, apenas 12,5% já formaram família. A pesquisa do Projeto Juventude mostrou que 78% dos jovens são solteiros e, dos casados, só 7% o são oficialmente. A idade média com que saem da casa dos pais ou parentes para iniciar nova unidade familiar é de 22 anos.

No entanto, é elevado o número de jovens, principalmente do sexo feminino, que já possuem filhos. Entre as adolescentes de 15 a 17 anos, 7,2% já são mães, e entre as de 18 e 19 anos, 22,4%. Esses percentuais são mais altos nas regiões Norte e Nordeste. Na pesquisa do Projeto Juventude, 22 % dos jovens já têm pelo menos um filho. Muitos deles moram ainda com os pais ou outros parentes: 8% do total de jovens, ou pouco mais de 1/3 dos que têm filhos. Conclui-se que a maternidade, e mais ainda, a paternidade, não indicam, necessariamente, o abandono da condição juvenil e de dependência em relação aos pais.

Há também uma correlação forte entre as taxas de gravidez juvenil e baixas taxas de escolarização e de renda. Em 2001, entre as jovens de 11 a 19 anos que tiveram filhos, 81,2% estavam fora da escola e sua renda média familiar *per capita* era de meio salário mínimo, enquanto para as que não tiveram filho, a renda média era de 1,21. Na pesquisa do Projeto Juventude, a taxa de jovens com filhos ficou acima de 30% nos níveis de escolaridade até ensino fundamental, enquanto para os jovens com ensino superior essa taxa cai a 9%.

A juventude, como fase da vida, envolve a construção de autonomia e individuação frente à família. Nesse processo, além da conquista de independência econômica, o jovem busca um progressivo desligamento da autoridade dos pais, estabelecendo confronto entre va-

lores e idéias a partir de novas fontes de referência, até chegar a um modo próprio de ser e de enxergar o mundo.

Decorrem disso conflitos inevitáveis, mas na maior parte das vezes a família permanece como fonte de referência fundamental para os jovens, significando apoio e solidariedade no enfrentamento das dificuldades externas. A pesquisa do Projeto Juventude confirmou estudos anteriores mostrando que a família aparece como a instituição em que os jovens mais confiam. E também como forte elemento de apoio e referência.

É preciso levar em conta, no entanto, que a sociedade atual está desafiada a redefinir culturalmente essa categoria chave na vida e na formação dos jovens. Algumas dessas mudanças já se expressam no aspecto religioso, na composição do núcleo familiar, nas novas formas de estabelecer vínculos de parentesco. No Brasil, cresce a cada dia o pluralismo religioso no interior de uma mesma família.

Também já é muito significativo o número de famílias chefiadas por mulheres, modificando-se as definições de papéis sociais das mães e dos pais. Mudanças também se evidenciam na composição da família nuclear, formada a partir de sucessivos casamentos dos pais, que acarreta a convivência entre filhos ou filhas de apenas um dos cônjuges.

Ainda assim, uma concepção idealizada e nostálgica resiste ao tempo e tenta simplificar a questão recorrendo à fórmula “família desestruturada”, subjacente em comentários da mídia e em análises de alguns formuladores de políticas públicas, em especial quando se tenta explicar desvios sociais e a criminalidade juvenil.

Frente à complexidade das mudanças vividas hoje na estrutura familiar, é preciso ouvir o que os próprios jovens têm a dizer quando fazem referência,

quando valorizam ou quando desvalorizam a família.

No que diz respeito às políticas públicas de juventude, que devem combinar mecanismos de **participação, ampliação de direitos e garantia de proteção social**, torna-se importante uma reflexão mais profunda e atualizada com vistas a definir porque, quando e como ações voltadas para os jovens devem – ou não – estar ancoradas no núcleo familiar. Não no sentido de rejeitar a idéia da família harmoniosa como fator favorável à formação dos filhos, mas com o sentido realista de ampliar a caracterização da família dos jovens envolvidos em cada programa.

2.1.5 – Cultura e participação

As atividades de fruição e produção de cultura, assim como as de recreação e esporte, são campos centrais para a vivência da condição juvenil. Valem como espaços para construção de identidades e sociabilidade, incluindo a criação de linguagens e códigos próprios. Possibilitam experimentação, troca de informações, ampliação de referências, elaboração e confronto de valores. Permitem que os jovens se encontrem com outros jovens em espaços menos controlados e regrados por adultos, ou pelo menos por adultos exercendo tutela.

Todas as pesquisas recentes apontam a importância atribuída pelos jovens a essas atividades. A dimensão da “diversão” aparece como um dos elementos constitutivos mais fortes da identidade do “ser jovem” nas pesquisas realizadas pelo Projeto Juventude. Cultura e esporte aparecem como a terceira ordem de interesse dos jovens, depois de educação e trabalho.

Os jovens denunciam, de modo insistente, a falta de equipamentos e mecanismos que propiciem o acesso a atividades desse tipo, principalmente nas

regiões mais pobres e periféricas das metrópoles, assim como nas pequenas cidades e na área rural.

Uma das marcas da geração atual tem sido a proliferação de grupos juvenis – principalmente entre os setores populares – que se configuram como espaços de criação cultural e se tornam verdadeiros canais de articulação de identidades coletivas. Transformam-se em referência para além dos participantes diretos do grupo, sinalizando comportamentos e posturas éticas para grandes contingentes de jovens, em escala nacional.

Os resultados da pesquisa quantitativa referida mostram a presença desses grupos na vida juvenil: 15% dos jovens participam diretamente de algum, e quase metade dos jovens pesquisados (54%) conhece grupos culturais do seu bairro ou comunidade; em primeiro lugar de música, mas também de teatro, dança, rádio comunitária etc, além de grupos ligados a esportes radicais como o *skate*.

Um mapa realizado pela Prefeitura do Município de São Paulo em 2003, num levantamento inicial, identificou 1600 grupos juvenis na cidade, dos mais variados tipos, a maior parte deles ligada à cultura (35,8%).

2.1.6 – Participação política

A percepção de que os jovens da geração atual estão mais distanciados da política, freqüente na mídia, pode não passar de mais um estereótipo ou mito que exige uma leitura crítica.

Em primeiro lugar, não há bases confiáveis para a comparação. Não é possível comparar dados estatísticos de hoje, que medem taxas de participação, com registros de movimentos ou o impacto da ação política de décadas passadas. Em segundo lugar, é necessário verificar com mais atenção a hipótese de que o interesse em participar se mante-

nha alto, mas se manifestando em canais diferentes dos tradicionais.

O descrédito nas instituições políticas e nos partidos é um elemento apontado em todas as pesquisas a respeito do comportamento e valores dos jovens. Mas é bom lembrar que o fenômeno não se refere unicamente aos jovens. Essa desvalorização se apóia na percepção da corrupção e da prevalência de interesses escusos em muitas instituições.

Tal desqualificação não significa, porém, que a juventude esteja desligada do assunto. A pesquisa quantitativa do Projeto Juventude revelou que 85% dos jovens entrevistados consideram que a política é importante e sabem que ela influi diretamente em suas vidas (65%). O que parece forte, de fato, é a distância que sentem dos mecanismos de participação e interferência. Menos da metade (43%) acha que influi na política e isso certamente reflete a dificuldade de se sentirem incorporados e legitimados nesses mecanismos.

Se as taxas que medem a participação em entidades de ação e/ou representação política são baixas – mas sem destoar muito das taxas da população em geral – isso não significa necessariamente desinteresse ou falta de vontade de participar. Em proporções que variam entre 40 e 60%, expressiva fatia dos entrevistados manifestou o desejo de vir a fazê-lo, principalmente em associações comunitárias ou profissionais, em entidades ligadas à defesa do meio ambiente, em ações contra o racismo, de assistência social ou ainda nos conselhos ligados à educação e à saúde.

A mesma disposição para atuar pode ser verificada também na alta porcentagem (84%) de jovens que afirmam poder transformar o mundo. É possível, então, suspeitar que haja mais entraves para a participação do que desinteresse em fazê-lo.

Essa interpretação pode ser corroborada pela constatação de que existe uma ampla diversidade de formas de atuação coletiva entre os jovens, dos mais diversos tipos e com diferentes raios de abrangência: os grupos culturais já citados, as equipes de ação comunitária ou de trabalho voluntário, as entidades estudantis, as ONGs, os movimentos sociais gerais, as mobilizações de contestação anti-globalização, as redes de solidariedade ou campanhas libertárias etc.

Essa presença participante se tem feito notar no cotidiano de muitas comunidades, nos momentos de decisão coletiva a respeito de gastos públicos (como em alguns processos de Orçamento Participativo), nas grandes mobilizações e acontecimentos políticos do país, nos encontros e fóruns onde se buscam desenhar os traços de um outro mundo possível, e nos espaços em que se inicia o debate a respeito das políticas de juventude.

Desse modo, o desafio que se coloca é a criação de mecanismos de apoio e reconhecimento da diversidade de formas de atuação dos jovens, abrindo espaços para a sua efetiva participação na definição e implantação das políticas públicas.

2.1.7 – Síntese

Esta seleção de dados sobre a juventude brasileira mostra múltiplas dimensões da condição juvenil. Há situações graves de vulnerabilidade e exclusão. Há dilemas colocados para jovens de distintos setores sociais, que expressam diferentes tipos de dificuldades e potencialidades. Mas há também fortes indicadores positivos revelando o enorme potencial que se encontra retido nesse segmento gigante da população brasileira, praticamente igual, em número, ao de um país importante como a Argentina.

Torna-se necessário, portanto, um conjunto de medidas que levem em conta a diversidade de situações para per-

mitir que os jovens processem seu desenvolvimento e realizem uma inserção social satisfatória

2.2 – Evolução das políticas de juventude no Brasil

As políticas públicas para os jovens no Brasil foram desenvolvidas, até pouco tempo atrás, com uma dualidade que reproduzia desigualdades pré-existentes. De um lado, políticas de educação, ainda longe de se concretizarem como universais, que se tornaram acessíveis, nos seus graus mais avançados, apenas aos jovens de classes médias e altas. De outro, políticas de assistência, para jovens em situações especiais de “abandono”, desvio e marginalidade, quase sempre das classes populares.

Nos anos 70 e 80, quando o País vivia sob regime ditatorial, cresceram, para se contrapor a uma onda de violência contra os “menores de idade” em situações diversas de desvio, como os meninos de rua, as mobilizações em defesa dos direitos da criança e do adolescente, exigindo que passassem a ser tratados como sujeitos de direitos.

Essa luta colocou o tema da infância na agenda pública, suscitou o desenvolvimento de políticas e programas, e resultou no Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, que se tornou importante marco para o estabelecimento de nova noção de cidadania para esses segmentos.

A conquista do ECA impulsionou, por sua vez, a criação do sistema de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente, sendo que os estados e municípios constituíram nos anos subseqüentes fóruns específicos sobre o fato, garantindo debate e intervenção dos poderes públicos nas próprias localidades.

Nos últimos quinze anos, cresceram as ações, tanto do Estado como de diversos setores da sociedade, na defesa dos direitos das crianças e adolescentes,

embora a distância entre o estabelecido na lei e a realidade permaneça grande.

As questões atinentes aos jovens com mais de 18 anos permaneceram desconsideradas como foco de ação pública e social até meados dos anos 90, quando eclodiu um novo ciclo de interesse pelo tema, provocado pelo agravamento dos problemas de exclusão já mencionados.

A questão ganhou visibilidade também pela intensificação da presença de atores juvenis, principalmente dos setores populares, que, adotando linguagens e comportamentos variados no plano da cultura, do lazer, do cotidiano da vida comunitária, vieram a público colocar as questões que os afetam e preocupam, cobrando respostas.

Ao mesmo tempo, atores juvenis tradicionais no âmbito político brasileiro, como as entidades estudantis e as juventudes partidárias, além de manterem na ordem do dia suas pautas relacionadas com a educação, passaram a demandar respostas institucionais por parte dos poderes públicos, como a criação de organismos gestores para a formulação e execução de políticas específicas para a juventude.

Começam a se construir, então, programas sociais – governamentais ou não – apoiados por organismos de cooperação internacional, por agências das Nações Unidas e por fundações empresariais, sendo justo destacar o importante papel desempenhado por várias ONGs de perfil sério. Esses programas, em geral, detectavam os problemas mais graves vividos pelos jovens e buscavam contribuir para a supressão ou diminuição de certas marcas da exclusão.

Aumento da escolaridade, desenvolvimento do potencial criativo na produção cultural, elevação da consciência étnica, de gênero, de pertencimento comunitário foram alguns elementos cen-

trais dessas ações. Multiplicaram-se também os programas na área da saúde, visando enfrentar, com ações de prevenção e educação, problemas de gravidez precoce, de doenças sexualmente transmissíveis e de drogadição.

Cresceram também os programas de prevenção à violência, buscando mesclar a re-inserção escolar, o fortalecimento da auto-estima e dos vínculos comunitários, através de atividades ligadas à cultura, ao esporte e lazer; ou através de programas de capacitação profissional e geração de renda.

Finalmente, em anos mais recentes, nasceram diferentes tipos de organismos com a função de coordenar políticas ou programas específicos para jovens nas estruturas do poder executivo; principalmente nas prefeituras, mas também em alguns estados. Embora representem um importante passo adiante, essas assessorias (ou coordenadorias, secretarias, conselhos) têm enfrentado dificuldades muito fortes para se consolidar, por limitação de recursos orçamentários, estrutura de pessoal e carência de equipamentos.

Do mesmo modo, no âmbito do Poder Legislativo o ambiente também começou a mudar. Cresce o interesse parlamentar na elaboração de projetos de lei dirigidos a demandas apresentadas pelos jovens. Algumas casas legislativas estruturaram espaços de debate, temporários ou permanentes (como Comissões de Juventude ou Parlamentos Jovens). O tema se transforma em matéria de debate parlamentar. A participação direta dos jovens começa a ser admitida e assimilada.

No âmbito do governo federal, nesta última década, alguns programas importantes foram desenvolvidos. Careciam, contudo – como ainda ocorre hoje –, de maior coordenação entre eles e, sobretudo, de uma definição conceitual clara a respeito da juventude,

que apontasse a necessidade de uma estratégia de abordagem integrada, inovadora e abrangente.

Na verdade, a juventude foi considerada quase exclusivamente no segmento relativo à adolescência, e com um foco muito acentuado nas situações de risco. Priorizou-se o estabelecimento de parcerias, principalmente com ONGs e fundações empresariais, em torno de projetos dirigido aos jovens. Mas não foram estabelecidos canais formais de diálogo e definição de diagnósticos, nem diretrizes e prioridades para a formulação das políticas.

Ao Estado restou um papel relativamente distanciado, de quem reconhece a importância da questão e apóia iniciativas objetivando maior inclusão, mas se exime de assumir o tema juventude como assunto de interesse estratégico nacional.

2.3 – Avanços recentes

As experiências desenvolvidas nestes últimos anos são ricas e o debate público a respeito do tema vem se avolumando de modo acelerado. Há, certamente, muitas visões diferentes a respeito da juventude, assim como perspectivas distintas e mesmo divergentes. Mas alguns consensos estão sendo produzidos, e podem servir de base para uma elaboração coletiva e acordada entre os diferentes atores envolvidos na questão, rumo ao estabelecimento de uma inédita política nacional de juventude em nosso País.

Esses consensos envolvem a compreensão da juventude como uma condição singular em relação a outros segmentos populacionais; a noção de que os jovens são sujeitos de direitos, com múltiplas dimensões a serem consideradas; que a realidade dos jovens é marcada por ampla diversidade; que as diferentes situações exigem respostas diferenciadas,

porém referidas à igualdade de direitos que são universais.

Postulam a necessidade de políticas específicas, articuladas e transversais, coordenadas por uma instância gestora do poder público, envolvendo a ação de diferentes setores da sociedade – governamentais e não-governamentais – e que tais políticas devem se basear na participação ativa dos jovens, considerados como protagonistas das ações que dizem respeito a si mesmos e à sociedade em que estão inseridos.

Os programas até aqui desenvolvidos ajudaram a produzir informações e acumular experiência para a composição de diagnósticos mais precisos. Testaram caminhos, levantaram pistas a respeito do que fazer e também do que não fazer. Apontaram soluções e novas demandas que precisam ser avaliadas, confrontadas e, principalmente articuladas numa perspectiva mais integrada.

Isso só pode ser feito através do debate público e de um esforço de concertação, onde se fixem diretrizes orientadoras para a consolidação de uma política nacional articulada para os jovens. E onde as definições sobre investimento de recursos sociais possam ser feitas com transparência, aumentando a capacidade de impacto da nova política proposta.

Seminários e pesquisas realizados por Universidades, ONGs, centros de estudo e por entidades como a Unesco e outras instituições já conseguiram refinar o campo de conhecimentos a respeito dos jovens e seus dilemas. Compõem um importante acervo para a construção de diagnósticos mais precisos, necessários para a elaboração das políticas públicas de juventude, embora falte ainda maior articulação interligando os pesquisadores, os formuladores dessas políticas e os próprios movimentos e grupos de participação juvenis.

As conferências municipais realizadas nas cidades onde há organismos gestores específicos para juventude, as demandas apresentadas pelos jovens nos processos democráticos de debate – como o Orçamento Participativo – e, principalmente, a participação dos grupos juvenis nesses espaços, têm viabilizado um saudável confronto entre as demandas dos jovens e as possibilidades de respostas por parte dos poderes públicos.

Falta, porém, ainda, construir canais mais articulados e institucionalizados de coordenação, discussão e acompanhamento da implementação das políticas de juventude, com capacidade de abarcar a rica diversidade das formas de participação dos jovens e de garantir um diálogo de compromisso entre gerações.

A recente constituição pelo Presidente da República de um Grupo Interministerial, sob responsabilidade da Secretaria Geral da Presidência, articulando 19 ministérios para elaborar um diagnóstico unificado das dezenas de ações voltadas à juventude no âmbito do Executivo Federal representou um passo adiante bastante promissor. Cabe ressaltar o ineditismo desse procedimento de integração interministerial, propondo aos demais entes federativos que repitam essa experiência pioneira em seus respectivos âmbitos de autoridade.

Reúnem-se as condições para viabilizar o lançamento de uma abrangente política nacional de juventude, que por sua vez poderá induzir as 27 unidades da Federação a se articularem com os programas federais voltados à juventude e multiplicarem iniciativas na esfera estadual, valendo o mesmo raciocínio para boa parcela das cidades brasileiras de grande e médio porte.

A criação da Comissão de Políticas de Juventude da Câmara Federal, em 2003, e a realização de audiências em todos os estados da federação preparando

a Conferência Nacional e acumulando elementos para elaboração de um Plano Nacional de Juventude representaram também um impulso fundamental para viabilizar o salto que se faz necessário

A confluência de todos esse processos, cada um no seu âmbito e com resoluções de natureza distinta, criam, por sua vez, um clima favorável, inédito no país, para que se multipliquem na sociedade civil – empresas, sindicatos de trabalhadores,

meios de comunicação de massa, igrejas, movimentos sociais, instituições de ensino e pesquisa – iniciativas e programas igualmente orientados na mesma direção.

A magnitude dos desafios presentes no tema juventude ultrapassa todas as possibilidades de resolução ou equacionamento pela atuação exclusiva do Estado. É indispensável que a própria sociedade civil brasileira tome em suas mãos uma parcela substantiva dessa tarefa.

3 – DIRETRIZES GERAIS DE UMA POLÍTICA NACIONAL DE JUVENTUDE

3.1 – Política estratégica de Estado

Reafirmando o papel indutor do Estado na condução de um projeto de desenvolvimento nacional consistente, democrático e soberano, aos governos do País cabe a responsabilidade de equacionar as demandas, oferecer perspectivas de futuro e propiciar amplos direitos de cidadania aos milhões de brasileiros que compõem sua população juvenil.

Frente ao contexto de exclusão social que afeta a maior parcela desse contingente, as políticas públicas de juventude devem ter caráter redistributivo. Porém, não terão efeito duradouro se forem pensadas apenas como políticas sociais compensatórias.

Afirmar a necessidade de uma política nacional de juventude em nosso país, de alcance estratégico, significa reconhecer que as diretrizes do Estado não podem ser pensadas apenas como um somatório do que já existe – ou venha a existir – para os jovens em cada Ministério e nas diferentes áreas e secretarias dos demais entes federados.

A **integração** e a **transversalidade** devem ser assumidas e praticadas como elementos fundamentais de todas as políticas públicas de juventude, exigindo um novo amálgama de sentidos, enfoque geracional e meios apropriados de validação, implementação, gestão e avaliação.

Os eixos centrais de uma inovadora política nacional de juventude devem combinar mecanismos de **proteção social**, expedientes que gerem **novas oportunidades de inserção profissional e sócio-cultural** e incentivem a **participação** dos jovens.

3.2 – Igualdade de direitos e fortalecimento dos segmentos vulneráveis

A implantação de políticas democráticas e inclusivas de juventude deve levar em conta a variedade de demandas da população juvenil e propiciar a convivência

das multiplicidades étnicas, religiosas, de tradições, gostos e sensibilidades, combatendo todas as formas de discriminação social e política.

Todos os jovens brasileiros devem ser potencialmente beneficiários das políticas públicas de juventude. Políticas **universais** devem procurar garantir acesso à saúde, à educação de qualidade e oportunidades de inserção no mundo do trabalho, bem como a ampliação e democratização dos espaços públicos para o tempo livre. Ao mesmo tempo, é necessário desenvolver ações **focalizadas** para segmentos com maior vulnerabilidade. Através de mecanismos de transferência de renda, ações focalizadas devem garantir escolaridade e educação para a cidadania, reforçando também as identidades associadas ao local de moradia, a gênero, raça e orientação sexual.

3.3 – Responsabilidade de distintos atores

Toda a política nacional de juventude deve ser pensada a partir da idéia de direitos sociais, pertencimento cultural e construção de valores de cidadania participativa, traduzindo a complexidade de fatores envolvidos na condição juvenil contemporânea.

Para potencializar a capacidade de discernimento crítico e promover desenvolvimento social, é importante garantir a presença dos distintos atores sociais em suas diferentes etapas de realização. Se ao Estado cabe legislar, administrar e implementar políticas públicas de juventude, é imprescindível convocar, valorizar e estimular as iniciativas e mobilizações no âmbito da sociedade civil. O desafio é garantir a participação da sociedade civil sem minimizar o papel do Estado, assegurando complementaridade e maximizando os recursos disponíveis.

Uma idéia chave é promover a participação dos próprios jovens no desenho, na implementação, na gestão, no monitoramento e na avaliação crítica de todas as políticas, programas, projetos e ações. Ao criar mecanismos que reafirmem os direitos dos jovens, torna-se necessário capacitá-los, com metodologia apropriada, para observar, criticar, propor correções e maneiras de aperfeiçoar as políticas implementadas. Isto significa democratizar o acesso dos jovens a conhecimentos sobre formulação, gestão, acompanhamento e avaliação. Significa também reconhecer novas modalidades de participação juvenil.

Aos pesquisadores e especialistas de diferentes áreas de conhecimento cabe desenvolver estudos e pesquisas, assumindo papel ativo na elaboração de diagnósticos qualificados que orientem a formulação de políticas, bem como no desenvolvimento de metodologia com indicadores de monitoramento e avaliação permanente.

As ONGs e várias outras instituições da sociedade civil podem contribuir no desenho e implementação das políticas públicas de juventude em vários níveis: estabelecendo parcerias com órgãos gestores, contribuindo nos diagnósticos e avaliações, capacitando jovens para uma presença mais eficaz nos espaços públicos de participação etc.

As políticas públicas de juventude devem investir também na formação de **adultos que trabalham com jovens** na família, na escola, no mundo do trabalho, nos espaços públicos de cultura ou lazer, nas instituições de abrigo e carcerárias; adultos que acompanhem seus percursos de experimentação, de busca, de definição de identidade e projetos de vida; adultos que estejam disponíveis para a escuta ativa e o diálogo aberto.

Implementa-se, dessa forma, um processo de educação recíproca que exige reflexões novas sobre conceitos e preconceitos a respeito da sexualida-

de, direitos reprodutivos, drogas lícitas e ilícitas, e também sobre os clássicos paradigmas que definem família, escola e trabalho.

A **colaboração entre gerações** é fundamental para a consecução dos objetivos de políticas públicas voltadas à juventude.

3.4 – Eixos do novo enfoque: educação, trabalho, cultura e participação

As políticas públicas de juventude devem ser concebidas buscando um novo paradigma, que atualize e renove os sentidos fundamentais da educação e do trabalho, ampliando a compreensão da dimensão cultural e da participação na vida dos jovens do século que se inicia.

Políticas, programas, projetos e ações destinados à juventude devem ser pensados sem a reprodução dos estereótipos e preconceitos projetados sobre os próprios jovens. Precisam levar em conta o contexto histórico, social e cultural em que os diferentes segmentos juvenis estão inseridos, considerando-os em todas as suas desigualdades e diversidades.

A cultura assume nova estatura e forte centralidade nesse caminho, numa inter-relação estruturante com educação e trabalho, pressupondo um processo de mudança de mentalidade, afirmação de novos valores, reconhecimento de linguagens, símbolos e signos inovadores.

No que diz respeito à **educação**, são muitas as mudanças em curso. A revolução científica e tecnológica, as transformações nas formas de emprego e ocupação, as mutações nas carreiras profissionais são incessantes. Frente ao duplo fenômeno da disponibilidade ilimitada de informações e da obsolescência rápida dos conhecimentos, o objetivo primeiro dos processos educativos passa a ser **aprender a aprender**. As noções

de reciclagem e re-qualificação profissional tornam-se exigências permanentes.

Hoje, a educação se dá em múltiplos contextos e, cada vez mais, há necessidade de construção de novas articulações entre a escola e os demais processos formativos aos quais estão submetidos os jovens. A multiplicação dos canais de transmissão de conhecimentos e informações permite, por outro lado, a transformação de espaços sociais, como associações comunitárias, clubes, hospitais e prisões em ambientes e contextos educativos.

Novas definições e finalidades da educação se apresentam e devem ser consideradas na elaboração de estratégias educacionais voltadas para os jovens a partir da indagação: que escola e para quais jovens? Como resposta a tal pergunta surge a necessidade de uma reformulação do sentido geral das relações entre escolaridade, educação e inserção social.

No que diz respeito ao mundo do **trabalho**, o maior desafio da contemporaneidade é a convivência do paradigma do emprego estável com a diversidade e descontinuidade das formas recentes de inserção produtiva. As restrições e possibilidades de inclusão no mercado de trabalho revelam e ratificam desigualdades sociais pré-existentes entre os jovens.

Torna-se obrigatório rever o papel do Estado, seja em suas relações com a sociedade, seja em suas responsabilidades frente à indução econômica. O foco da ação do Estado deve recair sobre a implantação ou fortalecimento de programas geradores de emprego, que modifiquem o atual cenário de exclusão dos jovens e precariedade nas relações de trabalho.

Caminhos novos devem ser abertos através da desconcentração de poder econômico e de incentivos para descentralização espacial das atividades

produtivas, com vistas à criação de novos postos de trabalho. Ações públicas podem promover ampliação da agricultura familiar e da participação dos jovens nas atividades rurais não-agrícolas.

Cabe reforçar também o acesso dos jovens do campo e das cidades aos sistemas de micro-crédito e aos diferentes projetos que envolvem educação para o empreendedorismo, assim como às novas formas de trabalho social visando cuidado com o meio ambiente e com a elevação da solidariedade social.

Por tudo isto, trata-se de promover uma nova cultura do trabalho. Os jovens são os mais atingidos pelo desemprego e certamente poderão ser os agentes mais importantes na experimentação de novas formas de inserção produtiva (cooperativas, grupos de produção, autogestão, trabalho social) e na difusão dos valores que podem fomentar uma cultura da economia solidária.

No que diz respeito à **cultura**, vale registrar as várias dimensões desse conceito. A mais geral encerra a idéia de produção de sentidos que norteiam e valoram a vida em sociedade. Outra pressupõe a constante invenção e reinvenção de formas e canais de comunicação entre diferentes atores e instituições sociais. Finalmente, a mais corriqueira se refere à existência de múltiplas manifestações culturais expressas sob forma de arte.

Em todas essas dimensões, a cultura é dinâmica e não monolítica. No contexto da discussão sobre políticas públicas de juventude, falar em cultura é integrar os três conceitos: disputar sentidos, comunicar imagens, valores e vínculos societários e, também, atribuir importância às manifestações artísticas produzidas ou apreciadas pelos jovens.

No que diz respeito à **participação**, como já enfatizado na descrição dos

diferentes atores envolvidos no processo de construção de políticas públicas de juventude, o ponto de partida é o jovem como sujeito ativo na relação com sua vida e com os outros. Ou seja, as características, demandas e potencialidades dos jovens têm de ser incorporadas e valorizadas na definição das políticas, programas e ações.

Essa premissa geral contemplando as diferentes realidades dos jovens brasileiros pode ser levada à prática de diferentes maneiras. Em nosso país, há múltiplos agrupamentos juvenis que podem ser convocados imediatamente para participar no desenho de programas e também na deliberação sobre os conteúdos das políticas. Mas há outros que ainda não tiveram oportunidade de experimentar espaços de construção de identidades coletivas. No caso destes, a participação deve ser pensada como um recurso pedagógico eficaz na educação para o exercício da cidadania.

Nesse sentido, a participação em programas e ações voltados para a juventude será uma via promissora para a formação de jovens mais autônomos e críticos. Por meio de expedientes e métodos participativos, é possível potencializar a energia juvenil para o enfrentamento de problemas sociais imediatos que interferem em suas trajetórias pessoais, e também para interagir nas questões da cidadania.

Para fortalecer as possibilidades de participação dos jovens no âmbito das políticas públicas de juventude, é preciso ampliar o acesso a informações qualificadas, a conhecimentos apropriados, a recursos materiais e simbólicos, a canais de expressão e comunicação.

Estas são condições fundamentais para que amplos segmentos juvenis sejam considerados não só como interlocutores legítimos, mas como agentes fundamentais na definição de indicado-

res para monitoramento e na avaliação das políticas públicas de juventude.

3.5 – Programa nacional abrangente.

Para materializar e tornar visível a todos os brasileiros a inauguração de uma etapa nova na atenção que o País dedica à sua juventude, torna-se urgente construir um programa nacional de larga escala, em cujo âmbito se interliguem educação, trabalho, cultura e participação, e cuja gestão seja marcada pela integração e pela transversalidade aqui propostas.

Esse programa abrangente pode ser concebido prevendo distintos mecanismos de cooperação entre União, estados e municípios, tendo como pressuposto, ainda, múltiplas iniciativas de parceria com instâncias da sociedade civil, sejam elas vinculadas ao terceiro setor, sejam empresas privadas, sindicatos de trabalhadores ou organizações de cunho religioso, cultural e de representação de segmentos populares.

Os programas existentes dirigidos à juventude, como regra predominante, fixam os 18 anos como idade-teto. Apesar disso, constata-se que 11 milhões de jovens brasileiros de 18 a 24 anos – excluídos portanto desses programas – não terminaram o ensino médio e estão fora da escola. Há ainda 4,5 milhões de jovens de 18 a 24 anos com defasagem entre idade e série escolar. As estatísticas demonstram que são justamente esses jovens os que estão mais expostos à violência e às debilidades das políticas de segurança pública.

O programa sugerido, ancorado em uma nova visão sobre o nexos entre educação, trabalho, cultura e participação, deverá ser dirigido inicialmente aos jovens entre 18 e 24 anos que estão fora da escola ou em situações de atraso escolar.

Propõe-se que seja iniciado com escala reduzida, a partir de testes em experiências-piloto, e cresça de modo sustentável através de ampliações sucessivas. Sua meta será abarcar, no prazo máximo de uma década, o maior percentual possível dos jovens que estão hoje duplamente expostos à exclusão escolar e ao desemprego.

Para tanto, competirá aos poderes públicos definir um adequado cronograma de ampliação dos recursos orçamentários previstos para sua implementação, consignando esse planejamento nos respectivos orçamentos anuais e plurianuais, indicando-se metas precisas a serem atingidas no transcurso de até um decênio.

Além de frisar o conteúdo estratégico do programa em questão, a definição de um intervalo mais largo busca impedir sua interrupção ou abandono com a alternância rotineira de partidos no poder, natural na vida democrática.

Ao Executivo Federal compete a missão de desenhar com precisão o início, os prazos, o formato e o alcance desse novo programa, oferecendo alternativas de parceria ou entrosamento a todas as instâncias estaduais e municipais de governo, podendo-se partir das regiões ou áreas onde as problemáticas sociais que cercam a juventude assumem dimensões mais agudas.

Aos governos estaduais e municipais cabe o desafio de integrar-se ao programa sugerido e/ou construir alternativas que, dentro de cada realidade específica, possam ampliar, complementar e mesmo ultrapassar as metas definidas pela União, em correspondência com o grau de compromisso assumido frente ao desafio em questão.

É desejável que a participação dos jovens no programa tenha a duração de pelo menos dois anos, tendo em vista que já existe no Brasil uma reivindicação

generalizada de prolongamento dos programas sociais em curso no âmbito federal, estadual e municipal, que oscilam hoje entre o exíguo prazo de quatro e doze meses.

É recomendável que o novo programa abrangente combine aceleração escolar, capacitação profissional e o engajamento em ocupações sociais remuneradas: trabalho comunitário, cuidados ambientais, alfabetização, campanhas de saúde e inúmeras modalidades de convivência solidária e acesso ao esporte, lazer e bens culturais.

Como todos os dados disponíveis demonstram, esse programa, mesmo sem ter um específico recorte de renda ou etnia, atingirá certamente os jovens mais pobres e os negros. É preciso observar, no entanto, que embora compartilhem uma situação socioeconômica semelhante, tais jovens não possuem necessariamente as mesmas experiências com a escola e com o mundo do trabalho, não têm gostos idênticos ou vocações homogêneas, tornando-se imprescindível conhecer essa ampla diversidade antes de passar à formulação concreta do programa.

Os programas sociais em curso costumam tratar de maneira homogênea trajetórias juvenis que são profundamente heterogêneas. Daí a recorrência da crítica formulada por seu público-alvo ao caráter restrito da margem de escolha oferecida. Ampliando as possibilidades de escolha de cada jovem na composição de seus créditos, o novo programa incentivará participação maior dos jovens, desenvolvendo seu sentido de responsabilidade. Um contexto de participação favorece tanto o aprendizado de conteúdos da educação para a cidadania quanto modifica mentalidades, incentivando o engajamento social e comunitário. Em outras palavras, constrói e insere os jovens no espaço público.

Não é recomendável que esse programa abrangente centralize todo o leque de ações hoje dirigidas à juventude, o que resultaria em gigantismo, morosidade burocrática e provável engessamento de uma questão que tem na diversidade seu elemento central. Mas ele deverá valer como uma espécie de carro-chefe interligando todas as iniciativas com sinergia, complementaridade, flexibilidade e conexões dinâmicas.

Nesse sentido, é preciso que determinados programas em andamento, como o Primeiro Emprego, Segundo Tempo, Agente Jovem, Soldado Cidadão, Primeira Terra e vários outros incorporem mudanças e aperfeiçoamentos que se fazem indispensáveis para estabelecer sintonia com a fundamentação conceitual que orienta a política nacional de juventude.

3.6 – Novo desenho institucional

A materialização da política nacional de juventude aqui proposta exigirá, para ser tornar perceptível e eficiente, a construção de novos mecanismos institucionais de gestão. A eles caberá a responsabilidade de implementar o programa abrangente e articular entre si as diferentes ações setoriais de juventude, zelando pela transversalidade, integração recíproca, complementaridade e vinculação entre as distintas ações e o programa carro-chefe, executado multisetorialmente sob sua responsabilidade.

Deixar à mercê de cada área ministerial – ou secretaria no caso dos estados e municípios – a condução de uma política integrada de juventude, assentada na fundamentação conceitual aqui oferecida e sustentada com recursos orçamentários expressivos, envolveria altos riscos de dispersão, fragmentação, competição estéril, resultados decepcionantes e, finalmente, abandono da idéia.

O Projeto Juventude não se propôs, como já foi alertado, desenhar cada proposta até o nível dos detalhes institucionais e das previsões financeiras inflexíveis. O Poder Executivo de cada ente federado, dentro das condições concretas de cada instância, reúne as condições apropriadas para concluir esse desenho, com a indispensável participação dos próprios jovens em cada etapa de decisão.

Mas as discussões e estudos desenvolvidos no Projeto Juventude apontaram um claro consenso em torno da proposta de vincular esses organismos gestores o mais diretamente possível ao Chefe de cada Executivo, evitando-se a incorporação da questão juventude a quaisquer outras áreas de governo, por mais diretos que sejam os nexos existentes com elas, como é o caso de Educação, Esportes, Cultura, Trabalho, Desenvolvimento Social e outras.

A vinculação direta com as instâncias centrais de governo é indispensável para assegurar o caráter inter-setorial que se exige como pressuposto da transversalidade postulada.

Por outro lado, no cenário atual de estrangulamento fiscal que envolve o Estado brasileiro – da União aos municípios –, cabe frisar que a construção desses novos organismos dispensa estruturas burocráticas pesadas e onerosas.

No lugar de se pensar em um novo ministério ou secretarias inchadas, é preferível conceber, como ponto de partida, um organismo central ágil, que se apoie na autoridade política do Chefe do Executivo em questão, e utilize ao máximo os equipamentos, o quadro de pessoal, os centros de comunicação e os institutos de pesquisa já existentes na estrutura governamental de cada nível federado.

Após alguns anos de implementação da política nacional de juventude aqui propugnada, e na medida em que se reúnam condições orçamentárias de maior equilíbrio, será preciso ampliar também os instrumentos de gestão para ela voltados, buscando estender as várias ações e o programa carro-chefe ao maior percentual possível dos milhões de jovens em condições de vulnerabilidade ou submetidos a dificuldades incompatíveis com os ideais de cidadania.

Como advertência, vale reiterar que nenhum organismo institucional voltado para a juventude será capaz de coordenar uma nova política de conteúdo estratégico se persistirem os níveis asfixiantes de dotação orçamentária e de equipe funcional, denunciados durante o Projeto Juventude por dezenas de gestores – federais, estaduais e municipais – convidados a expor suas experiências e propostas.

4 – AGENDA PARA DIFERENTES ÁREAS

4.1 – Educação

A educação de qualidade como direito fundamental para todos é um eixo estratégico para a construção de um projeto de nação. No Brasil, esse direito ainda não está garantido para toda a população. Embora a expansão do sistema educacional tenha levado à quase universalização do acesso ao ensino fundamental e tenha resultado em aumento significativo da escolaridade média dos segmentos juvenis em relação à população em geral, a situação educacional da juventude brasileira ainda é grave e alarmante.

Significativos contingentes de jovens estão excluídos do sistema escolar. O Brasil tem hoje 16,2 milhões de estudantes na faixa dos 15 aos 24 anos, o que equivale a menos da metade da população juvenil total.

Entre os adolescentes (15 a 17 anos), é maior a proporção de estudantes (83% deles estão na escola), embora metade (52,4%) ainda esteja matriculada no ensino fundamental, e apenas 46,4% no ensino médio, que seria o grau considerado adequado para a idade. Ou seja, se os números de matrículas no ensino médio cresceu muito nos últimos anos, a estrutura existente ainda é insuficiente para responder à demanda potencial.

A partir dos 18 anos, cai muito a presença na escola. Entre os jovens de 18 a 19 anos, metade está estudando, mas apenas 13,5% deles no ensino superior. Estão no ensino médio 56,8% e 29,7% no ensino fundamental.

A expansão do sistema educacional brasileiro também não foi acompanhada de um padrão de qualidade condizente com sua missão. Escolas particulares bem estruturadas e equipadas não são acessíveis para a grande maioria dos jovens brasileiros. Na escola pública são visíveis os problemas vinculados à qualidade: precarieda-

de material e de equipamentos, baixos salários e formação inadequada dos professores, dificuldades em manter na escola um corpo integrado de professores que consolide um projeto pedagógico.

Esses problemas se agravam no ensino noturno, onde estão, sobretudo, os jovens que trabalham ou que buscam emprego. Pesquisas atestam que as classes escolares noturnas sofrem problemas mais graves de infra-estrutura para seu funcionamento que a média das escolas públicas.

A expansão do sistema educacional também não logrou reverter a lógica da reprodução das desigualdades resultantes de uma peculiar conjugação entre nossa herança histórica e os padrões recentes de desenvolvimento econômico. As estatísticas educacionais refletem relações sociais de subalternidade no campo, disparidades regionais e vários vetores de desigualdades sociais. Os jovens pertencentes às classes trabalhadoras, negros, moradores das regiões com menores índices de desenvolvimento humano, das grandes periferias urbanas, das zonas rurais encontram maiores dificuldades de acesso, permanência e continuidade no sistema escolar.

As disparidades regionais se refletem nos dados sobre educação: enquanto um jovem nordestino de 15 a 24 anos tem em média 5,9 anos de estudo, no Sul e no Sudeste essa escolaridade chega a 8,1 e 8,3 anos, para a mesma faixa etária.

Os dados de analfabetismo são eloqüentes na revelação da permanência de setores totalmente excluídos dos direitos educativos, pois, embora em decréscimo, ainda atingem 3,8% dos jovens; boa parte deles (43%) nas áreas rurais ou em áreas

urbanas não metropolitanas (45%), e a grande maioria no Nordeste (70%).

Os negros e pardos correspondem a 67% dos analfabetos; os brancos a 32%. Dos concluintes do ensino médio, apenas 3% são negros.

Dos 3,2 milhões de estudantes que terminaram o ensino médio em 2000, apenas 1,2 milhão chegou à Universidade, sendo 274 mil em instituições públicas federais, estaduais e municipais, cabendo à grande maioria o caminho das faculdades particulares. Destes últimos, muitos são obrigados a abandonar os estudos por falta de recursos para pagar as mensalidades.

Além dos casos graves de exclusão escolar, que denotam situações de negação quase absoluta de cidadania e contribuem para a composição de situações de vulnerabilidade, há uma gama muito diferenciada de defasagens ou dificuldades de permanência e continuidade, que precisam ser levadas em conta na elaboração de respostas mediante políticas que visem à garantia da escolaridade para todos.

Outro mecanismo que faz o sistema escolar funcionar como agente indutor, em vez de redutor, da desigualdade é a separação entre formação propedêutica para a continuação de estudos superiores – jovens das classes médias e altas – e formação para o trabalho para jovens de famílias mais pobres.

Aspectos históricos e culturais podem contribuir para explicar a crise de identidade do ensino médio, que não logra superar a ambigüidade estabelecida entre as duas redutoras, perspectivas: de preparação pragmática seja para o mercado de trabalho seja para o vestibular.

4.1.1 – A escola e o trabalho: transformações para o jovem do século XXI

A concepção moderna de juventude – surgida de profundas transformações a partir do século 18 e consolidada após a segunda guerra mundial – tornou a escolaridade uma etapa intrínseca da passagem para a maturidade. “Estar na escola” passou a definir a condição juvenil, o que, idealmente, pressupunha o retardamento da entrada dos jovens no mundo do trabalho, fato que não aconteceu em ritmo e modalidades homogêneos nos diferentes países e no interior das juventudes de um mesmo país.

No Brasil, como revelam os números já citados, diferenças de classe, retroalimentadas por desigualdades sociais, resultam em altos índices de defasagem, abandono escolar e entrada precoce e precária dos jovens no mercado de trabalho.

Porém, na geração atual não são apenas os jovens mais pobres, vivendo situações de vulnerabilidade social, que aspiram a combinar estudo e trabalho. A mesma sociedade que estabelece a equação do aumento do tempo na escola e postergação da entrada no mercado de trabalho, produz apelos de consumo e de produção cultural endereçados à juventude.

Como desdobramento, para viver a almejada condição juvenil, os jovens de hoje precisam não só de tempo livre para a cultura e o lazer, mas também de dinheiro para consumir, experimentar, exercitar sua autonomia. Resulta daí que também os jovens de classe média aspiram – nos moldes de seu horizonte social – a encontrar atividades remuneradas que lhes permitam combinar estudo e trabalho.

Entre muitos jovens de hoje percebe-se uma certa pressa para trabalhar mais cedo. Para a grande maioria, essa

pressa está ligada às necessidades básicas de sobrevivência pessoal e familiar. Para outros setores, a urgência está relacionada também com a busca de emancipação financeira, mesmo parcial, que possibilite acesso a variados tipos de consumo e de lazer. Finalmente, e sempre nas devidas proporções, para os jovens de todas as classes e situações sociais a pressa está relacionada com a consciência de que estão submetidos a um mercado de trabalho restritivo e mutante.

Os jovens sabem que os certificados escolares são imprescindíveis. Mas sabem também que eles não representam garantia de inserção posterior no mercado de trabalho em nível condizente com a escolaridade atingida. As rápidas transformações econômicas e tecnológicas se refletem no mercado de trabalho precarizando relações, provocando mutações, modificando especializações e sepultando carreiras profissionais.

Nesse cenário, compreende-se porque os jovens de hoje consideram e buscam várias possibilidades de combinar estudo e trabalho, atitude congruente com as exigências da realidade atual em que as noções de aperfeiçoamento, reciclagem e re-qualificação profissional tornaram-se permanentes e intermitentes. Todas as informações disponíveis indicam que é preciso superar a dicotomia entre a escola para a profissionalização imediata e a escola como etapa para se chegar à Universidade.

Não existem contradições intransponíveis entre educação propedêutica e educação para o trabalho. Ambas as possibilidades deveriam estar ao alcance de todos os jovens para que escolhas pessoais e circunstanciais possam ser feitas. O sistema educacional pode oferecer respostas diferenciadas para possibilitar distintos modos de acesso e continuidade na formação escolar.

Uma nova visão pedagógica deve

buscar superar os dualismos que se expressam nas oposições entre geral e específico, ou entre técnico e propedêutico, buscando estabelecer nexos dinâmicos entre a teoria e a prática, o pensar e o agir.

A escola deve ser pensada como espaço público democrático onde estejam fortemente presentes a ciência, a cultura e o esporte. Uma educação de qualidade para todos não pode ser compreendida apenas como forma de adestramento da força de trabalho. Nem pode ignorar a importância da inserção social e econômica dos jovens.

Para dar conta de toda a complexidade das mudanças vividas por esta geração, é fundamental incluir a temática da juventude na programação dos cursos de formação de professores, de coordenadores e de diretores.

É verdade que a família, a escola e os espaços de trabalho não são as únicas agências socializadoras das novas gerações. Mas a escola continua sendo imprescindível para transmitir conhecimento, democratizar o patrimônio social e cultural, para apoiar e orientar os jovens na elaboração de seus projetos de vida pessoal e profissional. A escola tem importância fundamental para aprendizagem das regras de convivência e solidariedade, requisitos fundamentais para o exercício da cidadania.

Por fim, vale salientar que a falta de investimento nas universidades públicas resultou em deterioração do ensino superior. A expansão nesse nível de ensino se fez principalmente no campo privado, gerando um problema grave de acesso e permanência em razão dos custos para a formação.

No Brasil, são as universidades públicas as principais responsáveis pela produção científica, destacando-se pela capacidade de produção endógena de conhecimento e tecnologia e pelo seu papel crítico diante da sociedade. Seu en-

fraquecimento compromete conquistas sociais e o avanço tecnológico. Torna-se urgente revalorizar, recuperar e integrar ao processo de desenvolvimento nacional a Universidade pública, os cursos de graduação e pós-graduação e os institutos de pesquisa.

A política nacional de juventude deve contemplar medidas para aumentar o número de vagas e implementar ações afirmativas que ampliem o acesso à Universidade pública, gratuita e de qualidade. Ao mesmo tempo, deve também criar canais para que os estudantes universitários venham a participar de programas e atividades ligadas à redução das desigualdades sociais.

Quando pensada como um vetor básico e fundamental do desenvolvimento, a educação assegura o fortalecimento da democracia e a redução permanente das desigualdades sociais, regionais, étnicas e de gênero.

Recomendações e propostas

1. Na formulação de políticas nacionais de educação, compreender o jovem como sujeito de direitos, envolvendo necessidades específicas, particulares e distintas, de acordo com as diferentes realidades socioeconômicas e culturais do país;
2. Considerar a singularidade de seu momento de vida e levar em conta, nas práticas educativas, as diferentes dimensões que compõem a experiência juvenil na sociedade atual – cultura, lazer, trabalho, sociabilidade, sexualidade etc;
3. Garantir a implementação da flexibilização curricular, a contextualização, a interdisciplinariedade, e a implementação dos temas transversais (trabalho, meio ambiente, educação para a saúde, cidadania) já previstos nos Parâmetros Curriculares Nacionais;

4. Superar a dualidade atual do sistema escolar, através da montagem de um ensino médio integrado, que ofereça educação básica de qualidade e formação técnica profissional, permitindo tanto a formação para o mundo do trabalho quanto a continuidade dos estudos no nível superior;
5. Reverter o quadro de municipalização predatória da escola pública e estabelecer um novo marco de cooperação entre os entes federativos para assegurar a garantia de universalização básica e o resgate da qualidade de ensino em todos os níveis;
6. Valorizar os professores, garantindo remuneração adequada, formação com reciclagem e condições adequadas de trabalho;
7. Tornar a escola atraente para o jovem, revendo as metodologias e abrindo-a para se relacionar com as linguagens e culturas juvenis. Melhorar sua infra-estrutura física e os equipamentos: quadras, laboratórios, bibliotecas, equipamento de informática e espaços para atividades. Articular a escola com outras instituições, grupos e entidades que atuem na mesma área temática e/ou geográfica, constituindo-a como espaço público democrático, aberto à população do entorno nos finais de semana e períodos de férias;
8. Desenvolver pedagogia específica para os jovens do meio rural, que poderá ser consolidada a partir de estreito diálogo e intercâmbio com os movimentos sociais que acumularam experiência nos últimos anos. Construção de escolas técnicas e de nível superior no campo, tendo por base a Pedagogia da Terra (alternância);
9. Implantar um programa de educação supletiva atinente às especificidades da condição juvenil, em estreito diálogo com os movimentos e instâncias voltadas para a Educação de Jovens e Adultos – EJA;
10. Conceber um plano nacional de erradicação do analfabetismo entre os jovens, que estabeleça metas e prazos, mobilizando não apenas as redes públicas de educação e equipamentos do Sistema S, mas a rica rede de experiências para-escolares que desenvolve vigoroso trabalho de alfabetização em várias regiões do país (MOVA etc).
11. Implementar programas especiais combinando acesso à escolaridade, capacitação para o trabalho e inserção em atividades comunitárias para jovens que estão fora da escola ou em defasagem idade/série. Esses programas devem garantir apoio financeiro para os jovens, com contrapartida em trabalho social, na perspectiva de alavancar sua autonomia em relação à família. As estratégias desses programas devem levar em conta as diferentes situações e experiências dos jovens. Variantes do mesmo programa devem ser desenvolvidas para jovens que estão no meio rural, nas comunidades quilombolas, nas aldeias indígenas, nas periferias das metrópoles. Dirigir o mesmo tipo de iniciativa aos jovens portadores de necessidades especiais, na medida em que existem poucos programas e poucas escolas a eles destinadas;
12. Desenvolver programas educacionais especiais para jovens em conflito com a lei e para populações carcerárias jovens, considerando-os parte da juventude brasileira;
13. Universalizar no país o sistema de cotas, como forma de assegurar aos afro-descendentes e aos jovens das camadas de baixa renda a igualdade de direitos registrada na letra de nossa Constituição Federal.

4.2 – Trabalho

Os indicadores sobre mercado de trabalho no Brasil revelam um quadro dramático. O desemprego entre os jovens de 16 a 24 anos ocupa o topo da escala e representa praticamente o dobro do verificado na População Economicamente Ativa em geral (PEA). Mais que o dobro, se cotejado com as taxas aferidas apenas para os contingentes acima de 24 anos.

Segundo os últimos resultados da Pesquisa Mensal de Emprego³, relativos a abril passado, enquanto para os adultos presentes no mercado de trabalho, 9 em cada 100 se encontravam desempregados, no caso dos jovens essa cifra saltava para 26,5 em cada 100, ou seja: **três vezes mais!**⁴

Todos os indicadores disponíveis evidenciam forte “pressão” dos jovens na procura por ocupação, denotando que – se estivessem apenas se dedicando à escolarização e aprendizagem profissional – as taxas de desemprego cairiam substancialmente, uma vez que o seu ingresso na força de trabalho estaria adiado.

Além disso, os jovens poderiam adquirir melhor preparo educacional e profissional, requisitos indispensáveis para enfrentar com maiores chances os obstáculos colocados por um mercado de trabalho cada vez mais excludente e competitivo.

Nesse cenário, e levando em consideração a diversidade e a desigualdade entre trajetórias juvenis, um debate torna-se central: devemos retardar o quanto possível a entrada dos jovens no mercado de trabalho, priorizando a ele-

vação da sua escolaridade e reservando os escassos empregos para os adultos, ou devemos facilitar esse ingresso, que por sua vez permite o necessário reforço do orçamento familiar nas camadas de baixa renda?

Há argumentos muito consistentes em ambos os lados dessa contenda, mas existe também um ponto de consenso: tanto a política de subsidiar a contratação de jovens, quanto os programas de renda destinados a postergar a entrada no mercado de trabalho requerem recursos financeiros indisponíveis no contexto de escassez orçamentária que hoje estrangula o Estado brasileiro, da União aos municípios.

Outro possível consenso se constrói frente à idéia de buscar soluções inovadoras, que escapem da alternativa rígida entre postergação com programas de renda ou subsídio às empresas para contratação de jovens, conforme já sugerido neste documento na forma de um programa nacional abrangente para a juventude brasileira.

De qualquer modo, é necessário ter em vista que as dificuldades do jovem em relação ao trabalho decorrem, em grande parte, de gargalos estruturais impostos por um padrão de crescimento econômico pouco generoso na geração de oportunidades, em especial para as frações da PEA sem experiência anterior de trabalho e, muitas vezes, com escolaridade inferior à requerida.

A economia brasileira vem ostentando taxas de crescimento inferiores aos níveis exigidos para a criação de empregos capazes de absorver os novos ingressantes

³ PME – Pesquisa Mensal de Emprego, realizada pelo IBGE em seis regiões metropolitanas do país (Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife, Rio de Janeiro, Salvador, São Paulo).

⁴ Cálculos aproximados, efetuados a partir das tabelas disponibilizadas pelo IBGE.

no mercado de trabalho⁵. Isso acarreta uma expansão preocupante no contingente total de desempregados, tornando urgente a adoção de políticas destinadas a gerar novas vagas e diminuir progressivamente o elevado estoque de desempregados que compõem a mão de obra adulta com experiência anterior de trabalho.⁶

As cifras mencionadas são suficientes para demonstrar as dificuldades que se contrapõem a quaisquer políticas públicas que busquem a geração de empregos para os jovens. É que os trabalhadores adultos desempregados acabam com grande frequência preenchendo as vagas disponíveis, antes mesmo de elas serem acessadas pelos jovens.

Uma alteração estrutural nesse quadro dependerá de o país ingressar numa rota de crescimento sustentado de longo curso, onde o padrão que vigorou durante as duas últimas décadas, em que as taxas médias de expansão do PIB (ao redor de 2,1% ao ano) mal ultrapassaram o crescimento populacional ocorrido nesse mesmo período (de aproximadamente 1,6% ao ano) seja substituído por outro capaz de gerar novas vagas e reduzir o contingente atual de desempregados.⁷

Apenas a título de ilustração, para se reduzir, num período de quatro anos,

em 25% os estoques acima estimados e absorver os cerca de 2,0 milhões de novos ingressantes (incluindo aí 1,5 milhão de empregos para os jovens em busca da primeira ocupação), ter-se-ia que gerar entre 2,5 e 2,7 milhões de vagas ao ano.

Tais expectativas, admitindo-se uma *elasticidade-emprego* do PIB de 0,4 sobre a PEA⁸, exigiriam uma taxa de crescimento anual do PIB entre 7,3% e 7,9% – número inalcançável sob as restrições estruturais de hoje.

É por esta razão que, além de se perseguir uma taxa de crescimento do PIB de 5% ao ano, ainda seriam necessárias políticas vigorosas de geração de empregos, que incluíssem redução da jornada de trabalho e das horas extras, e mudanças profundas no padrão de gastos públicos, priorizando-se os investimentos que tenham efeito multiplicador sobre a ocupação.

A tabela abaixo exhibe um exercício hipotético onde, sob algumas premissas, são cogitadas taxas de crescimento do PIB necessárias para, mantidas as demais condições estruturais, se alcançar resultados significativos em prazos relativamente curtos – até 5 anos –, fazendo declinar o estoque atual de desempregados.

⁵ Estima-se que, a cada ano, apenas para acolher os que completam a idade mínima exigida para legalmente se poder trabalhar, ou iniciam a procura em meio ou após completarem os ciclos educacionais médio ou universitário, seria necessária a criação de pelo menos **1,5 milhão** de novos empregos – algumas estimativas chegam a **1,8 milhão** de novas vagas ao ano! Essa forte pressão é decorrente do padrão de crescimento populacional que seguirá demarcando a demografia brasileira durante a presente década, para só então ingressar num período de acentuado declínio e começar a refletir as mais recentes quedas ocorridas nas taxas de fecundidade, característica marcante do último decênio.

⁶ A se manterem as taxas de expansão da PEA nacional informadas pelas quatro últimas PNADs (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios), quando a força de trabalho cresceu à razão de mais 2,07 milhão de pessoas ao ano, seria necessária a criação de mais cerca de $\frac{1}{2}$ milhão de empregos, além daqueles **1,5 milhão**, apenas para se evitar que o estoque total de desempregados continuasse a crescer em termos absolutos.

⁷ A despeito das estatísticas incompletas, os desempregados brasileiros podem ser estimados como situando-se entre um mínimo de 8,0 milhões até, segundo cálculos pessimistas, 11,4 milhões de pessoas procurando ocupação.

⁸ Significa dizer que a cada ponto percentual de expansão do PIB ter-se-ia, em decorrência, a geração de um volume adicional de vagas equivalente a 0,4% da PEA – para o ano de 2002 estimada em 85,4 milhões de pessoas. Sob tal, elasticidade ter-se-ia a criação de aproximadamente 340 mil empregos por ano para cada 1% de elevação do PIB. Considerando-se a necessidade de se criarem entre 2,5 milhões e 2,7 milhões de vagas anuais, as taxas de crescimento do PIB deveriam alcançar, nesses cálculos hipotéticos, entre 7,3% e 7,9%.

TABELA					
Premissas hipotéticas adotadas					
<ul style="list-style-type: none"> • Crescimento de 1% no PIB gera 340.000 empregos • Há 9 milhões de desempregados • A demanda anual por novos empregos é de 2 milhões de postos 					
Caso I					
	Ano 01	Ano 02	Ano 03	Ano 04	Ano 05
<i>Inventário Inicial de desempregados</i>	9.000.000	9.810.000	10.620.000	11.430.000	12.240.000
Crescimento do PIB %	3,5	3,5	3,5	3,5	3,5
Empregos gerados	1.190.000	1.190.000	1.190.000	1.190.000	1.190.000
Demanda anual	2.000.000	2.000.000	2.000.000	2.000.000	2.000.000
<i>Inventário final de desempregados</i>	9.810.000	10.620.000	11.430.000	12.240.000	13.050.000
Caso II					
	Ano 01	Ano 02	Ano 03	Ano 04	Ano 05
<i>Inventário Inicial de desempregados</i>	9.000.000	9.300.000	9.600.000	9.900.000	10.200.000
Crescimento do PIB %	5,0	5,0	5,0	5,0	5,0
Empregos gerados	1.700.000	1.700.000	1.700.000	1.700.000	1.700.000
Demanda anual	2.000.000	2.000.000	2.000.000	2.000.000	2.000.000
<i>Inventário final de desempregados</i>	9.300.000	9.600.000	9.900.000	10.200.000	10.500.000
Caso III					
	Ano 01	Ano 02	Ano 03	Ano 04	Ano 05
<i>Inventário Inicial de desempregados</i>	9.000.000	8.620.000	8.240.000	7.860.000	7.480.000
Crescimento do PIB %	7,0	7,0	7,0	7,0	7,0
Empregos gerados	2.380.000	2.380.000	2.380.000	2.380.000	2.380.000
Demanda anual	2.000.000	2.000.000	2.000.000	2.000.000	2.000.000
<i>Inventário final de desempregados</i>	8.620.000	8.240.000	7.860.000	7.480.000	7.100.000

Percebe-se que apenas no Caso III, sob uma taxa de crescimento do PIB de 7,0% anuais, se reduziria o nível absoluto de desemprego. Daí a importância de se combinarem diferentes ações que,

ao lado da expansão sustentada da economia a taxas elevadas, contribuam para reduzir as dimensões da procura por trabalho, notadamente no que se refere aos novos ingressantes.

Nas circunstâncias atuais, quando se projetam taxas de crescimento modestas para o PIB, é preciso perseguir dois objetivos: de um lado, criar vagas que interrompam a expansão dos atuais contingentes de desempregados; de outro lado, buscar alternativas no âmbito das políticas públicas no sentido de reduzir a pressão por empregos exercida por jovens que poderiam ser alocados em experiências inovadoras conjugando escolarização, qualificação técnica, aprendizado profissional e trabalho social ou comunitário propiciador de auto-sustentação.

Nos debates do Projeto Juventude, foi muito enfatizada a relevância da esfera do trabalho entre os jovens, seja com respeito aos aspectos materiais (inserção ocupacional e renda), seja no tocante aos atributos subjetivos (espaço para o desenvolvimento de habilidades e auto-conhecimento, construção da autonomia em relação à família, sociabilidade, realização pessoal e vivência da própria condição juvenil).

Emergiram outras possibilidades ligadas ao trabalho associativo e cooperativo; o trabalho social em áreas como saúde, educação, cultura, lazer, esporte, turismo, comunicação; o estímulo a iniciativas empreendedoras com acesso ao microcrédito e à capacitação específica para isso; o apoio a práticas de economia solidária e cooperativas urbanas; e – no meio rural – além da garantia de acesso à terra, o apoio à agricultura familiar, à produção artesanal local e regional, ao turismo rural, dentre outras alternativas que não ficassem restritas ao trabalho agrícola.

Porém, foi enfatizado que o encaminhamento dessas alternativas não deveria ser entendido, de forma alguma, como negação dos direitos conquistados no campo das relações trabalhistas e sindicais. Além disso, cabe assinalar que nenhuma dessas alternativas, tomada de modo isolado, será suficiente para abar-

car a diversidade existente entre regiões e entre jovens no país.

Em todas as perspectivas colocadas não se poderá descuidar da elevação da escolaridade, quer pela continuidade dos estudos, quer pelo fornecimento de oportunidades de qualificação profissional.

A combinação entre escolarização e inserção dos jovens no trabalho impõe a discussão de novos parâmetros para a jornada de trabalho, no sentido de flexibilizá-la e reduzi-la; exige fiscalização e controle nos ambientes de trabalho; requer instrumentos mais efetivos de acompanhamento e apoio aos jovens na construção de suas trajetórias nas esferas do trabalho e da educação.

Recomendações e propostas

- Buscar uma trajetória de crescimento econômico sustentado que possibilite o equacionamento, ainda que gradual, do problema do desemprego;
- Combater e erradicar toda e qualquer forma de trabalho infantil e de adolescentes até os 16 anos;
- Assegurar o direito ao trabalho de adolescentes e jovens a partir dos 16 anos, ressalvadas as peculiaridades e especificidades da condição juvenil;
- Assegurar o direito à educação básica, à formação e educação profissional de caráter complementar e não substitutivo, a elevação da escolaridade e o direito à cultura e ao lazer;
- Respeitar a diversidade e as especificidades das atividades econômicas em cada região geográfica e nos espaços do campo e da cidade;
- Construir condições de igualdade de oportunidades para atender à diversidade juvenil – de classe, gênero, raça e portadores de deficiência – e para jovens de grupos em situação de vulnerabilidade e risco social;
- Regulamentar a jornada de trabalho, para não comprometer o acesso à

educação básica, à educação e formação profissional, à cultura, ao esporte e ao lazer;

- Construir instrumentos de regulação, orientação e acompanhamento dos jovens em sua trajetória no mundo do trabalho e da educação;
- Criar mecanismos de fiscalização e acompanhamento das condições de trabalho, jornada e salários de jovens em diferentes situações de trabalho;
- Articular ações de educação profissional e educação básica, buscando-se a elevação do nível de escolaridade e educação para a cidadania, concebendo-se educação profissional como formação complementar à educação formal;
- Articular políticas de educação e formação profissionais com aquelas voltadas à geração de trabalho e renda;
- Instituir um plano de formação continuada, por meio de cursos de curta, média e longa duração;
- Elaborar de maneira contínua diagnósticos sobre a situação dos jovens no mundo do trabalho, envolvendo os próprios jovens e outros atores;
- Constituir consórcios envolvendo a sociedade civil, governos, sindicatos e empresários para ampliação das oportunidades de trabalho e renda para jovens;
- Construir redes e fóruns juvenis para debater a geração de trabalho e renda para jovens, bem como contribuir na formulação, implementação e avaliação das políticas públicas;

Construir um programa amplo e abrangente, contemplando diversas alternativas de geração de trabalho e renda, quais sejam:

1.) Incentivar a elevação da escolaridade por meio da transferência de renda e a realização de atividades sociais e comunitárias

as relacionadas aos interesses dos jovens em cada localidade, privilegiando os de baixa escolaridade e baixa renda.

- 2.)** Apoiar a inserção de jovens no mercado formal de trabalho, considerando:
- a)** a reformulação do Programa Primeiro Emprego (já alvo de providências);
 - b)** a articulação entre educação profissional e locais de trabalho, buscando-se a elevação do nível de escolaridade, concebendo-se a educação profissional como formação complementar à educação básica;
 - c)** o necessário debate sobre a legislação de aprendizagem e estágios, revendo a permissão para a realização de jornadas de trabalho de 8 horas diárias, o tipo de trabalho realizado e incluindo a obrigatoriedade de frequência à escola, tanto no ensino fundamental, quanto no ensino médio;
 - d)** o fortalecimento da campanha recentemente lançada pela Fundação Abrinq buscando regulamentação e divulgação da Lei de Aprendizagem já em vigor – praticamente ignorada por todos – no sentido de que as empresas se abram à contratação de jovens nos termos ali normatizados
 - e)** o fomento de um amplo espaço de debate sobre o **Sistema S**, as escolas técnicas federais, estaduais e municipais e seus papéis nas políticas de trabalho para jovens;
 - f)** a ampliação do envolvimento das empresas nas ações de formação profissional, visando geração de oportunidades de trabalho aos adolescentes;
 - g)** debater o papel do **SINE** (Sistema Nacional de Emprego).
- 3.)** Fomentar e apoiar a constituição de empreendimentos e cooperativas de jovens considerando a necessidade de:
- a)** constituir programas de formação para o empreendedorismo e

cooperativismo vinculados à elevação da escolaridade;

b) criação de linhas de financiamentos específicas para empreendimentos e cooperativas de jovens, combinadas à capacitação para elaboração de planos de negócios, gestão de recursos e acompanhamento permanente;

c) acesso a crédito (micro-crédito, especialmente) e a possibilidade de constituir empreendimentos individuais e coletivos a partir dos 16 anos;

d) dar visibilidade e apoio aos empreendimentos e cooperativas de jovens;

e) incluir no currículo escolar (fundamental, ensino médio e superior) a discussão sobre o mundo do trabalho (formal e informal), a economia solidária e o empreendedorismo de forma opcional, não obrigatória;

4.) Fomentar e apoiar a construção de alternativas ocupacionais na área social:

a) criar linhas especiais de financiamento para projetos comunitários desenvolvidos por jovens;

b) apoiar, remunerar e dar visibilidade a trabalhos sociais desenvolvidos por jovens;

c) ampliar as alternativas de geração

de trabalho e renda a partir de atividades já desenvolvidas por jovens, grupos ou organizações juvenis em diferentes áreas – educação, comunicação, cultura, lazer, esporte, meio ambiente dentre outras;

d) fomentar a construção de alternativas de geração de trabalho e renda na área social.

5.) Trabalho no campo:

a) reformulação e ampliação do Programa Primeira Terra;

b) incentivar as atividades agrícolas e não agrícolas tais como turismo, ecoturismo, artesanato, música, trabalho autônomo, no comércio ou indústria ligados à produção rural;

c) desenvolver política de geração de trabalho e renda no campo, com incentivo às cooperativas e agroindústrias nos assentamentos, além do fortalecimento da agricultura familiar;

d) fornecer linha de crédito subsidiado e seguro agrícola para o jovem rural até os 35 anos;

e) estimular o trabalho social remunerado como alternativa de trabalho e formação para as juventudes no campo.

4.3 – Cultura

Cultura é uma palavra chave que se relaciona com diferentes planos da vida dos jovens. Interfere na sua formação e informação, incidindo na produção e disputa de sentidos e valores; influi na constituição de identidades e sociabilidades pessoais e coletivas, incidindo nos modos como se estruturam seus vínculos e confrontos societários; oferece-se como diversão e fruição, incidindo no uso do tempo livre e no modo de relação com os espaços públicos e territórios sociais; está presente na criação e expressão de arte, incidindo nos modos como manifestam suas visões de mundo.

Uma dimensão inovadora constatada, em várias pesquisas sobre as práticas juvenis na década de 90, se refere à importância da esfera cultural e do lazer como espaço produtor de sociabilidade. Nos espaços de lazer os jovens encontram possibilidades de experimentação de sua individualidade e das múltiplas identidades necessárias ao convívio cidadão. Práticas de ação coletiva em espaços públicos de cultura e lazer, existentes nas cidades, podem ser consideradas como laboratórios onde se processam experiências e se enriquecem as subjetividades.

Os espaços de cultura e lazer podem ser, com todas as suas potencialidades, discutidos e focalizados na perspectiva de um direito. Falar em direito cultural implica em possibilitar o acesso aos produtos culturais, às informações, aos meios de difusão. Envolve também garantir a liberdade de criação e produção cultural, bem como valorizar a memória coletiva. Uma política pública democrática nesse âmbito deve se revelar capaz de ampliar a capacidade crítica – e de resistência – dos jovens frente à tendência uniformizadora e padronizadora da indústria cultural.

Os contrastes sócio-econômicos do Brasil se manifestam com nitidez na desigualdade de acesso, dentro da população juvenil, a bens, serviços e espaços públicos de cultura e lazer. Políticas orientadas para esse setor da vida social devem intervir sobre as condições desiguais, favorecendo a constituição de esferas públicas no âmbito da cultura e do lazer. As políticas públicas precisam favorecer o acesso a espaços, equipamentos, instituições e serviços que elevem a qualidade de vida nas diferentes localidades do país.

A liberdade desfrutada pelo jovem em suas horas e em seus espaços de lazer faz com que as gerações adultas cultivem certas desconfiças sobre a capacidade de *utilização sadia* do tempo livre e sobre a validade da produção cultural como expressão dos grupos juvenis.

Dessa forma, como combate ao tempo ocioso ou tentativa de afastar os jovens do mundo do crime, políticas equivocadas planejam a realização de atividades de preenchimento do tempo livre numa perspectiva de instrumentalização da cultura e de controle social. Em última instância, inibem a potencialidade de criação e expressão cultural que agrega e sociabiliza os jovens, desenvolvendo sua auto-formação em múltiplas dimensões.

Uma nova política pública de juventude precisa levar em conta a realidade concreta dos atores a quem se dirige, os diversos modos de ser jovem, suas formas próprias de lazer e considerar que eles são capazes de produzir autonomamente expressões culturais criativas. O pertencimento a grupos possibilita a criação de relações de confiança, a construção de identidades coletivas e individuais, a expressão e atuação no espaço público.

Aliando criatividade e capacidade de pensar criticamente o mundo, nos últimos anos surgiram novos tipos de ocupação, geração de renda e postos de tra-

balho que se apresentam na área da cultura, esporte e lazer. Um dos eixos da política de cultura para jovens deve ser a de potencializar esses processos.

Recomendações e propostas

1. Garantia de acessos

Considerando que o uso do tempo livre depende de condições sociais que possibilitam ou restringem as alternativas de lazer e de fruição artística, as políticas públicas de juventude devem garantir o acesso dos jovens aos bens culturais disponíveis na sociedade.

Trata-se de ampliar as possibilidades de escolha de estilos, gêneros, expressões artísticas e culturais; de ampliar a informação e formação cultural; de estimular o pensamento crítico e a capacidade de assimilar e valorizar as diferentes formas e linguagens culturais; de favorecer também a sociabilidade juvenil em contextos e ambientes culturais públicos.

- Dotar os municípios de espaços culturais de lazer tais como parques, complexos esportivos e praças com equipamentos adequados às especificidades culturais juvenis de cada região e orientados para a prática de múltiplas expressões (artísticas, lúdicas e esportivas). Estimular nesses espaços a realização de eventos sociais, tais como bailes, shows, concertos e recitais como forma de estímulo à convivência coletiva de múltiplos grupos. Devem ser priorizadas as áreas de maior densidade populacional e de infra-estrutura urbana precária;

- Desenvolver novo modelo de biblioteca pública que ofereça aos jovens novos espaços, serviços e programas (informação, multimídia, campanhas de promoção cultural) para além da função estritamente escolar. Priorizar os municípios que não dispõem deste equipamento;

- Articular convênios com os principais espaços culturais como museus, sa-

las de concerto, teatros e cinemas, entre outros, que permitam ampliar as oportunidades de acesso juvenil a esses serviços, ainda quando não sejam estudantes;

- Garantir o direito de ir vir aos jovens criando condições para o seu deslocamento municipal e intermunicipal com passe livre para seus momentos de estudo e lazer, priorizando os jovens de baixa renda;

- Estabelecer política nacional de difusão de estímulo ao hábito da leitura garantindo o acesso a títulos de qualidade literária a baixo custo;

- Estimular a criação de uma área de informação sobre serviços culturais para jovens nas instâncias públicas municipais relacionadas com a cultura em parceria com instituições e grupos culturais locais;

- Apoiar o turismo social juvenil, preferencialmente em grupos, como atividade formativa e recreativa possibilitando aos jovens a realização de viagens temáticas onde possam conhecer e valorizar novos lugares, ambientes naturais, costumes e culturas a baixo custo em atividades excursionistas.

2. Estímulo à criação e difusão cultural juvenil

- Reconhecer e valorizar os jovens e grupos juvenis como criadores de cultura, apoiando o desenvolvimento de suas habilidades e capacidades de criação e expressão crítica.

- Impulsionar a profissionalização dos jovens criadores através da capacitação em metodologias para a elaboração, avaliação, gestão e comercialização de projetos culturais na perspectiva da produção juvenil associada;

- Possibilitar o intercâmbio e a discussão entre representantes juvenis de diversas correntes culturais para o conhecimento e enriquecimento mútuo através do estímulo à promoção de encontros locais, regionais, nacionais e inter-

nacionais envolvendo jovens das diferentes linguagens culturais;

- Promover “caravanas” nacionais nas quais diferentes grupos viajarão pelo Brasil para realizar apresentações, oficinas e trocas de experiências com outros grupos como forma de promover o diálogo entre a diversidade cultural brasileira;

- Promover a participação de criadores e artistas juvenis em festivais, encontros e eventos culturais e esportivos;

- Desenhar programa de concursos para jovens criadores nas diferentes linguagens culturais que permitam aos vencedores desenvolver suas propostas e participar em eventos dentro e fora do país;

- Apoiar a realização de eventos juvenis artísticos culturais em escolas e outros espaços;

- Criar espaços de formação continuada de jovens em caráter presencial e à distância em diferentes linguagens artístico-culturais criando condições de sensibilização e expressividade pessoal e coletiva

- Criar fundos municipais de apoio a projetos culturais e de lazer apresentados e geridos por grupos e associações juvenis;

- Criação de núcleos de culturas juvenis como um equipamento público que promova a articulação da política nacional de cultura e lazer para os jovens brasileiros, partindo da articulação de diferentes espaços, valendo-se da infra-estrutura local instalada em cada região – em especial as escolas públicas, clubes civis e centros comunitários – garantindo minimamente a existência de uma sede administrativa capaz de coordenar espaços de realização de atividades culturais por regiões de intervenção.

3. Formação e capacitação na área cultural

- Promover políticas de formação e aperfeiçoamento de jovens produtores e animadores culturais, em diferentes linguagens e expressões artístico-culturais,

visando ampliar sua área de atuação social, possibilitando inclusive a geração de novas ocupações remuneradas.

- Criar espaços de formação continuada de jovens em diferentes linguagens artístico-culturais, criando condições de sensibilização e expressividade pessoal e coletiva;

- Capacitar e assessorar jovens animadores culturais para atuarem em suas comunidades no estímulo à criação e desenvolvimento de projetos culturais e de lazer destinados aos jovens;

- Desenvolver um sistema nacional de formação de educadores sociais coordenados por universidades públicas, capacitando-os para a atuação com jovens em contextos de ação cultural nos tempos e espaços de lazer

- Criação de núcleos de comunicação comunitária dotados de equipamentos de multimídia e informática que possibilitem o letramento digital por intermédio de projetos de formação de jovens comunicadores em rede;

- Fomentar redes de pesquisadores universitários voltadas para o desenvolvimento de investigações em torno das culturas juvenis.

4. Propiciar condições de equidade para jovens em situação de desvantagem social

No contexto de uma sociedade desigual, uma proposta de política pública cultural para os tempos de lazer dos jovens brasileiros necessita dirigir-se especialmente aos jovens em situação de desvantagem social.

- Apoiar as ações de investigação e difusão cultural das expressões juvenis de natureza étnica priorizando as comunidades indígenas e quilombolas;

- Incentivar a participação de jovens em situação de desvantagem, em projetos e iniciativas culturais específicas;

- Estimular o desenvolvimento de

projetos culturais e de lazer específicos para jovens em situação de rua e em conflito com a lei;

- Estabelecer um programa nacional, em parceria com os estados da federação, de promoção cultural dos jovens presidiários;

- Desenvolvimento de um programa nacional voltado para jovens portadores de necessidades especiais visando desenvolvimento pessoal e social que lhes permita inserir-se na vida social através de atividades culturais e de lazer.

4.4 – Participação

Em diferentes momentos da história do país, distintos segmentos da juventude marcaram presença em mobilizações sociais e acontecimentos políticos. Atenta às grandes questões sociais e trazendo a público suas demandas, a juventude deve ser vista como parte integrante dos processos de mudança e de um projeto de desenvolvimento econômico e social para o Brasil.

Toda a experiência geracional é sempre inédita. Cada geração pode ser também caracterizada pelas formas próprias e diversas que os jovens encontram para se expressar e participar da construção do sentido da vida e do imaginário coletivo.

No âmbito das políticas públicas de juventude, falar em participação implica, em primeiro lugar, assumir a importância de estimular e garantir o protagonismo dos jovens.

Uma das dimensões a ser considerada é a garantia do reconhecimento dos jovens como sujeitos para que possam assumir-se como atores sociais. Para isso, é fundamental vincular o apoio a seus processos de desenvolvimento pessoal à possibilidade de participação e interferência no seu meio social, seja a escola, a comunidade, o bairro, o país. Nesse sentido é que têm sido desenvolvidos programas, governamentais e não governamentais, principalmente dirigidos a setores de maior vulnerabilidade, que buscam vincular ações de formação e proteção com as de solidariedade e intervenção social.

Uma agenda que favoreça a participação não deve incorporar apenas a dimensão reguladora, deve ser também uma agenda de oportunidades que incorpore especificidades da condição juvenil, ancoradas na diversidade espacial, étnica, cultural e regional.

A educação para a cidadania deve ser um dos eixos para o estímulo à par-

ticipação. A informação sobre os direitos e a aprendizagem das práticas democráticas devem ser parte integrante de todos os processos educativos em que estejam inseridos os jovens.

É fundamental, também, a garantia de espaços de participação e interferência efetiva dos jovens nas instituições em que estejam envolvidos, como as escolas, as organizações sociais e áreas governamentais de cujos programas estejam participando.

Por outro lado, é necessário reconhecer as diferentes maneiras como os jovens se estruturam como sujeitos e se organizam para expressar demandas, necessidades, desejos e visões de mundo e para agir no espaço público.

Na última década, os jovens diversificaram suas formas, espaços e alvos de atuação, assim como se tornou mais diversa a face social dos jovens que se mobilizam e constituem ações coletivas. Além dos estudantes, jovens trabalhadores, jovens do campo, jovens mulheres, e dos mais variados setores populares urbanos se agrupam, constroem identidades coletivas e formas de atuação de distintas modalidades. Entre elas, pode-se distinguir pelo menos as seguintes:

- Filiação e militância nos partidos políticos;
- Engajamento nos diferentes espaços do movimento estudantil (grêmios, diretórios, UBES, UNE, e outros)
- Atuação em entidades sindicais ou associações profissionais.
- Pertencimento a grupos que atuam para transformar material e culturalmente o espaço local, nos bairros, nas favelas e periferias.
- Participação em grupos que atuam nos espaços da cultura e do lazer: bandas musicais, grupos de teatro e dança de diferentes estilos, associações esportivas grupos de skatistas, grafiteiros, torcidas organizadas, etc.,

- Mobilização em torno de uma causa ou campanhas (grupos ecológicos, grupos contra a violência e pela paz, comitês da Ação da Cidadania, acampamento internacional da juventude, etc)

- Grupos de jovens que se propõem a atuar no espaço público sob a forma de pastorais, redes, movimentos etc

- Grupos reunidos em torno de identidades específicas (mulheres, negros, homossexuais)

- Ongs formadas por jovens, desenvolvendo projetos de atuação social e comunitária etc

Tais possibilidades não se excluem mutuamente. Um jovem, ao longo de sua trajetória, ou mesmo simultaneamente, pode participar em várias dessas modalidades, que também se entrecruzam: grupos organizados por identidades podem ter recorte cultural, partidário ou comunitário. Certos grupos ou ONGs podem ter sua origem vinculada a temas específicos, ou se envolver conjuntamente em campanhas e mobilizações. É importante lembrar, também, que grupos ligados à Igreja Católica, a determinadas denominações evangélicas, a centros espíritas oferecem tradicionalmente espaços de aprendizado, de participação e de formação de militantes.

Algumas dessas organizações são mais formalizadas, outras menos; algumas buscam ter caráter de representação, outras não; são distintos os modos de impacto que buscam ter sobre a esfera pública e a condição juvenil. Alguns deles têm procurado se encontrar e conectar em diferentes tipos de fóruns, redes, embora ainda esteja em processo a busca de referentes e linguagens comuns para o estabelecimento de demandas e atuações conjuntas.

Tais organizações devem ser reconhecidas e valorizadas como canais de enriquecimento da vida pública e democrática do país, garantindo-se apoio à sua

existência e manifestação. Devem ser desenvolvidas estratégias para torná-las visíveis e incorporar suas contribuições aos processos sociais e políticos do país.

Preservando a indispensável autonomia das organizações juvenis, cabe estimular a participação política coletiva da juventude e criar mecanismos transparentes, desvinculados dos interesses dos governos, que assegurem a estruturação e a autonomia dos movimentos.

Vários movimentos sociais no Brasil conquistaram ou constroem espaços para participar da elaboração dos programas e das políticas que lhes dizem respeito. Os jovens entram na cena pública buscando afirmar-se como sujeitos de direitos. É a partir de suas vivências pessoais e coletivas, da expressão de suas demandas e necessidades que devem ser elaboradas as políticas e os programas de juventude inclusivos e com a participação juvenil.

Nesse cenário é preciso distinguir, qualificar, motivar e incorporar a participação dos jovens. A diversidade de situações deve ser considerada na definição dos instrumentos de intervenção e de participação. O desafio está em desenvolver suportes metodológicos e meios operativos para produzir uma experiência dinâmica, um processo de consultas mútuas pelo quais o senso comum se modifique e novas formas de pensar e de agir se imponham.

Para isso, devem ser criados e mantidos canais de interlocução suficientemente abertos para garantir a participação do maior leque possível de jovens. É preciso construir formas de representação que contemplem a diversidade dos sujeitos e das modalidades de organização juvenis e definir canais de participação nas estruturas de governo que garantam a participação ampla e plural das juventudes na discussão e na definição de políticas públicas

Não há como estabelecer de ma-

neira vertical as formas de participação e querer que os jovens se encaixem nelas. Assim sendo, os dois únicos requisitos obrigatórios para o reconhecimento das distintas formas de participação são: respeitar a princípios éticos da convivência social e ter disponibilidade para a o diálogo com outros atores sociais.

É importante valorizar a experiência recente dos gestores locais de políticas de juventude e dos espaços institucionais municipais e estaduais – conferências, conselhos e secretarias de juventude – que se propõem a conectar diferentes redes e organizações juvenis e estruturar um diálogo destas com o poder público. Tais experiências servem de base para a consolidação de propostas de estruturação de canais formais de participação dos jovens nas definições de políticas públicas.

Para definir as políticas e programas é preciso também construir espaços de interlocução entre os atores da sociedade, garantindo o diálogo entre gerações e no interior da mesma geração. Participação significa conquistar poder, redistribuir poder, o que inevitavelmente gera conflitos. São necessários, portanto, espaços de negociação de interesses e construção de consensos, administrando-se os conflitos. É importante estimular também a presença de jovens nos espaços institucionais de decisão política, como os Orçamentos Participativos, os Congressos da Cidade, os Conselhos de Direitos e de Políticas Sociais (Educação, Saúde etc.)

Os jovens devem participar da elaboração, da implementação, da avaliação do andamento e do impacto das ações implementadas. Tal participação deve ocorrer desde as fases de elaboração até a avaliação (e possível contestação), passando pela proposição e execução. Essa diretriz garante um conteúdo democrático e educativo, contribu-

indo para que exista maior identidade das políticas públicas com o próprio jovem, requisito para que tenham maior eficácia.

Recomendações e propostas

1. Construir programas que estimulem o protagonismo dos jovens, a intervenção social, o envolvimento nas questões comunitárias e do país.

- Fortalecer as ações já desenvolvidas por jovens na busca de soluções para as questões comunitárias e da sociedade brasileira (como os projetos de ação social e os grupos de extensão universitária), apoiando a implementação de suas propostas.

2. Promover a capacitação dos jovens para a atuação social e participação política

- Estruturar e desenvolver ações de educação para a cidadania nas instituições e programas dirigidos aos jovens.

- Apoiar sistemas de informação e formação política dos grupos e movimentos juvenis

- Promover espaços de capacitação de jovens para a elaboração, desenho, implementação e execução de projetos de intervenção social e de políticas públicas.

3. Apoiar a formação e fortalecer as organizações juvenis e garantir espaços de atuação pública

- Incentivar a participação e a organização juvenis (fundos de apoio, assessorias técnicas). Abrir espaços de interlocução, de expressão das demandas, de diálogo e negociação entre diferentes atores sociais (rodas de diálogo, fóruns mistos)

- Garantir espaços de autogestão (auto-valorização e autonomia), valorizando e fortalecendo as capacidades de expressão e ação dos jovens; espaços de expressão e criação, laboratórios de experimentação de possibilidades e capa-

idades, de construção de formas alternativas de fazer política, de produção autônoma de serviços de interesse coletivo. (Centros de juventude)

4. Garantir a participação dos jovens em todas as políticas a eles dirigidas

- Definir espaços e canais permanentes, legitimados e garantidos por lei, para a discussão e definição de políticas públicas: fóruns, conferências, conselhos:
- Realização de conferências municipais ou micro-regionais que definem diretrizes e elegem delegados para as conferências estaduais e regionais, que por sua vez definem diretrizes e elegem delegados para a conferência nacional.
- Conselhos paritários para controlar e fiscalizar a implementação das políticas públicas de juventude.
- Construir ou fortalecer mecanismos locais de planejamento social e ambiental participativo, planejando

ações de interesse coletivo que garantam a redistribuição dos recursos materiais e simbólicos, bem como a melhoria das condições de vida da população jovem.

5. Estimular a participação dos jovens em espaços gerais de decisão política

- Fortalecer os processos de participação dos jovens nos Orçamentos Participativos, congressos das cidades, conferências e fóruns municipais.
- Dar subsídios, informações e instrumentos de análise para possibilitar uma eficiente presença nas disputas políticas e partidárias do país – do nível municipal ao federal – valorizando programas e candidaturas comprometidas com o fortalecimento das instituições democráticas, combate à corrupção, defesa da soberania nacional e promoção da justiça social pela via da redistribuição da renda e combate à pobreza.

4.5 – Esporte

As práticas esportivas podem representar uma verdadeira escola prática onde valores como a importância do trabalho em equipe, da dedicação, da confiança em si mesmo e no próximo são assimilados.

O esporte também deve ser pensado como prática que estimula a vida comunitária e a socialização dos jovens. A quadra de esportes ou a pista de *skate* são muitas vezes os pontos de encontro nos bairros, integrando os jovens de maneira sadia.

Na escola, a educação física deve ser promovida de modo a possibilitar ao jovem o contato com uma boa variedade de modalidades esportivas. Deve-se estimular a relação entre o ensino formal e o esporte, assim como a abertura das escolas nos finais de semana para a realização de práticas esportivas.

A democratização do acesso ao esporte tende a provocar elevação na qualidade de vida para toda a população. A universalização da prática esportiva pode ter como agentes principais os jovens, abrindo importantes perspectivas de profissionalização e emprego.

O esporte e a atividade física devem ser compreendidos como meio de inclusão social e estimulados para o preenchimento do tempo livre dos

jovens de maneira saudável, prazerosa e lúdica.

Recomendações e propostas

- estimular as redes esportivas no ensino médio e superior, especialmente as iniciativas dos Jogos Escolares e dos Jogos Universitários Brasileiros;
- estimular a prática esportiva nos assentamentos rurais;
- considerar também esportes não-olímpicos mas de grande apelo entre os jovens, como o skate, nos programas de difusão esportiva;
- vincular os programas de difusão do esporte e lazer comunitários aos programas sociais direcionados à juventude, através de monitorias e similares;
- promover a concessão de bolsas para os jovens atletas, combinando a profissionalização esportiva do jovem com sua escolarização e formação;
- Aperfeiçoar e ampliar programas como o Segundo Tempo, do governo federal;
- Aproveitar, como monitores remunerados ou como voluntários, os estudantes de educação física que frequentam cerca de 460 cursos no país, para o treinamento de jovens e, inclusive, preparação de monitores entre eles para multiplicação da escala atingida;

4.6 – Saúde

Uma política de saúde para a juventude deve se inscrever na perspectiva da promoção da saúde integral, visando à qualidade de vida de todos os jovens, envolvendo sua relação com o ambiente físico e social, garantindo condições para desenvolvimento pleno, incluindo a vivência de experiências com segurança e a constituição de projetos consistentes de vida.

Há dois eixos principais de abordagem do tema: a interdependência entre as diferentes dimensões que interferem na qualidade de vida dos jovens e sua saúde, e a necessidade de desenhar políticas específicas de atenção à saúde dos jovens.

Os jovens têm necessidades particulares no campo da saúde, não somente na linguagem, mas também no conteúdo e na forma da atenção. Tais necessidades ocorrem num momento do ciclo de vida particularmente saudável do ponto de vista de constituição biológica. Nessa etapa, grande parte dos problemas de saúde decorre dos modos de viver a vida, dos hábitos e comportamentos dos jovens em sua busca de definição identitária e satisfação pessoal.

Assim, a especificidade da juventude no campo da saúde não se dá somente, nem prioritariamente, por força da biologia e da psicologia particulares da puberdade e da adolescência. Está ligada à particular inserção dos jovens no mundo social, o que determina adoção de práticas cotidianas distintas das de outros grupos populacionais.

Obstáculos experimentados em outras dimensões de suas vidas, provocam comportamentos que muitas vezes correspondem a uma estratégia de resistência e desembocam em situações de risco e vulnerabilidade. Os jovens aparecem, então, ligados a temas como gravidez na adolescência, doenças sexual-

mente transmissíveis e AIDS, abuso de drogas, acidentes de trânsito, homicídios e agressões resultantes do envolvimento em situações de violência.

É preciso alargar a compreensão desse contexto peculiar da vida juvenil para não limitar a abordagem de saúde às ações de caráter preventivo que são propostas contra eventuais comportamentos de risco, numa perspectiva de controle social. É preciso abrir um novo horizonte de promoção da saúde, ofertando suporte social à realização de seus projetos de vida.

Nesse sentido, os profissionais de saúde devem ser vistos como agentes que podem contribuir significativamente com os jovens na construção da possibilidade de intensificar sua participação no mundo e de realizar os seus projetos de vida. Tal compreensão do papel das políticas públicas de saúde e da ação dos seus profissionais sugere a demanda por políticas articuladas de promoção da qualidade de vida dos jovens e de sua saúde em dois campos convergentes de ação:

1. políticas intersetoriais articuladas de juventude
2. políticas específicas de atenção à saúde dos jovens;

Recomendações e propostas

Políticas intersetoriais

Para garantir que o tema da saúde esteja verdadeiramente vinculado à promoção da qualidade de vida dos jovens, um dos focos prioritários de ação deve ser o desenvolvimento de um novo paradigma de **trabalho intersetorial tendo por base o território local**.

Uma estratégia para efetivar essa proposta é construir redes de compromisso em relação aos jovens, articulando agentes de diversos setores: saúde, educação, tra-

balho, cultura, esportes, justiça, segurança, etc, para o desenvolvimento de propostas articuladas de ação.

Tais redes devem avançar em relação às propostas já usuais, embora nem sempre efetivadas, de articulação entre Saúde e Educação (os dois principais pilares locais do desenvolvimento de políticas públicas no território), considerando que parte significativa dos jovens da população de 15 a 24 anos já não frequenta a escola.

Essa proposta envolve o desenvolvimento de políticas de formação de recursos humanos para o trabalho com juventude (para os agentes locais das políticas públicas) e a constituição de equipamentos múltiplos como os **centros de juventude**, espaços para convivência dos jovens, entre si e com os agentes públi-

cos, através dos quais informações podem ser disseminadas, demandas podem ser expressas e acolhidas, e ações podem ser formuladas, debatidas e programadas.

Políticas específicas

- Transformação e adequação dos serviços de atendimento para acolher os jovens e suas demandas
- Ampliação da educação por pares: jovens multiplicadores
- (educação em saúde através da abordagem de jovens por outros jovens)
- criação de um sistema de informação sobre serviços voltados aos jovens;
- maior divulgação de experiências bem sucedidas;
- formação mais universalizada de profissionais de saúde para a atenção à saúde de adolescentes e jovens

4.6.1 – Saúde mental

Nas abordagens mais tradicionais da psiquiatria, predominantes na mídia brasileira, estimase que um em cada cinco jovens são potencialmente portadoras do que esses profissionais denominam “desvio de conduta”. Qualquer que seja a qualidade científica atribuída a esse tipo de classificação, trata-se um percentual suficientemente expressivo para expor a magnitude do problema.

NAs discussões desenvolvidas no âmbito do Projeto Juventude, entretanto, predominou a idéia de que os paradigmas norteadores da atenção integral à saúde mental dos jovens devem ser: 1) trabalho com a **subjetividade** e não com o **sintoma** (a doença); 2) foco na **produção de saúde** com a ferramenta da **clínica ampliada**.

Um pressuposto é a necessidade de olhar cada jovem em sua singularidade, especificidade, história de vida e, também, olhá-lo enquanto sujeito de um coletivo. Outro é reconhecer que há múltiplos fatores na geração do adoecimento: precárias condições de vida, trabalho, cultura e lazer etc; exclusão social que nega o acesso aos direitos fundamentais de cidadania (educação, saúde em geral, assistência social, cultura, esporte, lazer); padrão vigente de subjetivação, calcado nos imperativos de sucesso e prazer a qualquer custo, induzindo aos sintomas da dependência generalizada (consumo de objetos de todas as ordens: psico-fármacos, drogas lícitas ou ilícitas, musculação, sexo, grifes, imagens, etc); solidão, desamparo e a ausência de espaços coletivos de significação e de práticas solidárias de ampliação da potência de vida.

Frente a isso, é importante estabelecer alguns **eixos de atuação** para a atenção à saúde mental, na perspectiva da promoção da saúde integral dos jovens, em consonância com o item ante-

rior deste documento de conclusão.

- Não cabe patologizar os sinais de rebeldia, contestação, desobediências. Os serviços de saúde mental devem desenvolver o respeito à diferença do adolescente e a sua condição peculiar de constituição de seus próprios mundos e territórios.

É preciso dar atenção à questão epidemiológica, introduzindo permanentemente a análise deste recorte etário nas políticas de saúde mental, de forma a identificar as demandas singulares deste campo (uma vez que historicamente os serviços de saúde mental para adolescentes foram escassos ou inexistentes);

Adequar e constituir os serviços de atendimento às especificidades juvenis, promovendo a formação dos profissionais para isso.

Recomendações e propostas

- Implementar as políticas de saúde mental em estreita ligação com as políticas de cultura e de educação;
- Criar, ampliar ou otimizar **Centros de Juventude**, como espaços específicos para encontros dos jovens entre si e dos jovens com profissionais de saúde mental e de outras áreas. Esses centros devem ser pensados como equipamentos de passagem e de referência para o jovem, onde existam diferentes meios de acesso, não ao sintoma, mas à subjetividade e onde se possa ofertar diferentes modalidades de atenção. Devem ser espaços mais livres de manifestação das suas potencialidades de vida e da sua criatividade.
- Investir na atenção ao adoecimento mental já instalado, em graus diferenciados, segundo diretrizes definidas nas Conferências Nacionais de Saúde, nas de Saúde Mental em especial, que se apóiam na visão ético-política que deu base à vitoriosa luta anti-

- manicomial, com destaque para a implantação dos CAPs, em suas várias modalidades
- Investir na ampliação e na “humanização” desta rede de atenção,
 - Adequar tais serviços para atender aos jovens, incluindo profissionais que tenham uma escuta afinada e condições de acolhimento adequado à singularidade e pluralidade da condição juvenil.
 - Prontidão no acolhimento dos sinais importantes de sofrimento psíquico na juventude (atenção à crise). Esta atenção deve pautar-se numa perspectiva de atenção integral à saúde, para evitar internações desnecessárias, e principalmente no trabalho pós-crise (inserção em rede), para evitar processos de cronificação.
 - Propiciar a formação permanente de profissionais para o atendimento da juventude

4.7 – Drogas

Três são as considerações principais quando se pensa em drogas e juventude hoje: prevenção, tratamento e a questão da legislação.

Nas discussões desenvolvidas no Projeto Juventude prevaleceu amplo consenso em favor da linha de abordagem da questão que se conhece como viés de redução de danos: reconhecer o uso de drogas para minimizar suas conseqüências.

Recomendações e propostas

Prevenção

(ao uso indevido, ao abuso, à violência e outros problemas decorrentes do consumo de drogas ilícitas e também das lícitas)

1) Campanhas educativas:

- Produção, a cargo de equipe multidisciplinar, de sites, spots de rádio e TV e folders, flyers e cartilhas para serem distribuídos em casas noturnas, bares, escolas, faculdades, postos de saúde, estádios de futebol, clubes, associações de bairros, ONGs, parques, redações de jornais e revistas, delegacias, etc.
- Esses materiais devem ser realistas, ou seja, partir do princípio de que o consumo não vai diminuir com ameaças exageradas ou caricaturas de usuários, mas talvez com informações francas e diretas;
- A informação deve também ser prática, com dicas simples sobre os direitos dos usuários (em casos de blitz da polícia, de necessidade de atendimento médico, de sanções na escola e no trabalho, etc) e maneiras de reduzir danos;
- Deve ainda ser correta e honesta, reconhecendo os diversos tipos de uso (recreativo, abusivo, eventual, compulsivo) e quais as melhores maneiras

de lidar com os problemas decorrentes desses usos, além de mostrar claramente as diferenças entre os efeitos causados pelas diversas drogas, inclusive o álcool, o tabaco, antidepressivos e emagrecedores.

- É importante que a linguagem e o tom fujam do **paternalismo** e falem diretamente aos jovens. Não adianta satisfazer os pais com campanhas que não são capazes de sensibilizar os filhos.

2) Oferecer alternativas de esporte, cultura e lazer. A falta de opções de lazer, de prazer, de possibilidades de afirmação e perspectivas de modo geral faz com que o consumo de drogas se torne mais atraente e potencialmente perigoso.

3) Promover a cidadania e o desenvolvimento social (investimentos em urbanização, educação, saúde, geração e redistribuição de renda, atendimento de qualidade no serviço público, etc).

Tratamento

1) Considerar o usuário em seu contexto de vida, humanizando o tratamento.

2) Investir na capacitação qualificada de profissionais não apenas da área de saúde, mas também de educação, assistência social e segurança pública.

3) Capacitação e treinamento de policiais para lidar com usuários, orientando sobre a legislação e o modo de agir em situações emergenciais (desmaios, vômitos, overdoses, etc).

4) Criação de novos postos de atendimento, com ações voltadas especificamente aos jovens

5) Investir prioritariamente em serviços de reabilitação psicossocial de base co-

munitária, com atendimento multidisciplinar, respeitando as especificidades de cada caso.

6) Garantir, de modo responsável, a eficácia e continuidade dos serviços de atendimento e reabilitação, assim como o acesso universal aos mesmos.

LEGISLAÇÃO

1) Analisar de maneira responsável e ponderada a possibilidade de descriminalização do uso de drogas. A violência desencadeada pelo comércio ilegal tem causado muito mais prejuízos à sociedade do que as drogas em si.

2) Eximir de quaisquer penalidades os veículos que divulguem informações

relativas à redução de danos no consumo de drogas ilícitas

3) Tornar mais rigorosos, os limites para a publicidade de drogas lícitas como o álcool e o tabaco.

4) Na medida em que a drogadição deve ser vista como questão de saúde pública, não se confundindo com usos eventuais decorrentes do impulso juvenil no sentido da experimentação, recomenda-se retirar do Gabinete Militar da Presidência da República o organismo federal voltado à questão, alterando seu nome e sua filosofia de trabalho, bem como deslocando-o para o Ministério da Saúde ou outra área administrativa compatível (Direitos Humanos etc).

4.8 – Sexualidade

A dificuldade em encarar o exercício da sexualidade de jovens como um fato tem sido um dos principais obstáculos para a implantação de programas de educação sexual e de serviços de saúde reprodutiva para esse público. Nossa cultura e nossa organização social e política acabam funcionando como barreira à prevenção e ao auto-cuidado: nem todos os jovens têm acesso à informação e a serviços de saúde específicos para as diferentes faixas etárias.

Esse quadro se agrava quando introduzido o recorte etário. As mulheres adolescentes, ainda que sejam foco de vários programas localizados de prevenção, não têm recebido a devida atenção no campo da saúde. Um exemplo refere-se ao planejamento familiar. É notório o conhecimento de que os índices sobre gravidez na adolescência vêm crescendo nos últimos anos, a despeito do acesso à informação.

Vale lembrar que, embora as taxas de crescimento populacional no Brasil tenham caído ao ponto de se prever para menos de duas décadas uma completa estabilização, permanecem existindo áreas sociais onde, em média, o número de filhos chega a ser o dobro ou o triplo da média nacional, agravando ainda mais as dificuldades vividas por famílias de baixa renda.

Cabe destacar ainda, que as dificuldades de intervenção junto à juventude sofrem também os efeitos perversos do conservadorismo cultural que nos assola cotidianamente. Como se não bastassem os preconceitos oriundos da nossa tradição, nos deparamos com idéias retrógradas, realimentadas por alguns setores religiosos, que reforçam a repressão ao prazer, negam o corpo sexuado, disseminam noções errôneas sobre os efeitos dos preservativos e pregam abstinência sexual na adolescência.

A inclusão dos homens nas políticas voltadas para a saúde reprodutiva beneficiaria mulheres e homens de todas as

idades e ampliaria a responsabilidade masculina com as preocupações de planejamento familiar e com o auto-cuidado no exercício da vida sexual.

É necessário, portanto, implementar programas para jovens abordando a sexualidade, a saúde reprodutiva, a prevenção das doenças sexualmente transmissíveis e a Aids, levando em conta os aspectos sociais, culturais e econômicos do país.

É preciso ouvir e conhecer o mundo dos adolescentes e dos jovens. Pressões e constrangimentos podem oferecer pistas das dificuldades que enfrentam na hora de optar por uma atitude ou outra. Os programas existentes no país, que se limitam a focalizar somente a informação sobre reprodução, têm sido insatisfatórios frente à necessidade de uma abordagem que atenda também aspectos sociais, diversidade sexual e questões de gênero e etnia, além dos inúmeros aspectos psicológicos vinculados à sexualidade.

Recomendações e propostas

- Criação de espaços específicos para atendimento dos adolescentes e jovens dentro dos serviços de saúde, referente à saúde sexual e reprodutiva, em que a prevenção e o acolhimento sejam condizentes com a realidade desses adolescentes e jovens;
- Formação de profissionais na área da saúde, educação e direitos com relação à saúde sexual e reprodutiva, relações de gênero e diversidade sexual, racial e etária;
- Estimular um trabalho efetivo entre escolas e unidades de saúde com relação aos temas ligados à sexualidade;
- Implementar na política pedagógica escolar o tema Educação Sexual de forma continuada;
- Garantir a participação juvenil na elaboração das políticas públicas da área da sexualidade e saúde reprodutiva.

4.8.1 – Diversidade sexual

Neste documento já foi reiterado que a juventude é uma fase marcada por processos de definição e inserção social com intensa experimentação. A sexualidade é socialmente impregnada de tabus morais. As diferenças sexuais e a liberdade de vivenciá-las sempre foram refutadas e proibidas.

O jovem deve ter o direito de experimentar a vida e é necessário garantir a livre orientação sexual como um dos direitos básicos à vida. No entanto, em nossa sociedade, quem não é heterossexual ainda é considerado anormal ou possuidor de uma patologia. Esse preconceito ainda persiste, sobrevivendo com força a alguns avanços observados: o Conselho Federal de Medicina retirou a homossexualidade da lista de doenças e o Conselho Federal de Psicologia desaconselha qualquer tipo de tratamento no sentido de reorientar homossexuais.

Nos estudos e debates organizados pelo Projeto Juventude emergiram dezenas de propostas no sentido de que políticas públicas e iniciativas na sociedade civil contribuam para a superação de mais esse tipo de exclusão a que está submetida grande parcela da juventude brasileira.

Recomendações e propostas

- Incluir nos meios de comunicação, com maior intensidade, a temática homossexual, buscando quebrar tabus e preconceitos morais;
- Garantir a existência de um Estado realmente laico, que não se pautar por nenhum tipo de dogma religioso;
- Desenvolver projetos nas escolas, com professores, pedagogos e orientadores educacionais, que esclareçam

sobre a orientação sexual, seja no nível federal, estadual ou municipal;

- Estimular a realização de filmes e curtas-metragens com temática homossexual, produzidos, roteirizados e dirigidos pelos próprios homossexuais.
- Defender a proposta de Parceria Civil Registrada entre parceiros do mesmo sexo, que busca assegurar às parcerias homossexuais direitos como herança, sucessão, benefícios previdenciários e outros;
- Apoiar o projeto de lei que tramita na Câmara Federal autorizando os hospitais conveniados com o SUS a realizarem, gratuitamente, cirurgias de mudança de sexo para os transexuais, com o devido acompanhamento psicológico;
- Construção, em todo o país, de mais Centros de Referência LGBTTT (sigla para lésbicas, gays, bissexuais, travestis e trans-sexuais);
- Criminalizar ações homofóbicas e combater toda forma de opressão e discriminação aos jovens homossexuais.
- Qualificar profissionais da saúde para se relacionarem adequadamente com homossexuais.
- Desenvolver projetos para capacitação das polícias (federal, civis, militares e guardas municipais) na abordagem e tratamento para com os homossexuais.
 - Reafirmando seu compromisso com a luta internacional contra a homofobia, o governo federal deve reapresentar a proposta de resolução em favor dos direitos relativos à livre orientação sexual ante a Comissão de Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas (ONU);

4.9 – Prevenção da violência

A taxa de homicídios no país – hoje de 27/100 mil habitantes a cada ano – encontra cerca de 70% de suas vítimas na faixa etária que vai dos 15 aos 29 anos, enquanto a taxa de homicídios de homens jovens entre 15 a 24 anos é de 95,6/100 mil habitantes (IBGE).

O recrutamento para o varejo do tráfico de armas e drogas ilícitas; a dependência e abuso em face destas últimas e do álcool; a vitimização no ambiente doméstico, no trânsito ou na relação com as instituições responsáveis pela segurança e pela justiça compõem o cenário de exposição cotidiana dos jovens a riscos e situações que exigem respostas específicas da parte das políticas públicas e da ação coletiva da sociedade, organizações juvenis em primeiro lugar.

Para amplos setores da sociedade e da mídia, falar em políticas públicas de juventude é pensar em estratégias de controle ou, quando menos, em algum pacote de iniciativas que supostamente deveria desestimular o jovem ao envolvimento criminal. Determinados projetos sociais, esportivos ou culturais, são apresentados como sendo importantes para a juventude simplesmente porque podem “mantê-la ocupada”, numa lógica alienante e repressora que desconsidera os direitos dos jovens à cultura, ao esporte e a rede de proteção social.

Essa dinâmica só pode levar à rejeição por parte da juventude das soluções que lhe são propostas pela sociedade política e adulta, ampliando seu distanciamento e suas dificuldades de inserção e participação social positivas.

Por isso, as políticas específicas para a superação das violências cometidas e sofridas por jovens devem se inserir no marco maior da inclusão e da universa-

lização de direitos. Isto significa, antes de tudo, concebê-las e implementá-las não como medidas de controle (estratégias para conter e inibir agressividades e ameaças supostamente representadas pelos jovens), mas sim como iniciativas de promoção e garantia de direitos (vida, integridade física, liberdade).

Recomendações e propostas

- É urgente delinear uma agenda profunda de reforma, aperfeiçoamento técnico e gerencial e democratização/humanização das instituições policiais, judiciais e penitenciárias. Mas esta não constitui o único componente da estratégia preventiva aqui proposta. É com ações de cunho social, urbanístico, cultural e comunitário, bem planejadas e direcionadas, que pode dialogar um programa de políticas públicas de juventude;
- Essas ações, por sua vez, dialogam com as políticas universais de educação, saúde, cultura, trabalho, emprego e renda, esporte e lazer, etc, mas não se confundem com elas. A natureza específica de uma estratégia de prevenção à violência é exatamente a de buscar intervenções focalizadas, capazes de permitir – por meio da redução da vulnerabilidade à autoria ou vitimização – o alcance de resultados efetivos no menor prazo e com o menor custo possíveis.
- A formulação e implantação de tais políticas demandam três iniciativas no campo institucional: 1) definir um sujeito ou órgão de gestão específico em cada nível de governo, responsável por realizar o diagnóstico, a análise e o planejamento das ações no âmbito dos programas setoriais respectivos; 2) criar um sistema de planejamento e gestão, descentralizado e participativo, apto a desenhar estratégias tão localizadas quanto possível

(preferencialmente no nível do município); 3) constituir, em articulação com os demais órgãos responsáveis, o sistema de informação necessário para permitir a formulação de tais políticas de maneira conseqüente e fundamentada, assim como o monitoramento e avaliação permanentes das mesmas.

As linhas gerais de um programa de ação nacional, com suas expressões e variações locais, capaz de fazer avançar e concretizar o já exposto, podem ser assim resumidas:

PRIORIDADES

- Homicídios e violência armada em geral;
- Cooptação e submissão de jovens pelo comércio varejista criminoso de armas e drogas ilícitas⁹;
- Violência institucional (discriminação, arbítrio e agressão física e psicológica por parte dos agentes do estado em geral, com especial atenção às Polícias).

Focos e condicionantes

A violência e a criminalidade em geral não se distribuem de maneira uniforme no território e nos segmentos populacionais. Apenas 27 municípios brasileiros dentre os mais urbanizados e populosos concentraram 50% dos homicídios cometidos no país em 2000². As taxas de homicídios dentro da cidade de São Paulo podem variar confor-

me o bairro de 6 / 100 mil a cada ano a mais de 100 / 100 mil⁹.

Na faixa etária que vai dos 20 aos 29 anos, entre integrantes do sexo masculino, esta taxa chegou a 214 / 100 mil em 2001 na cidade do Rio de Janeiro (contra 8,1 no sexo feminino na mesma faixa etária)⁴. Cerca de 60 a 80% deles dos homicídios dolosos cometidos no país o são com o uso de armas de fogo⁵. São conhecidas a concentração das bases varejistas dos tráficos de armas e drogas em zonas urbanas de exclusão social e territorial, assim como o direcionamento preferencial do arbítrio e da violência policial sobre jovens nelas residentes, principalmente quando não-brancos e do sexo masculino.

A elaboração de planos locais de ação para a redução da violência juvenil demandará análises adequadas aos diferentes contextos, além de monitoramento continuado. Mas ainda assim o seu caráter emblemático e recorrente nos vários centros urbanos do país permite avançar mais um passo na definição da agenda, apontando os focos gerais de uma ação integrada.

É preciso ter em vista o caráter fundamentalmente urbano e armado dos fenômenos e a sua vitimização preferencial sobre homens, não-brancos, social e territorialmente excluídos ou marginalizados, bem como direcionar e integrar ações particularmente nas áreas urbanas mais afetadas pelos problemas.

⁹ Associada naturalmente aos esforços de tratamento da dependência química e do uso e abuso de álcool e drogas ilícitas, no âmbito das políticas públicas de saúde.

SENASP.

Pro-Aim / SP.

SSP / RJ.

SSP / SP, Iser e pesquisas diversas.

ATIVIDADES PRINCIPAIS**Quadro 1**

Medidas Institucionais e Gerenciais

- Definir sujeito de gestão da prevenção à violência juvenil nas várias esferas de governo
- Estruturar sistema de gestão para a adoção transversal de ações específicas nas diversas áreas
- Aperfeiçoar sistemas de informação
- Garantir a participação de jovens na elaboração, implantação e avaliação das políticas
- Definir orçamentos próprios para a implementação dos programas e ações previstos

Quadro 2

Atividades Finalísticas Prioritárias

Primárias

- Implementação de programas de geração de trabalho, emprego e renda e redução do desemprego;
- Adoção de programas de inclusão e aperfeiçoamento educacional
- Programas de acesso à prática e equipamentos esportivos, , especialmente os chamados radicais
- Programas de Cultura, participação e associativismo e cultura cidadã;
- Realização de campanhas orientadas à desestigmatização social dos e das jovens e da sua condição juvenil

Secundárias

- Ações de desarmamento civil
- Programas direcionados à reinserção de jovens envolvidos na violência armada e comércio varejista de armas e drogas ilícitas
- Estímulo ao aperfeiçoamento da cobertura e veiculação de informações sobre a criminalidade pelos veículos de comunicação
- Programas específicos de educação de jovens adultos egressos dos sistemas de ensino fundamental e médio
- Programas de prevenção e redução da violência nas escolas
- Programas de prevenção ao uso e abuso de álcool e drogas ilícitas
- Programas de atendimento a vítimas de violência
- Ações que contribuam para o rompimento do discurso do lugar de vítima e que ampliem a sua condição emancipadora e participativa

Terciárias

- Treinamento de policiais para a melhoria da sua relação e formas de lidar com a população jovem
 - Programas de apoio à resolução pacífica de conflitos e de desenvolvimento de habilidades neste sentido
 - Programas de atenção e promoção da reinserção da juventude encarcerada
 - Aperfeiçoamento do sistema sócio-educativo como um todo (ver quadro a seguir)
-

4.9.1 – Adolescentes e jovens em conflito com a lei

Adolescentes e jovens em conflito com a lei têm sido alvo sistemático da violação de direitos, maus tratos e torturas da polícia e instituições de internação ou extermínio puro e simples, constituindo-se uma espécie de paradigma analisador da situação geral da juventude brasileira.

Pesquisa realizada pelo Núcleo de Estudos da Violência da USP, traçando o perfil social dos jovens infratores e da participação dos jovens na criminalidade urbana na cidade de São Paulo, entre 1993 e 1996, registra crescimento efetivo da criminalidade juvenil de tipo violento mas alerta também para a crescente vitimização desses segmentos: “em essência, na atualidade os jovens são mais frequentemente vítimas da violência”.¹⁰

Constrói-se socialmente, entretanto, uma imputação sistemática da violência à juventude, que incide não só sobre os jovens infratores, mas resulta em estigmatização dos movimentos juvenis populares, condenando-os à invisibilidade ou à proscricção, reduzindo-os à imagem ameaçadora do crime e da delinqüência, como é o caso dos bailes funk e do rap.

As recentes rebeliões nas unidades de internação, principalmente no Estado de São Paulo, as denúncias de desrespeito aos direitos dos jovens ali internados e a inconsistência do projeto sócio-educativo desenvolvido no Sistema Febem, produziram indicações consensuais entre diferentes setores da sociedade:

1) É necessário implementar e ampliar as medidas sócio-educativas em meio

aberto, que se constituam, efetivamente, em alternativas à privação de liberdade;

2) As propostas de atendimento a esses adolescentes devem fazer parte do conjunto das propostas para a juventude em geral (educação, lazer, cultura, saúde, participação política, etc.) e, ao mesmo tempo, deve-se criar e consolidar equipamentos que atendam sua especificidade.

3) O incremento de uma política consistente nas áreas de educação, profissionalização (bolsa-escola, bolsa-trabalho), esporte, cultura, saúde contribuem para a construção de laços de participação comunitária e para a conformação de projetos de vida, com horizontes e perspectivas de futuro, contribuindo assim para a prevenção das trajetórias de delinqüência.

4) É importante ver o adolescente com prática de delitos não exclusivamente como autor de ato infracional, mas como adolescente com inúmeras características e possibilidades.

5) As medidas sócio-educativas de reparação do dano e prestação de serviços à comunidade são importantes instrumentos pedagógicos e de construção de uma dimensão participativa e solidária do jovem. Podem constituir-se, então, em âmbitos exemplares para a experimentação da construção da solidariedade e do pertencimento sob um duplo ângulo: do lado do jovem que se sente reparando a conduta violenta e do lado da sociedade que pode desconstruir seus preconceitos e oferecer chances concretas para trilhar com estes jovens um caminho de responsabilização coletiva e de aposta na ação educativa.

6) Cabe sensibilizar a opinião pública e trabalhar na direção de uma responsabilização coletiva no que diz res-

¹⁰ ADORNO, S. LIMA, R.S e BORDINI, E. O adolescente na criminalidade urbana em São Paulo. Brasília, Ministério da Justiça, ,1999, p. 22.

peito às políticas dirigidas aos jovens em conflito com a lei.

7) Um projeto sócio-educativo precisa ser entendido como garantia de direitos e como ampliação do convívio e do espaço de participação cívica dos jovens na construção de acordos coletivos. Só a esperança compartilhada de futuro faz mudar comportamentos, seguir ideais ou regras coletivas.

Recomendações e propostas

- Trabalhar para assegurar a inclusão do jovem em conflito com a lei nos serviços e equipamentos públicos municipais, estaduais e federais de saúde, educação, cultura e lazer, numa perspectiva de ruptura do distanciamento e do preconceito que têm, cada vez mais, fomentado a violência e a marginalização desses jovens;
- Trabalhar na implantação/construção de uma rede de serviços articuladas com os serviços de liberdade assistida, semi-liberdade e internação que promovam essa inclusão;
- Apoiar municípios na implementação de programas de execução de medidas sócio-educativas em meio aberto;
- Criar ou ampliar os serviços de saúde mental para os adolescentes em conflito com a lei, principalmente na interface com o uso abusivo de drogas;
- Construir projetos específicos de moradia/apoio (república e pensão) para os jovens que concluem cumprimento de medida sócio-educativa e que não podem retornar às suas casas.
- Criar ou ampliar programas de apoio, orientação e retaguarda às famílias, endereçados principalmente às populações vulneráveis (jovens que estão em cumprimento de medida sócio-educativa e os que cometem pequenos delitos).
- Qualificar as medidas sócio-educativas (principalmente as de internação) na sua dimensão pedagógica (o recente trabalho do CENPEC, de um projeto pedagógico para os 45 dias da internação provisória é exemplar nesse sentido e pode ser disseminado em âmbito nacional.¹¹)
- Acesso à defensoria pública, criação de delegacias especializadas trabalhando de modo integrado com o Ministério Público e o Poder Judiciário de forma a agilizar os encaminhamentos e as decisões, assegurando todos os direitos previstos no ECA (vide experiência da Justiça Instantânea no Rio Grande do Sul) no período de averiguação.

¹¹ Trata-se do material "Educação e Cidadania – um programa para adolescentes em situação de risco social", CENPEC, 2000

4.10 – Mulheres jovens

O movimento de mulheres conseguiu introduzir a meta da igualdade entre os gêneros na agenda das políticas públicas já há algum tempo. A discussão sobre políticas públicas para as jovens mulheres é, no entanto, muito recente. Parte da discussão do que é singular na condição da mulher e do que é singular na condição juvenil, trabalhando a junção entre as duas singularidades.

Como esse debate é relativamente novo, seu acúmulo se limita a políticas de prevenção à gravidez na adolescência, e outros tópicos específicos. Mas aprofundar a discussão sobre o recorte específico de gênero dentro do tema juventude é fundamental para quebrar a invisibilidade desta parcela da população no desenho das demais políticas.

As relações de gênero não se dão por uma questão meramente biológica, mas por uma construção social que determina os padrões de masculinidade e feminilidade e estabelece papéis a partir disso.

Superar a desigualdade hoje presente nessas relações, especialmente na interface com a condição juvenil, exige um conjunto de medidas em pelo menos cinco campos: educação, trabalho, saúde, questão da violência e participação.

Recomendações e propostas

- Oferecer uma educação não sexista, com reorientação de educadores e educadoras para que sejam promotores da igualdade entre os gêneros;
- Incluir a disciplina de igualdade entre os gêneros no currículo dos cursos de formação de educadores, na perspectiva de uma educação sexual esclarecedora dos métodos anticoncepcionais e das diversas esferas da vida sexual das jovens e dos jovens;
- Proporcionar nas escolas informação para orientação sexual, saúde e direitos reprodutivos, com respeito e esclarecimento sobre a diversidade sexual;
- Garantir a igualdade de oportunidades entre os gêneros no acesso à educação profissionalizante, dado que devido à construção das “aptidões naturais”, algumas áreas, sobretudo as de tecnologia, ainda excluem as jovens mulheres da formação.
- Criar espaços alternativos de educação – no interior das escolas e fora delas – para promover o encontro das mulheres jovens e ampliar sua circulação pelos espaços públicos.
- Promover a inclusão digital com igualdade de oportunidades – a política de telecentros contribui para um futuro mais igual entre homens e mulheres;
- É necessário pensar políticas específicas para a geração de trabalho e renda para as mulheres jovens, garantindo direitos trabalhistas previstos na lei para as jovens mães, hoje vulneráveis ao desemprego por essa condição.
- Incentivar o empreendedorismo das jovens, capacitando-as para exercer atividades que vão além das ditas aptidões femininas.
- O Programa Primeiro Emprego também deve atentar para a especificidade das jovens mulheres, garantindo-lhes acesso e permanência no trabalho.
- A legislação deve proteger mães jovens, assegurando estabilidade no emprego após a licença-maternidade.
- A pobreza expõe muitas jovens à prostituição, ao turismo sexual e ao tráfico de mulheres. Políticas específicas para combatê-los são necessárias.
- Muitas jovens enfrentam a tripla jornada de trabalho, com estudos, emprego/ocupação e trabalho doméstico. No caso de jovens mães, a jornada pode ser quádrupla, ou muitas vezes

- o estudo é abandonado. Há necessidade de garantir a existência de creches nos bairros, e também nas universidades – noturnas inclusive – para que as jovens não abandonem seus estudos ao se tornarem mães;
- As jovens do meio rural reivindicam acesso e titularidade da terra, como direito de permanecer no campo e exercer com dignidade a profissão de agricultora. O Programa Nossa Primeira Terra e o PRONAF devem olhar essa especificidade;
 - O Estado deve garantir políticas de capacitação à geração de renda na área da cultura e de valorização das manifestações culturais protagonizadas pelas jovens mulheres;
 - Deve haver políticas de reinserção social, com educação profissional diversificada (não apenas cabelereira e manicure), para as jovens mulheres no sistema sócio-educativo (como a FEBEM).
 - Garantir a integridade física e psicológica destas jovens, uma vez que são vítimas de abuso sexual dentro das unidades e não têm acesso a produtos básicos a todas as mulheres, como calcinha e absorvente. Essas jovens estão mais vulneráveis a voltar a cometer infração, por imposição dos companheiros ou por falta de medidas concretas de inserção social. É dever do poder público dar respostas concretas a essas demandas.
 - Direito ao corpo. As políticas sobre saúde e direitos sexuais devem trazer informações suficientes para que a jovem possa conhecer o funcionamento de seu corpo e fazer suas escolhas;
 - Promover a saúde integral da mulher jovem, sem seguir a lógica da medicalização e intervenção sobre o corpo. O sistema de saúde deve lidar com a prevenção da saúde das jovens, garantindo-lhes atendimento ginecológico, seja qual for sua orientação sexual;
 - Ter políticas para garantir os direitos sexuais e reprodutivos, sendo eles: direito à contracepção, concepção e aborto;
 - Promover a educação sexual como forma de prevenir a gravidez, garantir acesso a contraceptivos para evitar o aborto, e garantir o aborto legal para evitar risco de morte.
 - Da mesma forma que são fundamentais o acompanhamento pré-natal, parto humanizado e atendimento pós-parto, é necessário reabrir e intensificar o debate nacional sobre a legalização do direito ao aborto, garantindo sua realização na rede pública de saúde. Milhares de jovens são internadas ou morrem por complicações de abortos clandestinos todos os anos;
 - Capacitar servidores no sistema público de saúde para o atendimento adequado e não discriminatório a jovens lésbicas;
 - Promover campanha nacional pela paternidade jovem responsável e a discussão desse tema desde o âmbito escolar;
 - Proporcionar informação sobre danos causados por medicamentos difundidos e consumidos na busca pelo “corpo perfeito”, resultado das estratégias de mercantilização das mulheres jovens na mídia. Deve-se pensar na saúde mental dessas jovens, com atendimento psicológico e esclarecimento adequado;
 - Ter atendimento com servidores preparados para lidar com jovens nas áreas rurais. Serviço no campo também deve difundir informações sobre direitos.
 - Ter atendimento psico-social diferenciado às vítimas de violência doméstica, em especial para as menores de 18 anos;

- Incluir o debate sobre a violência doméstica e como evitá-la no universo escolar.
- Criar campanhas na mídia (TV) que denunciem e esclareçam sobre a violência contra a mulher jovem, o racismo, a homofobia e toda discriminação sexista;
- Garantir equipamentos públicos de assistência e prevenção às jovens vítimas de violência sexual (estupro).
- Valorizar as jovens como sujeitas na articulação de políticas específicas para mulheres, criando cotas para que estejam nos espaços de elaboração/articulação de políticas de juventude que o governo federal vier a criar.
- Ter contato constante com instâncias responsáveis pelas políticas de gênero e de igualdade racial, “qualificando” recomendações como a de que os programas sociais, para jovens de baixa renda, tenham recorte de gênero e raça.

4.11 – Desigualdade Racial

A questão da desigualdade racial no Brasil ainda figura entre os desafios a serem transpostos para a organização de um país justo e desenvolvido social e economicamente. O mito da “democracia racial” não se sustenta diante da análise de dados relativos à pobreza, concentração de renda e acesso à educação nas últimas décadas. Ainda se pode afirmar que, se uma parcela significativa da população se encontra excluída dos direitos básicos de cidadania e exposta ao risco da desestruturação familiar, do desemprego e da violência, os efeitos de décadas de um processo de desenvolvimento concentrador de renda aparecem de forma mais acentuada entre a população negra e afro-descendente.

Perpetuou no Brasil uma lógica perversa que omite as manifestações de racismo, ora negando sua existência, ora recorrendo aos dados gerais sobre a exclusão para refutar a defesa da necessidade de políticas públicas focadas na inclusão dessa parcela da população brasileira. Esse tipo de discurso tenta desqualificar as propostas de **ação afirmativa**, classificando-as como paternalismo ou privilégio.

Uma análise mais séria da situação deixa patente que, para alcançar a igualdade racial, serão necessárias, dentro de uma estratégia global, medidas que compensem as distâncias entre os excluídos brancos e negros e os insira com igualdade de condições e oportunidades no contexto de uma cidadania plena. Por outro lado, esse racismo envernizado de tolerância se consolida através dos meios de comunicação e relega ao campo do exotismo as identidades culturais e religiosas da população negra.

Alguns dados do IBGE, com sua terminologia específica (pretos e pardos), demonstram a maior vulnerabilidade da

população jovem negra em relação ao mercado de trabalho e educação:

- Entre os jovens de 15 a 17 anos, 8,2% só trabalham. Considerando separadamente, este número sobe para 9,3% entre os pretos/pardos, e desce para 7,2 entre os brancos. Essa relação varia nas unidades da Federação, destacando-se as maiores taxas entre pretos e pardos de 15 a 17 anos no Espírito Santo (19,7% contra 8,1% entre brancos), no Acre (18,8% contra 12,5% entre os brancos) e em Mato Grosso do Sul (18,3% contra 12,2%, na mesma ordem);
- Da faixa dos 18 a 19 para a de 20 a 24 anos, tanto entre brancos quanto entre pretos e pardos, diminui o número de jovens só estudantes ou de estudante-trabalhador em razão do mercado de trabalho, aumentando o índice dos que só trabalham, no total destes, 48,0% dos brancos e 47,5% dos pretos e pardos. Nesta faixa etária a maioria dos jovens que permanece no sistema de ensino é branca, em grande parte das unidades federativas. A essa desigualdade se acrescenta, assim como na faixa de 18 a 19 anos, o desnível entre os anos de estudo cursados, especialmente nas regiões mais pobres;
- Os pretos e pardos na faixa de 20 a 24 anos obtêm proporções superiores às dos brancos na categoria dos que “só trabalha”. Mas, considerando o mesmo fator, ou seja, menores médias de anos de estudo e níveis de renda mais baixos, pode-se notar entre pretos/pardos uma maior exposição ao subemprego e a remunerações mais baixas. Isso é facilmente verificável a partir dos dados da PNAD de 2001. Os jovens brancos que trabalham ganham, em média, 54,7% a mais que os jovens pretos/pardos na mesma

- situação. A tendência a um maior nível de exclusão dos pretos e pardos confirma-se na proeminência do contingente de jovens sem atividades nesse segmento (29,1% entre pretos e pardos contra 23,5% entre os brancos);
- O nível educacional estaria influenciando também, de forma decisiva, as possibilidades de inserção no mundo do trabalho. Para verificar isso, deveremos tomar como foco a população de 25 anos e mais, por já apresentar uma situação definida no campo educacional. Neste sentido, entre os que não têm instrução, só 46,1% da população de 25 anos e mais se encontravam trabalhando na semana anterior ao levantamento da PNAD de 2001. Essa proporção vai se elevando gradualmente até a faixa dos 15 anos e mais de estudo, onde esse percentual era de 81,3%. Isso significa que cada ano de estudo estaria agregando aproximadamente 2,2% de chances de trabalho remunerado.
 - Mobilização para que os meios de comunicação, em especial a televisão, deixem de corroborar preconceitos reproduzindo um padrão de beleza “branco” e ridicularizando o diferente; exigir a presença dos afrodescendentes em novelas, noticiários e demais programas (bem como na produção cinematográfica) em níveis condizentes com a força populacional dos negros no Brasil;
 - capacitação dos funcionários públicos, de todos os níveis, dedicados a tarefas de segurança pública, como a polícia e forças armadas, incluindo os encarregados pela custódia nas prisões, em matéria de direitos humanos e respeito pela diversidade racial, de gênero e etária, incluindo a participação da sociedade civil nestes cursos a serem promovidos;
 - implantação do **sistema de cotas** como um passo importante na geração de oportunidades de igualdade, como elemento de uma política mais ampla de democratização do acesso à educação de qualidade. O mérito das cotas está no reconhecimento da existência das desigualdades e no empenho da sociedade como um todo para eliminá-las;
 - estimular políticas destinadas ao anti-racismo e anti-sexismo para corrigir seus efeitos perversos; o oferecimento de oportunidades é o primeiro passo nesta caminhada direcionada na perspectiva das chamadas **políticas afirmativas**;
 - fiscalizar o mercado de trabalho para garantir a igualdade de direitos e oportunidades, bem como políticas contra a discriminação na busca, acesso, permanência e promoção dos jovens no mercado de trabalho;
 - ampliar a discussão sobre saúde com enfoque racial, em razão da existência de doenças cuja incidência é maior na população afrodescendente: hi-

A questão racial, ao lado de gênero e classe social, constituem os elementos que determinam opções, situações e condições ao longo da vida, devendo ser considerados elementos estruturantes das políticas públicas de juventude.

A diversidade das formas de manifestação cultural e de linguagens identificadas entre os jovens negros é concernente à realidade de um país de enorme extensão territorial e multicultural como o Brasil. Seria errôneo atribuir a um único movimento a identidade de todas essas juventudes, justamente por existirem jovens quilombolas, no meio rural, e deparamos no meio urbano com as mais variadas formas de agrupamentos juvenis afrodescendentes. Alguns destes grupos se encontraram nos seminários e oficinas do Projeto Juventude, permitindo extrair dessa participação as seguintes propostas:

- pertensão, diabetes, miomas intrauterinos, anemia falciforme, cuja prevenção e atenção desde a juventude alteram brutalmente esta realidade;
- capacitação dos agentes de saúde, bem como dos gestores públicos para o atendimento e atenção à população afrodescendente;
 - ampliar o diálogo com os movimentos a respeito da desigualdade estrutural presente na figura da mulher negra, que desde a infância sente os efeitos múltiplos da discriminação racial e gênero, como forma de combater os mecanismos que garantem a invisibilidade, com a falta de oportunidades e a desvalorização. Isso deve permear a construção de uma agenda nacional para combater essas questões;
 - que o Estado promova a titulação das terras à população quilombola, garantindo o desenvolvimento sustentável destas regiões e assegurando o desenvolvimento da população juvenil destas comunidades;
 - que se promovam ações garantindo o respeito às expressões culturais de inspiração africana, como forma de preservação da história do povo brasileiro, necessárias à construção da identidade juvenil;
 - promover nos ensinos fundamental, médio e superior formas de promoção da tolerância religiosa, étnica, orientação sexual e origem regional;

4.12 – Meio ambiente

Os termos *sustentabilidade* e *desenvolvimento sustentável* vêm sendo utilizados de forma ampla por segmentos da sociedade e agregados a diversos temas, assuntos e *slogans*. Nem sempre, contudo, se estabelece o nexos com o modelo de crescimento econômico que gerou enormes desequilíbrios e legou às novas gerações um mundo de fartura nunca vista, de um lado, e de miséria, degradação ambiental e poluição crescentes, de outro.

Com efeito, o campo ambiental é portador dos dilemas contemporâneos que afetam a esfera política, particularmente no que diz respeito às escolhas e ações presentes que vão incidir sobre o futuro. Como tal, a questão ambiental tem alcançado um lugar destacado nos embates sobre a construção social do futuro da comunidade humana, vinculando as atuais e as novas gerações numa esfera de negociação de projetos de sociedade e modos de engajamento político. Pode-se dizer que o fato de ser jovem, de ser socialmente reconhecido como jovem, favorece uma certa afinidade com as preocupações ecológicas no presente e no futuro.

A preocupação ambiental no Brasil e no mundo tem se constituído como aglutinadora de participação juvenil. Destacando o marco geracional na análise do engajamento político, encontramos na juventude brasileira uma geração que, em seu percurso de sociabilidade política, se depara com um contexto de redefinição das fronteiras entre as esferas pública e privada, da valorização da cultura, das identidades e do meio ambiente como novos espaços de expressão política.

A valorização da natureza e a preocupação com o futuro do planeta tem se mostrado particularmente atrativa para formação de grupos jovens para

ação ambiental, como se pode ver pela forte presença jovem entre voluntários e ativistas de ONGs ambientalistas como a Greenpeace, Amigos da terra, entre outras.

A questão ecológica oferece também novas chaves de leitura para questões que a precedem. Para a geração atual, defender a pequena produção agrícola é falar em agro-ecologia. Grupos de jovens no campo se articulam em torno de um ideário ecológico e passam a re-ler problemas ligados à agricultura agregando novos valores e quebrando um certo isolamento das lutas do campo, que se incorporam de modo crescente em outras redes nacionais e internacionais. Ao mesmo tempo, jovens moradores das favelas tratam questões básicas de infraestrutura urbana, como água, saneamento básico e o lixo através de palavras-chaves no ideário ecológico.

No decorrer das atividades do Projeto Juventude a questão ambiental foi tratada através de propostas de ações específicas focadas na preservação ambiental, na conscientização do uso responsável dos meios naturais, do direito dos jovens aos espaços urbanos e também ligada a temas como desenvolvimento social e econômico.

Os participantes dos encontros, ambientalistas ou não, enfatizaram a idéia de que a resolução da questão ambiental requer a participação dos atores juvenis desde a gênese das políticas públicas até a execução das ações propostas por elas.

Reconhecendo-se que certos segmentos juvenis têm ousadia para propor resoluções e novos relacionamentos entre temas, além de possuir alta capacidade de mobilização de seus pares, supõe-se, a partir destas constatações, que a união entre os temas juventude e meio-ambiente pode facilitar os desdobramentos das ações articuladas entre o poder público e a sociedade civil,

Recomendações e Propostas

- Reconhecer a relação entre juventude e meio ambiente como estratégica para o desenvolvimento de uma política pública de juventude no nível nacional. Das iniciativas que se conhece, observa-se que a temática ambiental constitui-se num dos grandes *provocadores* da participação da juventude brasileira, configurando-se numa grande bandeira de luta, de mobilização e de motivação.
- Considerar a questão ambiental em projetos que têm a juventude como interesse ou que são de interesse da juventude. Trata-se de uma questão relativamente nova no país e que obviamente vai avançando na medida em que novas adesões são conquistadas. Para tanto, é necessário, que o poder público e os atores da sociedade civil envolvidos na elaboração das políticas consolidem a ampliação do conceito de *sustentabilidade*, concebendo-a sempre em articulação com as questões sociais e mecanismos de reprodução de desigualdades socio-ambientais.
- Mobilizar grupos juvenis para campanhas que evoquem distintos graus de responsabilidades frente aos problemas socio-ambientais atuais, quer se apresentem no nível global ou local. O que significa permitir que a sociedade tenha um maior entendimento sobre quem degrada, polui, consome e tem maior responsabilidade no enfrentamento e reversão desses processos.
- Desenvolver ações que promovam o intercâmbio entre os jovens do país, considerando as especificidades das diferentes juventudes em relação à questão ambiental. Por exemplo, na Amazônia brasileira podemos citar a *juventude da floresta*, com suas peculiaridades e demandas específicas, nas periferias das cidades temos outras pautas urgentes.
- Elaborar propostas de capacitação dos jovens para atividades de geração de renda ligadas ao meio-ambiente, como a preservação, o turismo e mesmo a *exploração sustentada* dos recursos naturais.
- Propor conteúdos para uma disciplina de educação ambiental, sob a ótica da juventude, a ser ministrada nas escolas do país;
- Estimular o contato das juventudes com as tradições locais, como o uso de ervas medicinais, por exemplo. Trata-se de uma forma de os jovens apropriarem-se do patrimônio histórico de seu povo, refletindo também positivamente na preservação ambiental.

4.13 – Jovens na área rural

Segundo dados do IBGE (censo 2000), existem cerca de 14.532.780 de pessoas de 12 a 34 anos no meio rural. Desses, aproximadamente 6.850.435 são do sexo feminino e 7.682.345 do sexo masculino, sendo que a juventude rural vem ampliando sua participação social e suas responsabilidades com a manutenção familiar.

As dificuldades enfrentadas pelos jovens se assentam, em primeiro lugar, na falta de um modelo agrícola voltado para os pequenos agricultores de um modo geral, como o agricultor familiar e o assentado de reforma agrária. O modelo econômico vigente tem deixado o pequeno agricultor cada dia mais pobre. A diminuição da renda faz com que grande parte da população camponesa abandone a área rural, dirigindo-se aos grandes centros urbanos.

A juventude rural sofre profundamente as conseqüências desse modelo perverso, não contando com possibilidades mínimas na área da educação e da ocupação produtiva, carecendo também de alternativas básicas em equipamentos de lazer, cultura, e saúde.

Diante desse quadro, apresenta-se um conjunto de propostas que objetivam a recuperação da renda agrícola e uma política de reforma agrária por meio da distribuição massiva da terra, do crédito subsidiado e implementação de políticas públicas que abarquem a especificidade da população rural brasileira, em especial o segmento jovem, que são:

- Universalização do acesso à escola para as juventudes do campo, com uma educação diferenciada e de qualidade, que envolva os níveis fundamental, médio, superior e escolas técnicas, e introduza a Pedagogia da Terra;
- Política de geração de trabalho e renda no campo, com incentivo às cooperativas e agroindústrias nos assentamentos, além do fortalecimento da agricultura familiar;
- Linha de Crédito subsidiado e seguro agrícola para o jovem rural;
- Acesso garantido à cultura, esporte e tempo livre, com a estruturação de centros esportivos e culturais nos Assentamentos e comunidades rurais;
- Garantir acesso à informação e à comunicação através da criação e legalização de rádios comunitárias nos assentamentos e comunidades rurais;
- Promover a inclusão digital dos jovens do campo;
- Incentivar a integração das juventudes do campo e da cidade;
- Estimular o trabalho social remunerado como alternativa de trabalho e formação para as juventudes do campo;
- Implantar programas e subsídios de incentivo à agroecologia, à produção orgânica e à diversificação produtiva;
- Implementar políticas de atendimento a saúde mental e de prevenção e cura de doenças, assim como elaborar um plano nacional de saúde sexual e reprodutiva, e DST/AIDS para as juventudes do Campo;
- Assegurar permanentemente a emissão de documentação pessoal e trabalhista, vinculada à seguridade e previdência social;
- Constituir um “Conselho Nacional da Juventude Rural”, na perspectiva de promover debates e definir propostas que possam superar os problemas que atingem os jovens do campo;
- Ampliar as ações de fiscalização das Delegacias Regionais do Trabalho-DRT para o meio rural, realizando-as de forma permanente para evitar infrações aos direitos dos trabalhadores previstas em lei, acordos e convenções coletivas. Na questão do tra-

balho infantil e escravo as DRTs devem promover intensiva fiscalização para combater esta prática;

- Participação sistemática do movimento sindical dos trabalhadores rurais na elaboração e implementação do programa Primeiro Emprego no campo.
- Constituir um “Conselho Nacional da Juventude Rural”, na perspectiva de promover debates e definir propostas que possam superar os problemas que atinge a juventude.
- Mudar o modelo de reforma agrária fazendo com que ele seja adequado à realidade das regiões e considere os jovens e as mulheres como público prioritário, facilitando-lhes o acesso à terra. Esse novo modelo deve ser construído com a participação dos movimentos sociais e deve proporcionar condições reais para a permanência das pessoas na terra.

4.14 – Juventude indígena

Para se falar de juventude entre os povos indígenas deve-se levar em conta a sócio-diversidade nativa do Brasil. Estamos nos referindo a 220 povos, mais de 180 línguas diferentes, que ocupam 614 Terras Indígenas espalhadas pelo país, somando algo em torno de 370 mil indivíduos. Este número não inclui aqueles que habitam as cidades, o que dificulta a abordagem do tema.

O movimento de deixar a terra indígena em direção às cidades está geralmente vinculado à busca do ensino de 5ª a 8ª séries do ensino fundamental e do ensino médio ou, de maneira secundária, ao acesso regular a bens manufaturados de primeira necessidade que não chegam às comunidades.

O que se verifica, nesse processo de urbanização, é o mecanismo usual de marginalidade espacial, social e econômica: alcoolismo, drogas e prostituição, agravados pela marca discriminatória tradicionalmente atribuída aos povos indígenas – a sua incapacidade para o exercício e usufruto da cidadania – e que sustenta o conceito de tutela praticado até hoje pela política indigenista oficial.

Soma-se a essa complexidade a inexistência de um censo rigoroso para proceder ao levantamento de índios nas cidades e a ausência de pesquisas direcionadas a diagnosticar e refletir a respeito da categoria “juventude indígena”, seja no interior das aldeias, seja fora delas. Esta lacuna pode indicar uma negação da existência de fenômenos relacionados ao pertencimento a essa categoria.

Políticas públicas que tratem da “juventude indígena” deverão levar em consideração as diferentes áreas culturais nas quais cada povo se insere, sua história de contato com a sociedade nacional e, necessariamente, a natureza deste contato.

Recomendações e propostas

Programas educacionais:

- Implantação de escolas de ensino fundamental e médio nas comunidades indígenas. Já existem legislação adequada e diretrizes conceituais traçadas e acordadas entre Estado e populações indígenas, de forma que falta apenas a implementação. Para isto, é necessário acelerar e ampliar para todo o país os processos específicos de formação de professores indígenas. Com raras exceções, isto não vem sendo assumido como política pública e as iniciativas isoladas estão a cargo de ONGs que dependem de financiamentos do exterior para realizar o compromisso legalmente atribuído ao Estado.
- Criação de regras de acesso a índios em universidades, relacionadas a uma política de fomento para sua manutenção nos cursos – bolsas de estudo e programas de acompanhamento acadêmico.
- Aprovação, reconhecimento oficial e implantação de currículos adequados às expectativas de cada povo em relação ao acesso a conhecimentos, técnicas e tecnologias do mundo não indígena.
- Associar conhecimento tradicional com conhecimento técnico não indígena, o que pressupõe maior envolvimento das universidades brasileiras na produção e reflexão sobre etnoconhecimentos e a aplicação instrumental de saberes ocidentais na realidade de cada povo indígena.

Programas de fomento econômico:

- Políticas de produção, escoamento e comercialização de produtos indígenas, que facilitem a monetarização desses povos e seu acesso a bens manufaturados;
- Políticas de crédito para grupos ou as-

sociedades indígenas aplicarem em projetos de economia sustentável em suas terras, o que pressupõe parâmetros diversos de concessão de crédito;

- Programas de reconhecimento de cidadania indígena por meio de emissão simplificada de documentos básicos como RG e CPF.

4.15 – Espaços urbanos

Levando em consideração o grande predomínio estatístico da população urbana sobre a rural, bem como a elevada concentração observada nas grandes metrópoles, é preciso que uma grande parcela das políticas públicas direcionadas à juventude sejam elaboradas em sua inter-relação com a cidade. A organização e a gestão das cidades devem possibilitar – e não dificultar – os direitos juvenis à cultura, ao lazer, à educação, ao trabalho e outros bens sociais.

A luta pelo passe-livre, importante bandeira do movimento estudantil, simboliza a insurgência contra os limites que a cidade interpõe ao jovem no exercício de seus direitos. A dificuldade de transporte, que atinge todos os jovens, estudantes ou não, deve ser levada em conta quando da formulação das políticas. Muitas vezes há um sub-aproveitamento das ações do Estado por não se planejar o acesso dos jovens aos equipamentos e eventos públicos.

Quando estão à procura de trabalho, os jovens da periferia das médias e grandes cidades enfrentam o preconceito e a barreira da distância física das empresas. Na desigual competição com os jovens das áreas centrais, o jovem da periferia tem ainda de superar o estigma que associa os bairros onde mora à criminalidade e ao tráfico de drogas.

Além disso, muitos empregadores deixam de contratar quando se consideram os possíveis atrasos causados pelos rotineiros congestionamentos de trânsito. O mesmo ocorre com grande parte da juventude que trabalha de dia e estuda à noite. O desgaste físico e mental dessa dupla ou tripla jornada de trabalho é aumentado pelas dificuldades no transporte. Essa “exclusão territorial” precisa ser urgentemente enfrentada.

A construção de equipamentos públicos é bastante dificultada em áreas de ocupação irregular, como os loteamentos

clandestinos e favelas. A ocupação não-planejada do terreno urbano leva a que os locais próprios para o convívio coletivo e o aprimoramento da sociabilidade fiquem em segundo plano. É preciso que haja uma forte ação do Estado em prol de uma ocupação planejada do solo que se articule à criação de ambientes propícios às necessidades da juventude.

Os jovens devem tomar para si a gestão dos equipamentos públicos voltados à juventude. Inúmeras experiências alcançaram êxito na missão de atrair os jovens para atividades de exercício de cidadania quando passaram a ser geridas pelos próprios jovens. Os governos devem ter programas de capacitação dos jovens para a gestão pública e saber aproveitar as habilidades dos jovens gestores para que o Estado se aproxime mais da população.

Recomendações e propostas

- Que os planos diretores dos municípios indiquem mecanismos para diminuir a concentração de bens culturais, serviços e trabalho apenas em determinadas regiões das cidades, privilegiando a construção de equipamentos e induzindo a criação de empregos nas periferias;
- Que a ocupação do solo urbano seja fiscalizada pelos poderes públicos, de modo a garantir aos jovens espaços próprios de lazer;
- Que a gestão dos equipamentos e espaços públicos destinados aos jovens seja feita pelos próprios jovens, de modo a dinamizar a relação entre o poder público e a juventude.
- Que os governos realizem estudos e implemente medidas para reduzir as tarifas, para o jovem, dos meios públicos de transporte (ônibus, metrô, trem, etc.), como forma de garantir acesso aos locais de estudo, lazer e práticas culturais ou esportivas, como estratégia rumo à viabilização da referida reivindicação dos estudantes brasileiros;

4.16 – Desenvolvimento social

A eficácia das políticas públicas de juventude pressupõe sua integração com o conjunto das políticas sociais específicas de inclusão, com caráter de proteção e promoção social. Torna-se, portanto, muito importante a presença ativa dos jovens nos esforços atuais para desenvolver políticas públicas de combate à fome, à pobreza e à exclusão que sejam – fundamental e simultaneamente – políticas de desenvolvimento.

Ações voltadas para a redução das desigualdades sociais e para o desenvolvimento sustentável muitas vezes encontram resistências enraizadas na memória e na experiência social. Como se sabe, as heranças históricas clientelistas, assistencialistas e autoritárias ainda estão presentes no cenário institucional onde se inscrevem a formulação e a implementação de políticas públicas no Brasil, afetando sobretudo o campo das políticas sociais.

Por outro lado, registram-se também processos de mobilização e participação para a sedimentação de novas práticas. Na última década programas, projetos e ações de escopo governamental e, sobretudo, não governamentais (ONGs, fundações empresariais, organizações internacionais) motivaram determinadas parcelas da juventude a intervir na dinâmica da vida local. Também grupos juvenis ligados a instituições religiosas ou civis atuaram para suprir as necessidades básicas de setores de maior vulnerabilidade social.

O aprendizado e o engajamento de jovens cidadãos, de grupos e instituições juvenis em programas e ações locais é um caminho promissor para construir um novo elo entre a ação imediata e o processo de desenvolvimento social, assim como para ampliar a participação social no que diz respeito à coisa pública.

Propostas e Recomendações

- Reafirmar o papel indutor do Estado nas áreas de assistência, promoção e desenvolvimento social.
- Considerar as especificidades da condição juvenil, a experiência acumulada por entidades de apoio e organizações juvenis para estabelecer e regulamentar novas parcerias público-privadas. Regras, contrapartidas, relações públicas e transparentes contribuirão para a constituição da esfera pública ampliada na condução das políticas de juventude. A idéia é enfatizar a negociação democrática e não a pulverização de interesses derivadas do jogo político-eleitoral ou da troca de influências.
- Mapear práticas de ação social já experimentadas por grupos de jovens ou por instituições voltadas ao público jovem, conferindo-lhes reconhecimento e legitimidade em processos de cooperação e visando novas parcerias para atuar no âmbito das políticas públicas de juventude.
- Incentivar a participação de jovens, de seus grupos e organizações nos comitês locais do Programa Fome Zero.
- Potencializar a convergência e interação das ações na esfera das localidades com o objetivo de ampliar escalas, propor novos parâmetros de continuidade, avaliação e replicação.
- Criar um banco de dados, de consulta pública, permanentemente atualizado, dos projetos desenvolvidos por diferentes Ministérios e setores que tenham recortes no público juvenil. A reunião de dados dispersos e setorialmente produzidos é fundamental, possibilitando o confronto e a avaliação da informação produzida.
- Incentivar maior integração de projetos governamentais (tais como Agente Jovem, Serviço Civil Voluntário, etc), reforçando suas ações em direção ao

desenvolvimento local através de experiências que os levem a interagir com os serviços públicos.

- Incentivar novas institucionalidades, associativismos emergentes, promoção de capacidades individuais e coletivas, descoberta de vocações que possam contribuir para novas e sustentáveis alternativas de desenvolvimento. No contexto dos projetos e programas, incentivar a formação de grupos diversos autônomos, de acordo com peculiaridades e potencialidades culturais.
- Incentivar a organização associativa de instâncias supra-locais – associações, consórcios, comitês para produzir respostas às demandas que ultrapassem o local e promovam desenvolvimento regional.
- Criar mecanismos que incentivem e promovam novas iniciativas onde diferentes segmentos juvenis (universitários de distintas carreiras, artistas, lideranças comunitárias) contribuam para propor, qualificar, ampliar e reproduzir experiências e conteúdos para um projeto e um processo de desenvolvimento sustentável para o país. A idéia é favorecer a tomada de consciência dos jovens sobre a necessidade de se pensar nos problemas comuns a toda a humanidade, a toda a sociedade brasileira e incentivar o engajamento em ações concretas nas comunidades.
- Difundir para a sociedade as experiências e práticas que reforcem o potencial da ação dos jovens em benefício do bem comum. Isto pode ser feito por meio de concursos, campanhas e programações permanentes nos meios de comunicação de massa e na mídia comunitária. O importante é que os jovens se envolvam diretamente na busca de símbolos e de uma nova linguagem jovem, que contribua para facilitar multiplicação de iniciativas e impulsionar a nova mentalidade participativa.
- Articular uma rede envolvendo órgãos governamentais, organizações do terceiro setor, agências internacionais e fundações privadas (como Instituto Ayrton Senna, Instituto Credicard, Fundações Abrinq etc) para o resgate de experiências de participação de jovens em projetos e ações de promoção e desenvolvimento social: mutirões remunerados em áreas de risco, ações de recuperação ambiental e sanitária, campanhas localizadas para reverter o aumento da violência, cuidado de crianças ou idosos, garis comunitários etc;

4.17 – Previdência Social

O sistema de proteção social brasileiro está pautado, ainda nos dias de hoje, num paradigma dado pela sociedade salarial, sobre o qual ele foi fundado. Isso significa que a previdência social brasileira se configura como um seguro social contributivo, com um sistema de solidariedade social entre gerações. Os trabalhadores ativos (no mercado de trabalho) financiam o pagamento dos benefícios para os trabalhadores inativos (aposentadorias e pensões).

Na realidade mais recente, tal fato vem se configurando num sistema dual de proteção social, à semelhança de outros países da América Latina, em que se tem um subsistema financiado basicamente com recursos advindos das contribuições previdenciárias, e um subsistema financiado exclusivamente com recursos orçamentários, no geral destinado àqueles que por distintos motivos não contribuíram para a previdência social, e que passam a se configurar como direitos para determinados segmentos específicos da sociedade (dentre eles, idosos acima de 65 anos, portadores de deficiência física).

Dessa forma, para se pensar a inclusão social dos jovens no sistema de previdência social, há que se levar em conta vários fatores. O primeiro deles, é que sua inserção no mercado de trabalho (formal ou informal) é cada vez mais postergada, quando não impossível. Quando ocorre, no geral tende a ser em idade bastante mais avançada do que anteriormente. Isso sobretudo nos segmentos de mais alta renda, que a predominar o sistema atual teriam um peso relativamente maior na receita, dado o regime das alíquotas previdenciárias.

A recente reforma da Previdência Social desvinculou inserção efetiva no mercado de trabalho das contribui-

ções previdenciárias. A flexibilidade desse mercado, sua alta taxa de rotatividade, os crescentes intervalos de tempo na situação de desemprego contam contra as novas gerações. Certamente elas terão de enfrentar sucessivas situações em que a obrigatoriedade da contribuição (para cumprir o tempo de contribuição) não coincidirá com a presença de emprego ou fonte de renda, o que certamente postergará o acesso a aposentadorias.

Outro fator diz respeito ao crescente estrangulamento que vem ocorrendo na relação entre ativos e inativos no sistema previdenciário, atualmente estando na razão muito próxima de 1 para 1. Se isso certamente questiona o sistema vigente, com muito mais razão interroga a garantia dos jovens ao acesso a esses direitos de caráter contributivo.

Diante disso, a questão da inclusão da juventude no sistema de previdência social, tomada do ângulo do segmento etário, põe em evidência a necessidade de se pensar novos padrões de solidariedade social para o conjunto dos segmentos sociais, seja por faixa etária, condição sócio-econômica, gênero e raça. Mas essa realidade ressalta a necessidade de se pensarem mecanismos de proteção social para os jovens que articulem direitos contributivos a direitos universais com um traço acentuadamente redistributivista.

Isso significa formular um conjunto de políticas sociais – inclusive de transferência de renda – que efetivamente promova a inclusão social dos jovens na sua condição de cidadãos, através da implementação de políticas públicas que lhes sirvam de instrumento de emancipação, seja com relação ao Estado, seja com relação a promover sua capacidade de ação enquanto sujeitos sociais.

Cabe questionar até que ponto, por mais que se acumulem programas ten-

do como público alvo a juventude, realmente o Estado, enquanto tal, estaria preparado para enfrentar o “novo” que os jovens sempre trazem num duplo sentido: são portadores de futuro, mas de um futuro até o momento desconhecido pelas formas tradicionais de regulação e ação do Estado.

Em consequência, até que ponto o Estado está capacitado e é permeá-

vel ao reconhecimento da diversidade das nossas juventudes, de seus potenciais, e sobretudo de reverter a nossa tradição histórica na área social de enfrentar as questões sociais não pelas suas origens de natureza estrutural mas pelas suas consequências, o que certamente coloca limites ao potencial de transformação das próprias políticas sociais.

4.18 – Turismo

O turismo destaca-se por estar entre as atividades da economia moderna que apresenta forte potencial de geração de divisas e de empregos e renda. De acordo com os dados da Organização Mundial do Turismo (OMT) ele representa cerca de 10% do Produto Interno Bruto (PIB) mundial, movimenta US\$ 495 bilhões, responde por aproximadamente 10% do investimento mundial e é responsável por um em cada nove empregos gerados no mundo.

Até hoje, o Brasil não conseguiu desenvolver uma estratégia nacional de turismo à altura de seu fabuloso potencial nessa área, marcado por extraordinárias vantagens comparativas: clima, atrações naturais, 8 mil quilômetros de orla no Atlântico e milhares de praias, rios caudalosos e navegáveis, ecossistemas peculiares presentes na vastidão da Amazônia, no Pantanal, nos Pampas e Cerrados. Reúne cataratas, serras e cachoeiras em alta profusão, belas cidades e patrimônio histórico.

Nossa diversidade cultural, riqueza das manifestações artísticas populares, culinária, pujança musical e vários outros atributos se somam à natureza física. Há também grandes espaços para fortalecimento do chamado turismo de negócios.

Os resultados colhidos pela indústria de turismo no Brasil ainda equivalem a um modesto 29º lugar no ranking mundial, equivalendo a apenas 4% do PIB nacional, menos que a metade, portanto, da média mundial. Ainda assim, responsabiliza-se pela geração de 6,1% dos empregos totais.

Neste momento especial da história brasileira, em que se reúnem condições propícias à introdução de profundas mudanças estruturais em nosso sistema sócio-econômico, no sentido de uma retomada do crescimento assenta-

da na redistribuição da renda e na geração de emprego, o turismo é uma alternativa de importância estratégica e se abre a ilimitadas possibilidades de interação com a política nacional de juventude propugnada neste documento.

Quando se observa o emprego formal de 2002 num ramo como o das agências de viagem, constata-se que 48% dos empregados possuem menos de 30 anos de idade. A RAIS de 2002 (Ministério do Trabalho) indica que, no setor hoteleiro trabalhavam 77 mil pessoas até 29 anos (num total de 204 mil), enquanto no ramo dos restaurantes 348 mil num total de 670.000.

Esses números bastam para convencer que, do encontro entre turismo e juventude pode nascer uma bateria de iniciativas, programas e ações capazes de, por um lado, duplicar ou triplicar em poucos anos o potencial turístico ainda inexplorado no Brasil, com reflexos no PIB e no balanço cambial, e por outro lado equacionar expressiva parcela das carências de emprego, ocupações ou empreendimentos associativos de jovens.

Recomendações e propostas

- Multiplicar as escolas de nível universitário e os centros de profissionalização de nível médio voltados à área do Turismo, formando pessoal qualificado para o novo salto que o país precisa encetar nessa área.
- Ampliar e reforçar os programas em andamento no Ministério do Turismo com interface na questão juventude (“Jovem Aprendiz do Turismo”, “Viajando pelo Brasil”, “O Turismo é Meu Negócio”, “Jovens Embaixadores do Brasil” etc)
- Estimular o empreendedorismo juvenil na área do turismo a partir de fomento exercido pelo Sebrae e pelo restante do Sistema S, com ênfase para atividades de ecoturismo, atividades ligadas aos

- chamados esportes radicais, desenvolvimento do potencial turístico de pequenas comunidades locais, organização do turismo de pequenos grupos etc
- Criar programas destinados a aproveitar as férias escolares como período de atividade remunerada de estudantes, como guias, animadores culturais, monitores de esportes etc.
 - Combater o turismo sexual e todas as espécies de exploração de trabalho infantil nessa área.

4.19 – Defesa

Passados quase 20 anos da posse de um civil na Presidência da República, fica claro que esse intervalo de tempo já foi suficiente para que as Forças Armadas brasileiras sejam reconhecidas como instrumento importante para realização das tarefas históricas atuais do País, voltadas à inclusão social, à redistribuição da renda e à garantia de desenvolvimento nacional numa rota de soberania.

As Forças Armadas possuem um efetivo em torno de 350.000 militares. A cada ano, aproximadamente 1 milhão de jovens, com cerca de dezoito anos de idade, se apresentam para prestarem o Serviço Militar Inicial, sendo aproveitados somente 70.000 desse contingente.

No período que permanecem nos quartéis, os recrutas realizam atividades diárias que, além da instrução militar (período básico, período de qualificação e período de adestramento), envolvem educação física, acompanhamento médico e dentário e períodos de aulas sobre os poderes constituintes, símbolos nacionais, regras de disciplina e hierarquia e questões de cidadania. Recebem alimentação balanceada, o que representa em muitas regiões de nosso país um forte atrativo sobre todos os jovens e respectivas famílias.

Muitos têm a possibilidade de se qualificarem em profissões necessárias às Forças Armadas, que podem ser aproveitadas no mundo do trabalho, como habilitação na condução de veículos, inclusive caminhões, copeiro e auxiliar de cozinheiro; auxiliar em enfermagem; auxiliar de mecânico; auxiliar de lanterneiro e pintor de viaturas automóveis; carpinteiro, marceneiro, bombeiro hidráulico, eletricista, digitador e outras.

Os Estabelecimentos de Ensino da Marinha, do Exército e da Aero-

náutica admitem cerca de 19.000 jovens, anualmente, que irão ser formados oficiais, sargentos e cabos, constituindo os respectivos quadros permanentes das Forças.

Esses números e dados já permitem perceber que uma política nacional de juventude deve compreender a área ministerial da Defesa como um dos eixos estratégicos para desenvolvimento dos programas de ocupação, inserção e qualificação dos jovens brasileiros.

Notícias recentes informam sobre o lançamento de um grande projeto federal intitulado Soldado Cidadão e sobre articulações para retomada da Operação Rondon, que tem clara interface na área da Educação, sobretudo em seu segmento universitário

Recomendações e propostas

- Propor às Forças Armadas, valorizando seu percurso de democratização e constitucionalização, que assumam um posto de destaque na proposição, na implementação e na consolidação das políticas de inserção juvenil propugnadas neste documento.
- Implantar e ampliar, ano a ano, programas como o Soldado Cidadão, garantindo profissionalização e qualificação a todos os jovens incorporados no serviço militar obrigatório.
- Fortalecer e ampliar iniciativas já em curso de abrir as unidades militares para que as populações adjacentes possam utilizar seus equipamentos esportivos, educacionais e de saúde, com destaque para a juventude.
- Oferecer e ampliar alternativas de trabalho e escolarização também ao segmento juvenil feminino.
- Redesenhar amplamente as características, a operacionalidade e os objetivos estratégicos de qualquer programa referenciado no Projeto Rondon, com vistas a valorizar seus aspectos positi-

vos (integração nacional, entrosamento de jovens urbanos com condições sócio-econômicas adversas, atendimentos emergenciais), sem repetir aspectos verticalistas e autoritários presentes naquela primeira experiência.

- Considerar a possibilidade de rebatizar esse programa com nomes que atualizem o ideário de integração simbolizado então na figura de Cândido Mariano Rondon (Projeto Chico Mendes, Projeto Betinho, Projeto Josué de Castro, Projeto Dom Helder Câmara e vários outros), estudando também a

hipótese de se adotarem denominações regionais pluralistas.

- Garantir que essa retomada envolva também os desenvolvimentos já introduzidos naquele período no Projeto Rondon, como as extensões universitárias e os campus avançados.
- Estudar possíveis mecanismos de vinculação entre o serviço militar obrigatório e o programa abrangente de escolarização, renda e trabalho social já sugerido (carro-chefe), de forma a flexibilizá-lo como espécie de serviço civil voluntário e alternativo.

5 – SOCIEDADE CIVIL

Já ficou bastante reiterado neste documento o papel fundamental que cabe à sociedade civil brasileira na implementação da política nacional de juventude que se pretende inaugurar. Sem o engajamento vigoroso de todas as forças vivas da Nação, não será possível realizar as metas – ambiciosas, mas atingíveis – ora sugeridas.

Foi reiterado, também, que os movimentos de juventude, abrigados por natureza nessa sociedade civil, devem ser vistos como protagonistas centrais de toda a formulação, implementação e ampliação dos programas e ações que em conjunto materializam a referida política inovadora. Não são parceiros nessa estratégia, mas condutores principais, em interação com os poderes do Estado.

Mas vale fazer menção detalhada a determinadas áreas e instituições que desempenharam papel destacado nas recentes lutas históricas pela reconquista da democracia, pelo equacionamento de nossas graves desigualdades sociais e pelo fortalecimento de nossas instituições no sentido de combater a corrupção e garantir determinados preceitos éticos na ação política.

Entre as mais conhecidas, cabe lembrar, em seus respectivos campos e atribuições, entidades de grande destaque nacional como a OAB, a CNBB e outras siglas que tiveram papel importante na reconstrução democrática nacional. Dezenas de entidades de representação de classe, movimentos sociais, centros de estudo e redes de atuação social no chamado terceiro setor, todos esses atores estão convocados a tomar conhecimento da presente proposição direcionada à juventude.

A todos eles também é dirigido este documento, no sentido de suscitar discussão e interesse, estimulando novas iniciativas direcionadas à juventude. De preferência, que seja em consonância com a filosofia geral aqui explicitada. Mas, em qualquer hipótese, sempre válidas como intenção e boa-vontade.

Pela forte interseção com a vida e as mobilizações dos jovens, alguns segmentos específicos da sociedade civil merecem, a seguir, uma abordagem mais pausada, na busca de compreender com mais profundidade a temática juvenil, bem como as responsabilidades e as possíveis iniciativas que competem aos diferentes atores.

5.1 – ONGs (Organizações não-governamentais)

O campo das ONGs é muito diversificado, incluindo organizações com diferentes histórias, propósitos, perfis e experiências. Algumas carregam décadas de experiência tendo, muitas vezes, a luta contra a ditadura como marco de sua origem. Outras nascem no período da redemocratização e buscam inserir temáticas específicas nas discussões sobre direitos. Outras ainda, nascem nos anos 90, muitas vezes estimuladas pelas possibilidades de parceria com o poder público na execução de certas políticas. Algumas têm sua identidade marcada por um tema específico; outras, pelo território em que se inserem.

A origem de seus recursos financeiros é de grande diversidade: agências de cooperação internacional, institutos e fundações empresariais (nacionais e estrangeiras), prestação de serviços, contribuição de sócios, venda de produtos. Enquanto algumas combinam essa diversidade, outras dependem exclusivamente de convênios com o poder público.

A juventude só se torna um tema de ONGs em meados da década de 90, quando se percebe que a sociedade tinha quase nada a oferecer para as pessoas com mais de 18 anos. Dentro da diversidade de ação das ONGs já expostas, algumas instituições começam a trabalhar com a juventude a partir do reconhecimento da sua especificidade e da invisibilidade de suas questões para a sociedade em geral, inclusive o poder público. Essas ONGs buscam, então, apoiar a organização e o fortalecimento de atores juvenis, sobretudo aqueles ainda não constituídos na cena pública.

É também nos anos 90 que aparecem diversos institutos e fundações empresariais pautando a atenção à juventude. Essas instituições buscam disseminar

seus conceitos e diretrizes e marcam fortemente o trabalho das ONGs junto aos jovens. É nesse processo que se dissemina, por exemplo, o termo protagonismo juvenil, definindo um tipo de relação entre educadores e jovens, mas que é apropriado de diferentes formas pelas ONGs.

Nesse tempo, as ONGs acumularam experiências no trabalho junto a jovens, identificando características, questões e demandas até então pouco visíveis. Muito mais ágeis do que as estruturas do poder público, perceberam a importância e puderam experimentar, por exemplo, trabalhar com linguagens diversificadas, ressaltando a importância da dimensão da comunicação e da cultura para os jovens, além da forte capacidade propositiva que os jovens manifestam nesse campo.

É forte entre as ONGs o reconhecimento da importância da participação juvenil. No entanto, possuem diferentes concepções sobre o caráter dessa participação e imprimem diferentes direções aos trabalhos que realizam junto aos jovens. Às vezes, o fomento à participação se dá na forma de incentivo ao voluntariado juvenil. Outras vezes, oferece-se aos jovens uma formação para que possam participar do enfrentamento de certas questões previamente definidas (jovens multiplicadores ou agentes do desenvolvimento local).

A formação dos jovens para realizarem diagnóstico de questões de seu interesse e, a partir daí, atuarem por meio da elaboração e implementação de projetos é um outro caminho que vem sendo cada vez mais trilhado pelas ONGs. Além das ações que procuram viabilizar e fortalecer a participação política dos jovens, oferecendo-lhes informações, conhecimentos e/ou recursos materiais.

Mais recentemente, diversos grupos juvenis – alguns inclusive originados do trabalho de ONGs – viram na sua

institucionalização a saída para as principais dificuldades que enfrentam na viabilização de suas idéias, implementação de seus projetos e/ou interferência nos rumos dos trabalhos. Assim, hoje temos um novo tipo de organização que são as ONGs de jovens, partilhando simultaneamente as identidades de organização juvenil e de ONG

Como se vê, é grande a diversidade das ONGs, é grande a diversidade de conceitos e abordagens por elas propostos. No entanto, as diferenças e/ou divergências são pouco visíveis, uma vez que praticamente inexistem um debate público em torno dessas questões.

Na sua atuação junto a jovens, dois importantes problemas que vêm se colocando são, de um lado, a descontinuidade do trabalho, uma vez que o recurso disponibilizado pelo financiador é quase sempre restrito a curtos períodos de tempo. De outro, aquelas que buscam fortalecer a participação social e política autônoma dos jovens encontram poucos financiadores dispostos a apoiar esse tipo de trabalho.

Algumas ONGs assumem o papel de atores da sociedade civil, envolvendo-se em ações de pressão para que o Estado exerça sua responsabilidade na garantia e efetivação de direitos; outras, muitas vezes dependendo exclusivamente dos recursos públicos para seu funcionamento, não mantêm essa mesma autonomia e restringem-se à prestação de serviços. No entanto, entre esses dois pontos extremos existem inúmeras ações das ONGs, no seu diálogo com o poder público, que contribuem e influenciam na formulação de políticas públicas.

Na perspectiva de oferecer boas experiências para impactar políticas públicas, algumas ONGs sistematizam e publicam seus aprendizados e ações, podendo inclusive prestar assessoria ao poder público na formação de seus qua-

dros. No entanto, quando elas são oferecidas na forma de “pacote” costumam enfrentar as resistências dos profissionais que não participaram da elaboração da proposta. Na busca de superar essa relação desigual, algumas interessantes parcerias têm sido construídas entre poder público e ONGs nas quais ambos se envolvem em todas as fases do projeto, da elaboração da proposta à sua avaliação, mantendo o papel social de cada ator.

Mas as ONGs têm sido também, algumas vezes, importantes parceiras do poder público no estabelecimento do diálogo com os jovens. Nos casos onde o poder público tem tomado a iniciativa de constituir espaços específicos com esse fim (fóruns, conferências, redes, etc).

Com o desenvolvimento do ainda incipiente campo das políticas públicas de juventude, algumas ONGs já começam a estruturar meios de acompanhamento e monitoramento dessas políticas, de forma a oferecer informação mais qualificadas para os atores aí envolvidos.

Assim, no campo das ONGs encontram-se experiências e conhecimentos que podem ser de grande contribuição para a constituição de políticas públicas que promovam direitos aos jovens.

Recomendações e propostas

As ONGs, enquanto atores da sociedade civil, podem contribuir para o desenho e implementação de políticas públicas de juventude:

- questionando publicamente a concepção de que os jovens são focos de problema e, em contraposição, afirmando-os como sujeitos de direitos;
- oferecendo aos jovens informações e conhecimentos, bem como recursos materiais e infra-estrutura que contribuam para o fortalecimento desses atores na efetivação de seus projetos, ampliando a capacidade de diálogo e influência junto à sociedade e ao po-

- der público, além de fomentar a articulação em rede;
- realizando, se possível em parceria com o poder público desde o início, projetos de caráter experimental que possam ser aproveitados ou reeditados como política pública
- sistematizando e divulgando suas experiências
- participando de fóruns de diálogo com o poder público
- atuando em redes e movimentos que pautem debates públicos
- prestando assessoria ao poder público nos temas em que tenham maior acúmulo
- estabelecendo parcerias com governos na concepção, implementação e avaliação de políticas específicas
- monitorando e controlando socialmente o poder público
- apoiando a criação e o fortalecimento de espaços de diálogo entre o poder público e os jovens
- atuando na formação dos quadros técnicos e dos gestores das políticas
- propondo, participando e fortalecendo espaços de diálogo tanto das organizações que atuam junto a jovens, como entre essas e o poder público
- mantendo e efetivando em suas ações um compromisso com a publicização do Estado brasileiro
- no caso de parcerias, exigindo do poder público transparência a fim de zelar pela aplicação criteriosa dos recursos públicos.

5.2 – Sindicatos de trabalhadores

A luta dos sindicatos brasileiros pela reconquista da democracia e pela ampliação dos espaços de participação cidadã teve poucas experiências equivalentes em volume e importância no mundo.

Os sindicatos desempenharam papel decisivo no desafio ao regime militar, mobilizando centenas de milhares de trabalhadores em manifestações, greves e jornadas heróicas, e deram seqüência e consequência a esse ciclo histórico, engajando-se resolutamente, nos anos seguintes, em mobilizações políticas que contribuíram centralmente para a conquista da normalidade democrática de que o Brasil dispõe hoje.

Em anos mais recentes, já articulados e unificados em distintas centrais sindicais, passaram a se dedicar com intensidade crescente a campanhas e mobilizações que superavam o âmbito corporativo, para se inscrever na pauta das jornadas nacionais em favor da inclusão social: arrecadação de alimentos durante a Campanha do Betinho, programas de alfabetização de jovens e adultos, iniciativas junto a crianças em condição de rua, mobilizações de combate ao racismo, campanhas de combate à AIDs e várias outras.

Por isso, é justo atribuir aos sindicatos de trabalhadores uma parcela fundamental da responsabilidade pelo êxito

da pioneira política nacional de juventude agora proposta. Garantindo-se o seu engajamento decidido, estarão multiplicados os espaços e o potencial de sucesso dessa nova jornada estratégica de mobilização da cidadania.

Recomendações e propostas

- Criar ou reforçar em cada entidade sindical e nas diferentes centrais o departamento ou setor especificamente responsável pela questão juventude.
- Incorporar com força as bandeiras específicas dos jovens de cada categoria profissional em todas as campanhas salariais e negociações de acordos sobre os chamados direitos sociais.
- Destacar, nas mobilizações já em curso pela geração de emprego, as demandas especiais oriundas do segmento juvenil da população brasileira.
- Pressionar cada empresa a estimular seus jovens funcionários no prosseguimento da escolarização, com subsídios para pagamento dos cursos e flexibilização dos horários e jornadas.
- Assumir papel aglutinador nas respectivas bases territoriais em articulações e consórcios que tenham relação com programas como o Primeiro Emprego ou com a implantação do novo programa abrangente concebido no transcurso do Projeto Juventude.

5.3 – Empresas privadas

Para discutir a relação juventude e empresa, o Projeto Juventude propiciou o encontro de duas falas – a do jovem empresário que deseja ligar a estratégia corporativa da sua empresa aos conceitos de *responsabilidade social*, e a das empresas-juniores, ferramentas de extensão universitária que proporcionam ao estudante a aplicação prática de conhecimentos teóricos relativos à sua área de formação profissional específica.

O tema surgiu como desdobramento da percepção de que há um público jovem relacionado ao empreendimento nos setores comercial, industrial ou de serviços e que não se enquadra no contexto da economia solidária, do cooperativismo ou do associativismo.

A *responsabilidade social* empresarial é entendida por esses atores juvenis como algo essencialmente diferente da filantropia, haja vista que essa vai abarcar apenas as ações externas e assistenciais de determinada empresa, ao passo em que a co-responsabilidade pelo desenvolvimento social e humano da localidade, do país e do mundo é estrutural no conceito de *responsabilidade social*.

Segundo definição do Instituto Ethos, “a empresa socialmente responsável é aquela que possui a capacidade de ouvir os interesses das diferentes partes (acionistas, funcionários, prestadores de serviço, fornecedores, consumidores, comunidade, governo e meio-ambiente) e conseguir incorporá-los no planejamento de suas atividades, buscando atender às demandas de todos e não apenas aos acionistas ou proprietários”.

Experiências de estágio são vistas pelas empresas-juniores como uma forma de cotejo entre o conteúdo que se aprende na sala de aula e a realidade. Como os processos são dinâmicos no mercado, o estudante que tem essas oportu-

nidades tende a encarar a graduação com espírito crítico, sendo também capaz, numa relação de mão dupla com as empresas e havendo um grau de confiança e autonomia da parte delas, oxigenar as estruturas e as relações corporativas. O estágio e sua regulamentação tomaram, portanto, no debate, a dimensão de elemento muito importante para as políticas públicas de juventude.

Como primeira preocupação dos jovens, aparece a necessidade de mudar certa visão corrente entre as empresas, do estagiário como mão-de-obra barata, construindo-se uma outra, qual seja, a de que o estágio é um momento importante como primeiro contato entre o profissional e a empresa.

Para o treinamento e encaminhamento de jovens ao mercado de trabalho, destacou-se a parceria entre organizações da sociedade civil como o CIEE (Centro de Integração Empresa-Escola), empresas e os poderes públicos. Por intermédio da instituição citada, 251 mil jovens recebem bolsa-auxílio para cursos profissionalizantes ou atividades em programas de alfabetização de adultos, dentre outras.

Ainda nesse ponto, o cumprimento efetivo da Lei 10.097, ou “Lei do Aprendiz”, com sua divulgação nas empresas e universidades e a fiscalização por parte dos governos já significaria grande avanço na relação entre educação e trabalho. Em conjunto com disposições da CLT (Consolidação das Leis do Trabalho) e do Estatuto da Criança e do Adolescente a lei constitui um arcabouço razoável para a garantia de acesso em condições adequadas do jovem à experiência de aprendizagem dentro das empresas, com prioridade aos conteúdos educativos.

À luz do debate veio também a informação de que hoje parcela significativa dos estudantes universitários anseia a constituição de seu próprio empreen-

dimento, ao invés de ingressar em uma empresa e lançar-se à construção de uma carreira como executivos. A dificuldade a ser superada é a escassez de linhas de financiamento especialmente destinadas ao empreendedor jovem, bem como a formação de redes de apoio técnico, logístico e de assessoramento.

Para alguns jovens empresários, empreendedores ou aspirantes a uma carreira no mundo corporativo, existe a sensação de que Brasília “é uma ilha distante da realidade”. Isso, é claro, denota um distanciamento entre eles e a classe política, a quem por vezes atribuem a responsabilidade por uma carga tributária que consideram impeditiva do desenvolvimento pleno das potencialidades das micro, pequenas e médias empresas como elemento na resolução de problemas como o desemprego.

Há um desafio implícito: superar a idéia de que as empresas estão separadas do mundo político por um balcão de negócios, na acepção negativa da expressão. Como boa resposta para essa demanda, aparece com força a idéia de que a participação política, assim como o envolvimento na busca de soluções para as questões abertas pelo nosso tempo (violência, desemprego, degradação ambiental, etc.) é o melhor caminho para o surgimento de novos padrões de relação entre os setores público e privado.

Alguns casos de adesão de jovens empreendedores às recentes redes locais de organizações juvenis patenteiam que há sinergia entre as juventudes para um

movimento de afirmação de uma pauta jovem na agenda política nacional. Espera-se do poder público e das instituições consagradas da sociedade civil a atenção devida a essa pauta, através da discussão de seus pontos específicos como a necessidade de apoio ao empreendimento jovem e também do desdobramento de ações concretas, muitas das quais já propostas pelos jovens, como:

Recomendações e propostas

- aperfeiçoamento do marco legal do estágio profissional, de modo a garantir direitos e oportunidades ao jovem para a capacitação para o trabalho;
- políticas públicas que promovam a qualificação dos jovens com vistas a sua inclusão no mundo produtivo, tais como erradicação do analfabetismo, recuperação de escolaridade, formação educacional e profissional de qualidade e capacitação permanente;
- políticas públicas que facilitem a geração de renda e incentivem a abertura de novos postos de trabalho no setor privado, público e comunitário tais como: primeiro emprego, estágio cidadão (serviço público, comunitário e privado-pequenas e micros empresas), bolsa-trabalho jovem, núcleo jovem de economia solidária.
- Inserção dos jovens através de políticas que incentivem a participação, o protagonismo juvenil, a solidariedade, o envolvimento com temas da comunidade local e a organização coletiva;
- Multiplicação e valorização das experiências de empresas-juniões

5.4 – Partidos Políticos

O desafio de elevar as questões juvenis à categoria de política de Estado exige um alto nível de diálogo e de coresponsabilidades entre os diversos atores jovens e não-jovens envolvidos na elaboração, na execução e na avaliação das políticas públicas.

Nesse processo, os partidos políticos, através do esclarecimento de suas concepções de sociedade e de suas propostas para ela, são de fundamental importância. Partindo dessas premissas, o Projeto convidou as direções das juventudes partidárias, sem distinção de posicionamento no espectro político ou ideológico, a apresentarem as suas formulações acumuladas acerca das políticas de juventude.

Participaram da discussão as direções das juventudes do PCdoB, PDT, PMDB, PP, PSB, PSDB, PT e PV, além da JMR8 (Juventude do Movimento Revolucionário 8 de Outubro), SDE (Social Democracia Estudantil) e UJS (União da Juventude Socialista).

Foi surpreendente o elevado grau de acordo entre as diversas propostas apresentadas. A maioria delas já aparece em outras partes deste documento, relacionadas com educação, trabalho, saúde. Apareceu com muita força a idéia de que a questão juventude pode ser colocada acima das divergências políticas de ordem conjuntural (relação entre situação e oposição em cada nível federado), constituindo-se um *espaço político comum*, ou um conselho das juventudes partidárias, onde se possa exercitar o diálogo permanente para construção de consensos que, consolidados, podem ser encaminhados pelos próprios jovens para a discussão com o conjunto de cada partido, inclusive com as bancadas parlamentares que exercem seu direito de voto no exame legislativo de cada proposta.

Os jovens que optaram por participar da vida política ingressando em algum partido político enfrentam o estigma enraizado em nossa sociedade de que “a política é suja, um lugar de gente desonesta”. Superar esse preconceito tem-se mostrado um dos maiores desafios dessas juventudes. Sua participação ativa nas instâncias partidárias com poder de decisão é o que, na opinião deles próprios, pode oxigenar a política dessas organizações, não apenas no sentido da renovação dos quadros, mas com a real incorporação das demandas juvenis às orientações e resoluções dos partidos.

Trata-se, pois, da necessidade de estabelece um diálogo entre gerações, que permita, em cada caso, o encontro entre a filosofia que determina as ações cotidianas de cada agremiação e as novas linguagens, comportamentos e formas de manifestação das suas juventudes. Como todo diálogo, são necessárias inflexões de ambos os lados, mas, sobretudo, daqueles que ainda concebem este setor como mera *seção* formadora de futuros quadros políticos.

Em muitas administrações municipais e estaduais já existem organismos de juventude. Os desenhos, porém – assessoria, secretaria, coordenadoria –, e a alocação deles dentro dos governos difere de município para município, ou de estado para estado, inclusive em administrações do mesmo partido.

Destacaram-se experiências de equipamentos públicos dirigidos exclusiva ou prioritariamente à população jovem, como os Centros de Referência da Juventude (CRJs) ou os parques da juventude. O compromisso assumido pelas juventudes dos partidos, em consonância com valores democráticos, foi o de não transformar tais espaços em *aparelhos* da política partidária.

Quanto ao desenho institucional de uma política nacional de juventude, o con-

senso aponta para a criação de um órgão do Governo Federal destinado a elaborar, executar e coordenar as ações do governo relativas ao tema. Há quem defenda a criação de um ministério, de uma secretaria especial ou até de um instituto nacional de juventude. A participação da sociedade civil aparece sempre na forma de um conselho nacional de juventude, mas não se apresentou uma proposta acabada para a composição de tal conselho.

Recomendações e propostas

A Conferência Nacional de Juventude, ora realizada pela Câmara Federal,

deve ser institucionalizada e realizada periodicamente, tendo como objetivo a avaliação dos programas e a oportunidade de se ouvir os jovens acerca de suas propostas de políticas públicas;

- constituição de um Conselho Político das Juventudes Partidárias;
- criação de um organismo federal para elaborar, coordenar e executar um plano nacional de políticas de juventude;
- criação do Conselho Nacional de Políticas Públicas de Juventude;
- consolidar espaços de participação da juventude nos municípios, nos estados e em nível nacional.

5.5 – Universidade, ciência e tecnologia

A concepção de Universidade e a política nacional de Ciência e Tecnologia de uma nação espelha seu projeto de desenvolvimento. A produção científica e tecnológica e o sistema de ensino superior precisam ser inseridos na realidade e no processo de transformações em curso no Brasil. O desafio atual é construir um novo paradigma científico e tecnológico concatenado com as exigências de um plano de desenvolvimento que promova participação, redução das desigualdades e amplie as oportunidades de geração de renda.

Pensar em um novo projeto de Universidade requer a recuperação e a valorização da educação superior pública, gratuita e sua reafirmação enquanto elemento estratégico indispensável para a sociedade brasileira. As atividades de pesquisa científica e inovação tecnológica são fundamentais para a agregação de valor a produtos e processos e têm reflexos diretos na economia, interferindo no mercado de trabalho, questão que afeta diretamente os jovens desta geração.

O Brasil dispõe de 70 mil profissionais especializados envolvidos em atividades de pesquisa e desenvolvimento. Economias semelhantes têm quatro vezes mais. Em nosso país, a expansão recente do ensino superior se fez principalmente no campo privado. Mas são os centros de pesquisa e as universidades públicas os principais responsáveis pela produção científica. Esse enfraquecimento compromete amplamente as possibilidades de inserção social dos jovens.

É preciso, portanto, que a política nacional de Ciência e Tecnologia, os centros de pesquisa e as universidades brasileiras sejam tratadas como assunto de Estado, que transcende períodos de governo. É absolutamente decisivo o seu

papel que a Universidade e os centros de pesquisa jogam na construção de uma pioneira política nacional de juventude. É constituída de jovens praticamente a totalidade dos corpos discentes, o que ocorre também com uma fatia já importante dos funcionários, técnicos e mesmo parcelas do setor docente. Sobretudo no campo do diagnóstico das questões pertinentes à juventude e do desenvolvimento de metodologias e propostas de ação no sentido de equacioná-las, esses dois setores ocupam um posto fundamental.

Propostas e recomendações:

- Efetivar a meta do governo atual de investir 2% do PIB em Ciência e Tecnologia até o final do atual mandato, com ampliação do número e do valor das bolsas de formação.
- Garantir condições de trabalho para a realização das pesquisas coordenadas pelos docentes universitários e para socialização de novas gerações através da iniciação científica, orientação de Mestrado e Doutorado.
- Expandir o ensino superior público (70% das matrículas são do ensino privado). Dobrar, com qualidade preservada e no ensino presencial, o número de vagas nas instituições de ensino superior público brasileiras até 2007.
- Expandir o ensino superior público noturno;
- Ampliar e democratizar o acesso ao ensino superior: cotas para negros e reserva de vagas para estudantes oriundos da escola públicas;
- Elaboração de uma política de assistência estudantil (rubrica específica) como elemento indispensável para a permanência com qualidade e formação completa dos universitários (alimentação, saúde, moradia, transporte, acesso a equipamentos de informática);
- Elaborar um Plano Nacional de Ex-

- tensão Universitária que aumente a capacidade de interface da universidade com a sociedade, de intercâmbios de saberes e capacidades entre jovens de diferentes universidades, regiões, escolaridade e renda;
- Incentivos à pesquisa articulada com a extensão universitária para promover projetos pedagógicos e práticas educativas renovadoras que motivem os alunos e estejam de acordo com a realidade;
 - Envolver professores e estudantes universitários na erradicação do analfabetismo na juventude (1,2 milhões de jovens e, destes, 70% na Região Nordeste).
 - Ampliar os canais de participação de diferentes setores jovens nas Universidades. A Universidade deveria estar aberta, por meio de diferentes modalidades de acesso, às várias juventudes. Além dos cursos regulares para alunos regularmente matriculados, experiências de Cursos de Extensão têm ampliado o acesso aos patrimônios do conhecimento. Assim como já existem experiências que facultam espaços e equipamentos das Universidades para outros setores e movimentos juvenis.
 - Desenvolver, com a coordenação das Universidades públicas um Curso Nacional de Formação de jovens “educadores sociais” (que trabalham nos acampamentos e assentamentos do Movimento Sem Terra, em oficinas de Hip hop, com “meninos e meninas de rua”, com egressos da FEBEM, com jovens que cumprem penas alternativas, em comunidades, em diferentes projetos culturais, de afirmação étnica ou de gênero, etc) com o objetivo de responder, de maneira qualificada, às demandas de capacitação referentes a uma nova ocupação social consolidada na década de 90.
 - Estender a todos os estados a experiência da Pedagogia da Terra (Alternância), relatada no seminário do Projeto Juventude em Vitória.

5.6 – Igrejas e religiões

A religião, ao lado de outros recortes – de classe, de gênero, de raça ou cor, de local de moradia, de opção sexual, de estilo ou gosto musical – pode ser vista como um dos aspectos que compõem a grande diversidade da juventude brasileira.

Segundo o Censo 2000 do IBGE, 73,6% dos jovens de 15 a 24 anos no Brasil se declaram católicos. Os evangélicos da mesma faixa etária seriam 14,2%, sendo 3,9% de denominações tradicionais e 10,2% de denominações pentecostais. Somavam 3,3% os jovens que declaram ter outras religiões entre as quais destacam-se as afro-brasileiras, o espiritismo kardecista e, minoritariamente, o budismo.

Esses números não diferenciam muito os jovens dos brasileiros de outras faixas etárias. Ao contrário, demonstram que os jovens acompanham mudanças recentes que tornam o campo religioso brasileiro mais diversificado e plural, o que tem implicado em diminuição crescente dos que se declaram católicos.

Já os jovens que se declaram “sem religião” (9,3%) se afastam um pouco mais da soma relativa a outras faixas etárias (7,4%). No Censo não havia uma segunda pergunta sobre religião, que permitisse aferir quantos destes jovens tinham crenças em forças espirituais, ainda que não possuísem vínculos com instituições religiosas, e quantos destes jovens se consideravam ateus ou agnósticos.

Três anos depois, os resultados da pesquisa realizada pelo Projeto Juventude confirmou e acentuou as tendências identificadas pelo Censo de 2000. Foram 65% dos jovens entrevistados em todo o país que se declaram católicos, 20% se declararam evangélicos, sendo 15% pentecostais e 5% não pentecostais (e aqui houve ainda outros 2% de outras

igrejas cristãs). Os espíritas e os jovens que se declaram adeptos das religiões afro-brasileiras somaram 3%. Nessa mesma pesquisa, 10% dos jovens declararam “*acreditar em Deus mas não ter religião*” enquanto 1% das respostas identificaram ateus e agnósticos.

Estas informações suscitam preocupações que têm sido divulgadas não só na mídia, como também por movimentos juvenis organizados, pesquisadores e formadores de opinião. Todos parecem concordar que o crescimento das Igrejas evangélicas pentecostais, o aumento de jovens carismáticos católicos, a visibilidade das crenças e práticas classificadas como “nova era” (mapa astral, búzios, tarô, etc) refletem a falta de perspectiva do jovem de hoje e representam obstáculos para a participação social.

No entanto, no contexto de elaboração de políticas públicas para a juventude brasileira, existem outros ângulos a considerar: **a)** as religiões são fontes doadoras de sentido para a vida e o fato de tantos jovens (quase 90%) brasileiros estarem vinculados a instituições religiosas e outros tantos (quase 10%) acreditarem em Deus, mesmo sem estar ligados a uma religião específica, revela uma dimensão importante do imaginário e da visão do mundo dos jovens de hoje; **b)** as instituições religiosas produzem grupos e espaços para jovens onde são construídos lugares de agregação social, identidades e formam grupos que são contabilizados na composição do cenário da sociedade civil **c)** fazendo parte destes grupos, motivados por valores e pertencimentos religiosos, jovens de diferentes gerações têm atuado no espaço público e fornecido quadros militantes para sindicatos, associações, movimentos e partidos políticos e, finalmente, **d)** expressando vínculos institucionais ou apenas crenças mais difusas, nos últimos anos, a linguagem religiosa se faz pre-

sente em muitas expressões juvenis na área de arte e cultura.

Na dimensão da militância político-religiosa destacam-se hoje, nos espaços da Igreja Católica, a Pastoral da Juventude, grupos de jovens ligados a outras pastorais, a rede MINCA, o Movimento Mística e Revolução (MIRE). No mundo evangélico, destacam-se grupos como a Aliança Bíblica Universitária do Brasil (ABUB), assim como se fazem visíveis os grupos de jovens Luteranos, Metodistas, Batistas, Presbiterianas, das Assembléias de Deus, entre outras. Mas, há também registros de jovens de religiões afro, jovens carismáticos, pentecostais, outros que se identificam com cosmologias orientais ou esotéricas, que se dispõem a participar de grêmios escolares, de ações comunitárias, de campanhas pelo meio ambiente, pela paz, etc...

Propostas e recomendações

Frente aos dados e observações expostos acima, sem pretender fazer correlações indevidas ou apressadas entre escolhas religiosas e participação social e política, no contexto de formulação de políticas públicas de juventude, recomenda-se:

· Incentivar a divulgação de conteúdos sobre a história das religiões, sobre o papel das religiões na sociedade brasileira, sobre a liberdade e o respeito à diferença religiosa como requisito da democracia política.

· Trabalhar para que o ensino religioso na escola pública, previsto na Lei

de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, seja realizado com uma perspectiva ecumênica, de educação para valores, reafirmando a importância da tolerância, do respeito mútuo e do diálogo inte-religioso.

· Abrir espaços nos encontros de juventude para reflexões e celebrações macro-ecumênicas, buscando facilitar o diálogo entre jovens das religiões afro-brasileiras, espíritas, evangélicas e católicas, entre outras. Não se trata de esconder ou minimizar as diferenças e as disputas no campo religioso, mas de explorar valores comuns que possam influenciar positivamente na prática social.

· Considerar a presença de jovens de diferentes religiões (no país, nos estados, nas cidades, nas comunidades) como um dos vetores da diversidade da juventude brasileira. Em certos contextos, e para certos temas, esse recorte pode enriquecer o debate e aumentar a representatividade de colegiados, conselhos e conferências. Há experiências bem sucedidas em conferências de cidades, em fóruns comunitários, nas favelas e periferias, onde, entre as instituições locais reunidas estão as entidades religiosas, as igrejas, jovens de diferentes religiões.

· Considerar o recorte religioso e presença de jovens de diferentes religiões situações de grande vulnerabilidade social ou em espaços de reclusão ou liberdade restrita (abrigos, cadeias, etc) visando à criação de programas de solidariedade social que venham minimizar o impacto das políticas do narcotráfico e do tráfico de armas.

5.7 - Mídia e comunicação

A pesquisa do Projeto Juventude enfatizou através de números o que já saltava aos olhos: a TV é a principal forma de lazer e de informação de boa parte da população jovem brasileira. Sem acesso a livros, revistas, cinema, teatro e outros produtos da indústria cultural, sem usufruir uma boa escola, muitos jovens têm na televisão a mediação com o mundo próximo e distante.

Por isso, e sem deixar de lado a preocupação com o acesso a outras formas de informação, como rádios, jornais, revistas e, cada vez mais, a Internet, é fundamental assegurar que a TV tenha mais qualidade.

Há questões referentes à mídia que afetam mais diretamente aos jovens, como a maneira estereotipada com que são retratados. Os jovens negros, principalmente, são quase sempre mostrados em situações desfavoráveis. Por outro lado, a juventude rural, os jovens indígenas e vários outros grupos praticamente não têm espaço. Nesse sentido, propostas de incentivo à produção de conteúdo nas diversas mídias pelos próprios jovens são bastante importantes. Também é preciso chamar a atenção para a abordagem por vezes irresponsável que alguns veículos adotam para questões como sexualidade e consumo.

Outras propostas de políticas públicas para a mídia e a juventude podem não estar diretamente ligadas aos jovens – mas certamente lhes dizem respeito. Por exemplo, a discussão das normas para concessões de rádio e TV. É evidente que o fato de poucos grupos terem a hegemonia sobre os meios de comunicação em massa acaba dificultando o acesso dos jovens a diferentes perspectivas – assim como dificulta a construção de uma sociedade mais igualitária, sem tanta concentração de poder e renda.

Propostas e recomendações Educação para a mídia

- A escola deve preparar os alunos para serem bons críticos da mídia. Além de serem usados como instrumentos em sala de aula, a TV, revistas e jornais devem também ser objeto de estudo.
- A escola também deve incluir em seu currículo a produção de programas de TV, rádio, revistas e páginas da Internet

Regulamentação

- Além das recomendações de horário que já existem, é preciso estabelecer, a partir de amplo debate com especialistas (psicólogos, antropólogos, etc.) e a sociedade civil, novos limites para a exibição de programas (e chamadas de programas) conforme o impacto que podem ter junto ao público jovem.
- Estabelecer sanções claras e progressivas para os veículos que tiverem condutas irresponsáveis – de penalidades financeiras à suspensão da programação ou mesmo cassação da concessão. O que inclui também a publicidade.
- Criação de Conselhos e Fóruns de consulta à sociedade, que tenham o poder de fiscalizar e opinar sobre a programação da TV. Eles seriam constituídos, conforme legislação específica, por representantes da sociedade civil, universidades, movimentos sociais e instituições.
- O processo de licenciamento das emissoras comunitárias de rádio e TV, bastante ligadas aos jovens, precisa ser mais ágil e transparente, com critérios claros e coerentes e prazos razoáveis.
- Estabelecer claramente o que é a “rádio pirata”, que invade a frequência de uma rádio comercial ou ocupa um espectro muito maior do dial do que é permitido – normalmente ligada a um político ou empresário sem qualquer conotação comunitária –, da rádio que

efetivamente representa e presta serviços a comunidade.

- Reservar espaços na TV aberta, seja ela comercial ou pública, para a veiculação da produção independente e jovem – de produtoras comerciais, comunidades, movimentos sociais e universidades.
 - A programação das TVs universitárias também precisa ser regulamentada de modo a garantir que elas sirvam como canal de comunicação, expressão e laboratório para alunos e professores, e não apenas veículos controlados por reitores e diretores.
 - A regionalização da programação das grandes redes nacionais de TV também é importante, para se permitir que a diversidade da cultura brasileira e, conseqüentemente, da cultura jovem brasileira, seja devidamente representada, além de permitir a descentralização do mercado, criando empregos e oportunidades no Brasil todo.
 - É fundamental que todos os veículos de comunicação possuam um serviço de atendimento ao consumidor, com canais de comunicação divulgados clara e regularmente na própria programação, com obrigações previstas em lei quanto ao registro, tabulação e retorno das críticas e sugestões. E também um ouvidor e um ombudsman, com todas as garantias de estabilidade e independência que devem ter no exercício do cargo.
- ### Universalização dos acessos
- Viabilizar o acesso de um número maior de pessoas, e, conseqüentemente de jovens, à TV fechada, com o objetivo de reduzir a diferença de oportunidades de informação de qualidade e entretenimento entre as classes de maior e menor poder aquisitivo.
 - As TVs comerciais e públicas deveriam também fornecer, mediante solicitação, cópias de seus programas para escolas públicas e bibliotecas. .
 - As bibliotecas públicas, comunitárias ou ligadas a escolas e instituições devem ser modernizadas, com a instalação de tele-centros (computadores para acesso à Internet, com auxílio de monitores), videotecas e a manutenção de um acervo atualizado de periódicos (jornais e revistas nacionais e estrangeiras).
 - Instalar mais tele-centros (centros de acesso à Internet) no Brasil inteiro, em centros comunitários, clubes, parques, vias de acesso como o metrô, etc, e prever que boa parte deles fique aberto até depois da meia-noite
 - Facilitar o acesso ao hardware (computadores) através de financiamentos, isenções, subsídios e incentivo à fabricação de equipamentos no Brasil, difusão do software livre e do acesso por banda larga.

6 – INSTITUCIONALIDADE

6.1 – Organismos gestores do Executivo

A instauração de uma política nacional de juventude no âmbito federal, como já enfatizado, lança a governos estaduais e prefeituras municipais o desafio de se prepararem para conceber instâncias gestoras que dêem conta da tarefa de coordenar as políticas específicas de juventude.

Muitos estados e municípios já possuem órgãos de governo que tratam especificamente do tema juventude. Alguns estão vinculados às Secretarias de Esporte, Lazer ou às chamadas áreas de “participação popular”. Outros governos optaram por ligar suas coordenadorias/assessorias de juventude diretamente aos gabinetes dos chefes do Executivo.

É certo que cada governo estabelece seus próprios princípios de organização institucional; porém, parece ser consensual a importância de políticas inter-setoriais de juventude, que requerem órgãos articuladores, específicos, vinculados à autoridade do Chefe de Governo.

Nas pequenas e médias cidades – em que a existência de Secretarias específicas por vezes oneram demasiadamente o orçamento municipal – é importante que, mesmo locados em um órgão não-específico, os programas destinados à juventude adquiram o caráter de políticas transversais, onde as distintas áreas administrativas interagem e estabelecem cooperação.

Nas grandes cidades e nos estados, sugere-se planejar ações que capilarizem a formulação e execução das políticas públicas de juventude. Há experiências exitosas em alguns municípios e estados brasileiros, que incluíram em seus processos de descentralização administrativa a designação de agentes juvenis para o diálogo com grupos de jovens da área, aproximando-os do poder público.

Processo semelhante também tem ocorrido em muitas cidades brasileiras com experiências de Orçamento Participativo. Seja em um segmento específico para a juventude, seja buscando trazer os jovens à participação nas plenárias gerais, os OPs têm se consolidado como espaços de uma significativa interlocução entre o Estado e os agentes políticos juvenis.

Enfim, os governos precisam dar respostas urgentes às necessidades dos jovens, consolidando instâncias de deliberação conjunta de políticas e lhes orientando os recursos orçamentários cabíveis. Isso deve ser feito sempre levando-se em consideração as características regionais de estados e municípios, bem como a escala das ações públicas.

6.2 – Instâncias no Legislativo

A existência de Comissões Parlamentares de Juventude vem suprir em parte lacunas existente nas legislações municipais, estaduais e federal, que tendem ainda a perceber os jovens vinculados principalmente às políticas de educação e trabalho, isto é, sem considerar a diversidade da condição juvenil.

Surgidas nos Legislativos brasileiros a partir de 2001, as Comissões de Juventude vêm se consolidando como espaço de interlocução dos jovens com o poder público, com a mediação de vereadores e deputados. Pelo fato de a diversidade de organizações juvenis ser muito grande – o que dificulta a existência de fóruns comuns de discussão e reivindicação política – as Comissões de Juventude passam a ser também locais de encontro e articulação dos grupos juvenis.

Essa presença mais forte dos jovens nos parlamentos tem contribuído para o surgimento de projetos de lei conectados com a realidade da juventude brasileira e com a diversidade de questões vividas em seu cotidiano. Ampliase, desse modo, a visão dos parlamentares quanto à condição juvenil, o que enriquece o desenvolvimento da função legislativa no país.

As Comissões de Juventude são importantes ainda para aproximar os jovens das instâncias do mundo da política partidária, contribuindo para desfa-

zer a sisudez da maioria das casas legislativas. Nesse sentido, é importante fortalecer as Comissões Parlamentares de Juventude e buscar torná-las espaços permanentes de participação juvenil.

6.3 – Legislação em debate

6.3.1 – Plano Nacional de Juventude

A iniciativa da Câmara de Deputados em constituir uma Comissão Especial, em 2003, destinada a acompanhar e estudar propostas de políticas públicas para a juventude, indica a sensibilidade do Parlamento brasileiro para com a questão da juventude. A Comissão se investiu do papel de formular um Plano Nacional de Juventude e buscou construir um processo amplo de consulta à juventude da totalidade dos Estados brasileiros para tal.

O Relatório Preliminar da Comissão aponta caminhos para a elaboração de uma política nacional de juventude, com base em audiências públicas realizadas com jovens, especialistas, membros de ONGs e representantes de governos. Esse Relatório Preliminar foi o texto-base para a organização das Conferências Estaduais de Juventude, promovidas pela Comissão. As propostas tratam dos temas educação, cultura, trabalho, cidadania e outros, e devem ser aprimoradas na Conferência Nacional de Juventude, a ser realizada em Brasília neste mês de junho.

A importância central de um Plano Nacional de Juventude reside na possibilidade de se fixar um horizonte decenal para desenvolvimento da política nacional, convertendo-se em instrumento que aumenta as chances de ela não sofrer interrupção quando ocorre mudança das forças políticas no poder, natural no processo democrático.

Importa, em qualquer hipótese, que seja formulado um planejamento da exe-

cução das políticas de juventude, com fixação de metas a médio e longo prazo e o estabelecimento de mecanismos de avaliação da eficácia das políticas. Devem ser indicados também os parâmetros de políticas estaduais e municipais de juventude, no sentido de se organizar, no menor prazo possível, uma política nacional de juventude para o país.

6.3.2 – Legislação específica para a juventude

Há divergências entre os movimentos juvenis, ONGs, juventudes partidárias e militantes ligados à causa dos jovens no país, acerca da necessidade de um Estatuto ou de uma Carta de Direitos da Juventude. Se, por um lado considera-se importante que haja uma legislação específica para tratar da condição juvenil no Brasil, em correspondência com as conquistas já asseguradas no Estatuto da Criança e do Adolescente, servindo-lhe de complemento e continuidade, por outro lado existe a sensação de que poderá ser prematura qualquer elaboração do Legislativo que assumira a forma estatutária.

A criação do ECA foi fruto do acúmulo de pelo menos uma década de mobilização da sociedade civil organizada em torno da questão da criança e do adolescente. Embora o tema juventude tenha adquirido força na agenda da sociedade brasileira, especialmente nos últimos meses, não nos parece haver atualmente nenhum fórum público que possa abrigar a construção de um estatuto da juventude refletindo uma vontade política nacional. Embora demonstre vigor, o processo de constituição de fóruns deste tipo ainda é incipiente.

Os Poderes Legislativos do país, entretanto, ensaiam iniciativas para a criação de legislação específica de juventude, que fortaleça os direitos dos jovens à

proteção social e estimulem sua participação. Seja qual for o entendimento dos parlamentares, entendemos que os avanços legislativos devem ser acompanhados de amplos consensos que permitam sintonia entre o país legal e o país real. Trata-se de articular propostas viáveis que contribuam para que a sociedade brasileira possa superar o descompasso entre o discurso e as práticas. Decisões apresadas podem comprometer a riqueza do processo em curso.

6.3.3 – Conselhos de juventude

É necessário institucionalizar canais de interlocução entre os jovens na discussão e formulação de políticas públicas. Nesse sentido, as Conferências de Juventude, promovidas neste ano nos estados brasileiros pela Comissão de Políticas Públicas de Juventude da Câmara dos Deputados, foram uma iniciativa relevante na constituição de um diálogo mais próximo entre o poder público e os jovens.

A existência de um fórum de participação permanente que fortaleça a relação entre a sociedade civil e o governo deve ser estudada e debatida com urgência. A criação de um Conselho Nacional de Juventude, eleito por mecanismos a serem estabelecidos por meio de um diálogo com as próprias entidades e organizações juvenis, deve ter por objetivo propor, avaliar e fiscalizar a execução das políticas públicas de juventude.

Assim, especialmente no que se refere às parcerias das organizações não-governamentais com os governos, supera-se a condição em que à sociedade civil era destinada a mera execução dos projetos na direção de uma nova relação, apoiada na co-responsabilidade entre sociedade civil e governo na própria elaboração das políticas públicas.

6.3.4 – Maioridade penal

O debate sobre a forma de lidar com adolescentes infratores tem girado em torno da crença de que a redução da maioridade penal, permitindo que adolescentes recebam condenação por atos criminosos venha a inibir o seu envolvimento em delitos.

Nas discussões travadas no âmbito do Projeto Juventude estabeleceu-se um consenso bastante forte na direção contrária. Embora se acredite que a análise e revisão constante da legislação também contribua para seu aperfeiçoamento, exige-se uma postura bastante responsável quanto a essa questão. Não serão simples mudanças na lei que resolverão milagrosamente problemas complexos como o do envolvimento de adolescentes com o crime.

Reduzir a maioridade penal não é uma bandeira compatível com o espírito geral e com a fundamentação conceitual sobre a juventude que inspira o presente documento. A questão deve ser focada na efetivação dos ditames do ECA, na totalidade do conjunto de direitos e da aplicação das medidas sócio-educativas ali propostas, dentro dos princípios e da integralidade pensada pelo Estatuto.

Não se pode falar da ineficiência de uma legislação que nunca foi colocada em prática plenamente. O que se deve estimular é que a aplicação do ECA se torne prioridade na agenda das políticas públicas de adolescentes jovens. Devemos fortalecer as ações dos conselhos de direito e de defesa dos adolescentes e dar visibilidade às boas práticas e resultados na aplicação de medidas sócio-educativas, como forma de fortalecer o ECA e esclarecer a população sobre a ineficiência da redução da maioridade penal como inibidor das práticas criminosas entre os adolescentes

6.4 – Políticas de inserção internacional

6.4.1 – Agências da Nações Unidas (PNUD, Unesco, Unicef, OIT, UNFPA etc)

A Organização das Nações Unidas, através de suas diversas agências, como PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, Unesco – Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura, Unicef – Fundo das Nações Unidas para a Infância, OIT – Organização Internacional do trabalho, UNFPA – Fundo de População das Nações Unidas tem incorporado em suas missões a questão da juventude. Desenvolve um amplo arco de ações, como pesquisas e composição de diagnósticos, organização de encontros e seminários, estruturação de programas, desenvolvimento de campanhas e ações de estímulo para que os países, através de seus governos, assinem tratados em defesa dos jovens e os incluam como tema na definição de suas políticas.

A definição, pela ONU, de 1985 como Ano Internacional da Juventude foi um fator importante para o fortalecimento do tema na América Latina, inclusive para o desenvolvimento do debate a respeito de políticas de juventude e instrumentos institucionais necessários para sua efetivação.

Nestes últimos vinte anos, uma série de eventos, conferências, encontros de cúpula e fóruns internacionais foram desenvolvidos para o debate e definição de diretrizes, metas e referências legais relativas à defesa da juventude, como a Conferência Mundial de Ministros responsáveis pela Juventude, em 1998.

Nos últimos anos, essas agências têm buscado incorporar a participação de jovens e organizações juvenis nos de-

bates e definições de suas declarações, apoiando a realização de eventos específicos e estimulando a presença de delegações juvenis em seus eventos. Nesse sentido é que se tem desenvolvido o Fórum Mundial da Juventude do sistema das Nações Unidas, sendo o primeiro realizado em Braga, Portugal, em 1998, caminhando-se agora para sua quinta edição.

O Brasil participou desses encontros internacionais, embora timidamente, uma vez que não havia instância específica para o tema no governo federal. Jovens brasileiros estiveram presentes nas delegações e Fóruns mundiais, mas com pouca capacidade de representação e devolução dos debates ali realizados, uma vez que não se fizeram reuniões preparatórias nem a maioria das organizações e movimentos juvenis do país se conectaram aos processos.

Por outro lado, algumas das agências, como o PNUD, UNESCO, UNICEF, OIT e UNFPA, têm marcado presença importante no Brasil, produzindo importantes diagnósticos, desencadeando campanhas, apoiando o desenvolvimento de programas, em parceria com o poder público ou com entidades da sociedade civil.

6.4.2 – Federações internacionais, articulações, plataformas e redes

A articulação entre jovens em escala internacional e a realização de encontros regionais e mundiais de tem longa história, e se processa em fóruns estudantis, culturais, políticos, de solidariedade.

Encontros como os festivais de estudantes e os festivais da juventude, reúnem, periodicamente, desde meados do século passado, milhares de jovens de todos os países, para intercâmbio cultural e debate e formação política.

Mais recentemente, os acampamen-

tos da juventude do Fórum Social Mundial têm se constituído como imensos congressos em que se encontram milhares de jovens, envolvendo tipos muito variados de organização, atuação e filiação política ou ideológica.

Existe também uma série muito diversa de organizações e federações internacionais de jovens, como a OCLAE, (Organização Continental Latino-Americana dos Estudantes), ACM (Associação Cristã de Moços) etc, que visam interferir no debate de ações para jovens e/ou de políticas de juventude. Algumas delas desenvolvem ações de caráter setorial e reivindicativo, outras com ações de solidariedade, outras de caráter político. Nessa última modalidade, existem algumas internacionais partidárias, como YUSI (internacional da juventude socialista), ou a articulação entre Juventudes Comunistas.

Nas últimas décadas, desenvolveram-se também fóruns e instâncias internacionais permanentes de organizações juvenis para buscar o fortalecimento das instâncias de representação nacionais e constituir plataformas comuns de diretrizes e ações. Podem ser de âmbito regional ou continental, na forma de Conselhos (como o European Youth Council) ou Plataformas (como a FLAJ - Federação Latino-americana de Juventudes).

Mais recentemente, tem-se assistido ao desenvolvimento de redes visando conectar diferentes tipos de associações e organizações juvenis, assim como indivíduos jovens, para disseminação de informações, organização e desenvolvimento de campanhas e ações, usando principalmente a internet como ferramenta de comunicação; buscando contribuir para o fortalecimento mútuo e participar dos fóruns de debates e deliberações internacionais, como aquelas promovidas pela ONU.

Organizações juvenis brasileiras têm participado de algumas entidades

internacionais (como a OCLAE), internacionais partidárias, de redes; têm enviado delegações para os festivais e conferências; têm vivido de forma intensa a experiência dos acampamentos, uma vez que as primeiras reuniões do FSM se realizaram no Brasil. Mas não participam dos organismos permanentes regionais e continentais, como a FLAJ, por não contar com conselhos ou plataformas nacionais.

O que é importante registrar a respeito desse amplo leque de formas e concepções de articulação internacional é que a diversidade – elemento estruturante da

condição juvenil – não se restringe ao cenário brasileiro, como é óbvio. Nem a pluralidade de iniciativas, concepções e idéias. Se a diversidade e a pluralidade são assumidas como dimensões intrínsecas e positivas na vida dos jovens, conclui-se pela necessidade de recomendar aos jovens brasileiros um esforço de reconhecimento de todas essas siglas e instrumentos transnacionais. Sempre no sentido de enriquecer o campo de conhecimentos, organizar intercâmbios e fortalecer as mobilizações e conquistas da juventude em todos os cenários.

7 – O QUE FOI O PROJETO JUVENTUDE

Elemento central da metodologia adotada no programa ora concluído foi a articulação de um extenso diálogo nacional para estimular a troca de conhecimentos e experiências entre variados segmentos que se vinculam à temática juventude.

Com certeza, não é a primeira vez que se realiza em nosso país um estudo amplo sobre a questão. Há muito tempo, no espaço da Universidade e dos vários organismos relacionados com jovens, centenas de estudos, pesquisas e livros vêm avolumando um acervo de conhecimentos e informações que já é bastante consistente.

Faltava, no entanto, promover um inovador programa de trabalho que aproximasse e interligasse instrumentos de estudo e atores que, em regra geral, pouco se conhecem, pouco se encontram, pouco interagem. E o que é mais grave: muitas vezes se dão as costas, quando é preciso somar energias para atingir objetivos que são comuns a todos.

Além disso, faltava também um empenho mais concentrado na delimitação de margens entre os temas juventude e infância, por mais evidentes e necessários que sejam os vínculos existentes entre ambos.

A questão da infância e da adolescência já havia conquistado um espaço mais nítido no panorama brasileiro, a partir de meritórios trabalhos desenvolvidos no âmbito da sociedade civil e pelo debate público que culminou com a conquista do Estatuto da Criança e do Adolescente. Tratava-se de garantir ao tema juventude uma expressão correspondente, sem ignorar a importância primordial das políticas de proteção à infância e à adolescência, que em regra abrangem até a idade máxima de 18 anos.

Assim, o Projeto Juventude foi estruturado como conjugação entre alguns eixos paralelos e simultâneos de trabalho, representando cada um deles um programa delimitado de acumulação de informações, análises e propostas. O presente docu-

mento busca sistematizar as conclusões básicas que podem ser extraídas como convergência entre esses distintos cursos de elaboração.

Como coordenação geral de todo esse programa, reuniu-se no Instituto Cidadania, a cada três semanas, desde junho de 2003, uma plenária que oscilou entre 30 e 50 participantes, entre jovens e não-jovens dedicados a essa área de trabalho. O rico leque de entidades, movimentos, instituições públicas e ONGs representado nessas 18 pequenas assembleias está registrado na página de créditos deste caderno, a ser lida com atenção.

A pluralidade de enfoques e as colidentes apreciações de ordem política ou conceitual manifestadas sobre as questões da juventude, longe de se converterem em impasse bloqueador do Projeto, valeram como sua grande riqueza.

O reconhecimento do interlocutor como alguém que pensa diferente mas está movido por crenças, convicções ou éticas legítimas – base da convivência democrática – funcionou como regra para viabilizar a construção de consensos, contornando divergências que são importantes e que certamente seguirão existindo.

Na medida em que tais plenárias, mesmo ricas em diversidade, estavam longe de representar toda a amplitude do arco de instituições e movimentos voltados à juventude, buscou-se equacionar essa limitação convidando

representantes de vários outros organismos a virem expor suas propostas e análises nessas reuniões.

Um pequeno grupo executivo do Projeto Juventude foi a campo para complementar esse circuito de interlocuções e para solicitar oficialmente a colaboração de instituições importantes como a Unesco, o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, a Unicef, a Organização Internacional do Trabalho, o Fundo das Nações Unidas para a População e diversas ONGs reconhecidas por seu trabalho na área.

Nas distintas etapas do programa houve preocupação em respeitar a premissa metodológica de que cabe aos próprios jovens um papel protagonista na condução de toda discussão para definir as políticas públicas, e mesmo as iniciativas não-governamentais, que se voltem para as demandas da condição juvenil. Tudo em consonância com o *slogan* várias vezes reiterado ao longo dos seminários e debates: “nada a nosso respeito sem nossa participação”. O que não significa, é claro, acolher visões maniqueístas que mistificam os jovens como se fossem seres imunes às contradições e fragilidades próprias dos seres humanos. Nem considerar todos os não-jovens, preconceituosamente, como nada tendo a dizer sobre o assunto.

O trabalho desenvolvido em cada um dos eixos referidos pode ser assim resumido:

7.1 – Seminário e oficinas

Atividade de realização mais trabalhosa, consistiu na organização, sempre em parceria com atores e poderes públicos locais, de 10 seminários em diferentes estados, 20 oficinas ou eventos de discussão temática, e um seminário internacional com participantes de 17 países. Pelo menos 3.000 pessoas, jovens em sua maioria, tiveram a oportunidade de participar diretamente desses encontros, contribuindo nos debates, fazendo perguntas, trazendo experiências, oferecendo idéias e propostas.

Reunindo, em média, cerca de 100 pessoas previamente inscritas, os seminários foram realizados, conforme sua ordem cronológica, em:

1. Recife - PE
2. Goiânia - GO
3. Rio de Janeiro - RJ
4. Chapecó - SC
5. Teresina - PI
6. Brasília - DF
7. Porto Alegre - RS
8. Belo Horizonte - MG
9. Belém - PA
10. Vitória - ES

Em dezenas de painéis ou mesas de debate, foram expositores nesses encontros jovens ligados a distintas áreas de participação, autoridades do Executivo federal, estadual e municipal, especialistas, parlamentares e membros de entidades locais relacionadas com a questão. Como regra geral, as autoridades presentes correspondiam a posicionamentos distintos no espectro partidário, para que governo e oposição, em cada contexto, fossem desafiados a explicitar suas divergências e buscar campos de consenso em torno do desafio comum presente no tema juventude.

Trabalho, educação, cultura e participação foram uma espécie de fio condutor como assuntos abordados

em todos os eventos. Em cada localidade, painéis aprofundaram outros temas selecionados pelos parceiros locais, refletindo as prioridades emergentes no contexto da região: esportes, questão de gênero, meio ambiente, violência, juventude no meio rural, empreendedorismo, saúde, educação para o trabalho, papel dos gestores públicos de juventude etc.

Por sua vez, as 20 oficinas realizadas atenderam, em sua maioria, à necessidade de retomar de modo mais pausado a discussão de aspectos específicos em que os debates travados nos seminários não haviam sido conclusivos. Consistiram de reuniões de menor duração (entre três e quatro horas) com equipes mais reduzidas de jovens e especialistas diretamente relacionados com os temas de cada sessão.

Foram objeto das oficinas, sempre em suas conexões com a questão juventude, os seguintes assuntos:

1. trabalho
2. cultura
3. participação
4. mulheres
5. desigualdades raciais
6. saúde
7. sexualidade
8. drogas
9. esportes
10. mídia
11. ONGs
12. juventudes partidárias
13. espaços urbanos
14. empresas privadas
15. ensino médio
16. segurança/violência

A dinâmica predominante nesses *workshops* preocupava-se em localizar, com objetividade, as principais controvérsias em torno de cada tema e sistematizar as formulações e propostas a serem incorporadas neste documento de conclusão.

Fugindo ao formato padrão, foram promovidos alguns eventos diferenciados de mobilização e debate entre jovens, com gravação e documentação, que também serviram ao processo de acumulação de informações e análises pretendido pelos seminários e oficinas.

Cabe registrar, como exemplos, a Maratona da Juventude realizada em parceria com o Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, com a participação do ministro da Cultura, Gilberto Gil, e envolvendo cerca de 1000 jovens; um *workshop* de três dias, sobre Juventude e Trabalho, promovido em parceria com a Fundação Friedrich Ebert e com a ONG Ação Educativa, em Santos; um painel sobre estratégias de ação para a juventude, promovido em parceria com a CUT, a UNE e o MST, reunindo 600 jovens durante o Fórum Social Brasileiro, em Belo Horizonte; um encontro temático sobre juventude e desigualdades raciais, realizado em Diadema com a presença da ministra Matilde Ribeiro.

Merecem referência, ainda, a realização de um painel de discussão com a direção ampliada da UNE, em São Paulo, focalizando o tema juventude e Universidade, bem como a organização de um *stand* no Fórum Mundial de Educação realizado em São Paulo, onde o Projeto Juventude foi apresentado a mais de 800 visitantes.

O Seminário Internacional que o Projeto Juventude promoveu em parceria com o PNUD, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, foi realizado em São Paulo, entre 16 e 18 de abril, reunindo 300 jovens de todo o Brasil para debater as análises e proposições de representantes de 16 outros países – África do Sul, Alemanha, Argentina, Chile, Colômbia, Cuba, Espanha, Estados Unidos, França, Índia, Itália, México, Paraguai, Peru, Portugal e Uruguai –, entre especialistas e membros de ONGs, centros de estudos, associações, redes e plataformas de juventude, a saber:

Entre os vários temas focalizados com vistas a reunir subsídios para a formulação de novas políticas públicas de juventude em nosso país, cabe destacar a panorâmica avaliação trazida pelos visitantes sobre a diversidade de organismos gestores existentes nas diferentes realidades nacionais. Com variados saldos no equilíbrio entre aspectos favoráveis e desfavoráveis, foram relatadas experiências de países onde existe um ministério voltado à questão, onde existem secretarias, coordenadorias e institutos com atribuições equivalentes, e mesmo onde não existe nenhum organismo nacional centralizador, não obstante serem desenvolvidas importantes políticas de juventude em âmbito local ou regional.

7.2 – Site

Instrumento valioso de divulgação pública de todas as atividades desenvolvidas no programa foi o espaço de internet acessado pelo endereço eletrônico www.projetojuventude.org.br. A cada dia se renovaram nessa página notícias envolvendo os passos dados em cada um dos eixos de elaboração, assim como foram disponibilizados textos de referência, dados e pesquisas sobre o tema.

O *site* foi também um espaço de discussão (fórum, chat e oficinas virtuais) e de pesquisa não-sistemática (enquetes) sobre questões conjunturais de importância para os jovens, como trabalho, sistemas de cotas, passe-livre, drogas, desenho institucional dos organismos gestores, prioridades das políticas públicas de juventude etc.

Em sua fase consolidada, o *site* chegou a ser visitado por 10.000 pessoas num único mês, alargando significativamente o contingente de jovens incorporados à dinâmica de debate e de construção de propostas consensuais.

7.3 – Mapeamento/rastreamento

Outro importante eixo de desenvolvimento do Projeto Juventude foi o trabalho de busca e coleta de um expressivo acervo documental que possa ser consultado por todos os que estejam interessados em aprofundar seu conhecimento ou especialização na área.

Estabelecendo *link* com alguns dos mais respeitados centros de estudo ou de atividades relacionados com a questão dos jovens no Brasil, esse programa de trabalho reuniu mais de 900 documentos sobre juventude, entre livros, artigos, teses de pós-graduação, revistas, textos legais e relatórios que, em grande parcela, podem ser localizados em arquivo eletrônico no próprio *Site* do Projeto Juventude.

7.4 – Pesquisa quantitativa nacional

O Projeto Juventude firmou parceria com o Sebrae Nacional e com o Instituto de Hospitalidade para promover a mais abrangente e extensa pesquisa quantitativa sobre os jovens já realizada no Brasil.

Esse trabalho foi realizado sob a responsabilidade técnica da Criterium Assessoria em Pesquisas e apoiou-se, como ponto de partida, na pesquisa realizada pela Fundação Perseu Abramo em 1999 nas nove regiões metropolitanas brasileiras, marco anterior mais significativo nesse campo.

A pesquisa envolveu 3501 entrevistas em todas as regiões do país, incluindo capitais, cidades de médio e pequeno porte e áreas rurais. O questionário foi definido a partir de várias discussões e consultas à plenária do Projeto Juventude, totalizando 158 perguntas destinadas a investigar a realidade dos jovens em aspectos como trabalho, educação, renda, condições sociais e hábitos, e também para recolher opiniões, crenças, esperanças, expectativas e valores relativos à percepção predominante sobre o que é ser jovem e quais os aspectos positivos e negativos sentidos por quem vive tal condição.

Os resultados dessa pesquisa, organizados em mais de 600 tabelas, cujos dados podem ser desdobrados, por cruzamento, até atingir número três vezes superior, começaram a ser divulgados nacionalmente a partir de abril, reforçando a veiculação de matérias, análises, entrevistas e programas sobre o assunto nos grandes meios de comunicação de massa.

7.5 – Pesquisa qualitativa

Conforme previsto desde o início do Projeto Juventude, foram organizados no mês de maio 12 grupos focais, sendo quatro em São Paulo, quatro em Porto Alegre e quatro em Recife, para colher opiniões que se fazem necessárias para uma interpretação mais segura do volumoso conjunto de respostas propiciadas na pesquisa quantitativa nacional.

O roteiro dos grupos dessa pesquisa qualitativa priorizou o detalhamento das percepções juvenis quanto às questões do trabalho, da educação, da cultura e lazer, culminando com indagações sobre suas expectativas frente às políticas públicas direcionadas aos jovens.

7.6 – Organização de três livros

O Projeto Juventude planejou também a organização de três livros a serem comercializados regularmente pelas livrarias do país.

O primeiro deles, “Juventude e Sociedade – trabalho, educação, cultura e participação”, reúne 13 ensaios encomendados a reconhecidos estudiosos de campos disciplinares variados: economia, sociologia, antropologia, psicanálise, educação, filosofia e ciência política.

A obra oferece um painel pluralista dos aspectos singulares, da diversidade e também dos liames que compõem a contraditória identidade juvenil. Vale como rica fonte para quem esteja interessado em ir além dos mitos e do senso comum que costumam recobrir a visão sobre os jovens: riscos e perigos; necessidade de preencher o tempo dos jovens como precaução; ociosidade; desinteresse; irresponsabilidade; o estigma preconceituoso da alienação e a pecha de auto-centrados.

O segundo livro, “Retratos da juventude brasileira hoje”, é uma coletâ-

nea de outros tantos estudos que se concentram em analisar, interpretar e escavar detalhadamente os múltiplos resultados da pesquisa quantitativa nacional promovida no Projeto Juventude. Objetivou evitar a lacuna que recobre a maioria das pesquisas mais extensivas que costumam ser realizadas no Brasil, quer seja, forte desnível entre a profusão dos dados estatísticos colhidos no trabalho de campo, envolvendo altíssimos custos, e a exigüidade das análises especializadas que extraíam do material bruto as pistas e conclusões pertinentes.

Para tanto, outro leque de estudiosos foi chamado a se debruçar sobre as áridas tabelas da pesquisa quantitativa, discutindo seus resultados, comparando com registros anteriores, procurando detectar tendências e extrair as possíveis conclusões em cada uma das áreas de abordagem: trabalho, educação, renda, questão racial, gênero, saúde, hábitos, cultura, vida familiar, sexualidade, religiosidade, participação e várias outras. Importava também investigar o universo de representações que os jovens configuram a respeito de si mesmos – o que é ser jovem, o que existe de positivo e de negativo nesse período da vida, quais os principais temores, quais as expectativas e esperanças manifestadas com maior frequência.

O terceiro livro “Narrativas de participação juvenil”, corresponde ao eixo do Projeto Juventude inicialmente concebido como pesquisa participante. Estimulou-se os próprios jovens, das várias regiões do Brasil e vinculados às mais distintas áreas de atuação comunitária, ambiental, esportiva, religiosa etc a recolherem uma descrição – metodologicamente orientada – sobre a trajetória de cada um, suas origens, sua vida familiar, experiência de trabalho e escolar, que tipo de participação desenvolve, como se sente nisso, aonde pretende chegar. Essa

coleta ultrapassou a casa das 100 narrativas, registrando-se fascinante diversidade e expressivos aspectos de identificação.

Completo-se, assim, um triângulo de elaboração intelectual sobre o tema juventude. O primeiro livro gerou um caleidoscópio de ensaios abertos e amplos sobre questões mais universais na realidade do jovem. O segundo buscou extrair conclusões

dinâmicas e ler os principais desafios implícitos no monumental conjunto de dados numéricos colhidos na pesquisa quantitativa. O terceiro assegurou um pilar que não poderia faltar num processo consistente de produção de conhecimento científico sobre os jovens: a voz, a narrativa, a visão dos próprios sujeitos históricos dessa condição social específica e transitória.

8 – CRÉDITOS

Expositores nos seminários e oficinas

Ministro Luiz Dulci

Ministro Chefe da Secretaria Geral da Presidência da República do Brasil

Ministro Gilberto Gil

Ministro da Cultura

Ministro Patrus Ananias

Ministro do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

Ministra Matilde Ribeiro

Ministra da Secretaria Especial Políticas Públicas de Promoção da Igualdade Racial

Governador Wellington Dias

Governador do Estado do Piauí

Prefeita Luciana Santos

Prefeita de Olinda

Prefeita Maria Inês

Prefeita de Ribeirão Pires

Prefeita Marta Suplicy

Prefeita de São Paulo

Prefeito Fernando Pimentel

Prefeito de Belo Horizonte

Prefeito João Avamileno

Prefeito de Santo André (SP)

Prefeito João Paulo Lima e Silva

Prefeito de Recife

Prefeito João Verle

Prefeito de Porto Alegre

Prefeito José de Filippi Júnior

Prefeito de Diadema (SP)

Prefeito Pedro Uczai

Prefeito de Chapecó

Prefeito Pedro Wilson

Prefeito de Goiânia

Deputada Flora Izabel

Deputada Estadual (PI)

Deputada Miriam Yanet Martín González

Deputada e Membro da UJC (Cuba)

Deputado Alessandro Molon

Deputado Estadual (RJ) e Presidente da Comissão de Juventude da ALERJ

Deputado Carlos Minc

Deputado Estadual (RJ) e Membro da Comissão Contra a Impunidade da ALERJ

Deputado Cláudio Vignatti

Deputado Federal (SC) e Membro da Comissão de Juventude da Câmara dos deputados

Deputado Reginaldo Lopes

Deputado Federal (BH) e Presidente da Comissão de Juventude da Câmara dos Deputados

Deputado Tarcísio Zimmermann

Deputado Federal (RS)

Adam Fletcher

The Freechild Project (Estados Unidos)

Adriana Carvalho

Secretária de Juventude da Prefeitura de Santo André

Adriano Oliveira

Ex-Vice-Presidente da UNE

Albert Company

Conselho Nacional da Juventude da Catalunha – CNJC (Espanha)

Alexandre Youssef

Coordenadoria da Juventude da Prefeitura de São Paulo

Allan Amaral Mesentier

AMES - Associação Municipal dos Estudantes Secundaristas do Rio de Janeiro

Amélia Cohn

Coordenadora da Secretaria Executiva do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

Ana Clara Ribeiro

Membro do Corpo Docente do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional - IPPUR (RJ)

Ana Clécia Mesquita de Lima

Ex-Cooperativa Artefato (SP)

Ana Karina Brenner

Observatório Jovem do Rio de Janeiro/UFF

Ana Paula de Carli

Acampamento Intercontinental da Juventude - Brasil

André Gomyde

Secretário de Juventude da Prefeitura de Vitória

André Mombach

Acampamento Intercontinental da Juventude - Brasil

Andréia Bessa

Coordenadora de Juventude da Prefeitura de Campinas

Antonio Carlos Gomes da Costa

Membro do Conselho da Cátedra Alessandro Baratta da Universidade da Cooperação Internacional em São José da Costa Rica e Professor e Consultor na área educacional / Modus Faciendi

Antônio José Medeiros

Secretário Estadual de Educação e Cultura do Piauí

Anunciação de Almeida

Jovens Trabalhadores e Trabalhadoras - FETAG

Ariel Alves de Castro

Conselheiro da Comissão Nacional de Direitos Humanos

Arilson Favareto

Sociólogo e Doutorando em Desenvolvimento e Meio Ambiente pela USP

Ariovaldo Umbelino de Oliveira

Professor Titular do Departamento de Geografia da FFLCH-USP

Armand F. Pereira

Diretor da Organização Internacional do Trabalho - OIT no Brasil

Arnaldo Godoy

Vereador e ex-Secretário de Cultura de Belo Horizonte

Atratino Cortes Coutinho Neto

Sub-Secretário Estadual de Infância e Juventude do Rio de Janeiro

Bernardo Maçano

Professor da Universidade Estadual Paulista - UNESP

Beto Cury

Sub-Secretário de Articulação Social da Secretaria Geral da Presidência da República

Bridget Majola

Rede Global de Ação Juvenil (África do Sul)

Cândido Grzybowski

Diretor do Ibase

Carlos Alberto dos Santos

Gerente da Unidade de Financiamento e Capitalização do Sebrae Nacional

Carlos Bressan

Diretor Técnico do Sebrae - ES

Carlos Lopes

Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento PNUD/Brasil

Carlos Odas

Projeto Juventude do Instituto Cidadania

Carlúcio Castanha

Prefeitura de Recife

Carmem S. de Oliveira

Ex-Presidente da FEBEM do RS e Professora / UNISINOS-RS

Chetna Desai

Coordenadora do Acampamento da Juventude do Fórum Social de Mumbai (Índia)

Cláudia Freitas

Marcha Mundial de Mulheres

Conceição Bessa Ruão

Vice-Presidente do Instituto Português da Juventude (Portugal)

Cristiano de Oliveira Holstein

Geralcoop (RS)

Dalva Macedo

Professora doutora da UFPI

Daniel Gutemberg R. da Silva

ACJ-Associação de Capacitação de Jovens

Daniela de Melo Custódio

Geledés - Instituto da Mulher Negra

Danilo César M. da S. Cruz

Presidente da UMES - Porto Alegre

Danilo Miranda

Presidente do SESC São Paulo

Diego Curtis (Pixote)

Vereador em Alvorada (RS)

Diogo Castro

MST

Divaneide Basílio

Redes de Jovens do Nordeste / Natal

Edivaldo Lima

Tapajõara - Assoc Comunidades das Reservas Extrativistas Tapajós-Arapiuns

Elisa Bartolozzi Ferreira

Sub-Secretária da Educação Básica e Profissional do Estado do Espírito Santo

Erécilia Braga

Coordenadora da Célula de Assuntos da Juventude do Ceará

Ernesto Rodríguez

Consultor da UNESCO (Uruguai)

Eugênio Bucci

Presidente da Radiobrás

Eugina Correia

Instituto Juventude Contemporânea do Ceará

Evandro Sena

Projeto Redes e Juventude (PE)

Evangelista Alves de Almeida

PJR-Pastoral da Juventude Rural

Everton dos Santos Rodrigues

Núcleo de Políticas Públicas de Juventude de Porto Alegre / Movimento de Software Livre

Fábio Anderson Pena

Coordenador do Grupo Saúde e Alegria / Santarém-Pará

Fernanda Papa

Coordenadora de Programas da Fundação Friedrich Ebert Stiftung / Ildes

Fernando Lannes

Observatório de Favelas

Flávio Jorge

Diretor da Fundação Perseu Abramo e do Instituto Cidadania

Francisco Gomes Abreu

Secretário de Estado da Cidadania (GO)

Francisco Luiz de Sá Araújo

Protagonismo Juvenil / Associação de Turismo (PE)

Francisco Rodrigo Josino Amaral

EQUIP - Escola de Formação Quilombo dos Palmares

Francisco Silva (Bido)

Universidade Popular - UNIPOP

Fransérgio Goulart

Rede Jovens em Movimento

Gabriela Junqueira Calazans

Programa Estadual de DST/AIDS - CRT DST/AIDS

Gaudêncio Frigotto

Professor da UERJ e Professor Titular associado no Programa de Pós-Graduação em Educação da UFF

Gedeilson Costa Santos

Movimento Nacional dos Meninos e Meninas de Rua (ES)

Getúlio Marques Ferreira

Diretor de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação

Giácomo Filibeck

Fórum Europeu da Juventude (Itália)

Gil Custódio

Associação de Hip-Hop Juventude Periférica

Gildete Rosa da S. Morandi

Pedagoga e Professora nos Assentamentos do MST

Gustavo Petta

Presidente da UNE

Gustavo Venturi

Núcleo de Pesquisa da Fundação Perseu Abramo / Criterium

Haroldo Teixeira

Secretário do Trabalho e Promoção Social do Estado do Pará

Helena Abramo

Consultora Especial do Projeto Juventude do Instituto Cidadania

Heloisa Maciel

Secretária Municipal de Assistência Social de Niterói

Hermano Vianna

Antropólogo

Hernán Pedraza

FLAJ - Federação Latino Americana de Jovens (Argentina)

Humberto de Jesus

Secretário Nacional de Juventude do PT

Idson Tavares da Silva

Núcleo Cultural do Colégio Guadalajara / Caxias (RJ)

Isnar Borges

PJR-Pastoral da Juventude Rural

Itamar Silva

Ibase

Izadora Bizzoni

Vice-Presidente da UBES

Jacqueline Serra Freire

Professora da Universidade Federal do Pará

Jairo Teixeira

Coordenador do Núcleo da Juventude/SDHSU Prefeitura de Porto Alegre

Jamerson Almeida

Secretário de Esportes da Prefeitura de Recife

Janaína Magalhães

Representante da Secretaria Estadual de Assistência Social e Cidadania (PI)

Janice Tirelli

Professora da UFSC

Jaqueline Tembé

Conselheira Setorial Indígena - Conselho da Cidade de Belém

Jean-Charles Lagrée

Associação Européia de Sociologia (França)

João Bosco Senra

Secretário de Recursos Hídricos do Ministério do Meio Ambiente

João Paulo Rodrigues

Coordenação Nacional do MST

Jocienny Silva Gomes

ACONERUQUI - Associação das Comunidades Negras, Rurais Quilombolas do Maranhão

Joel Fonseca Costa

Vice-Prefeito de Diadema (SP)

Jorge Werthein

Representante da UNESCO no Brasil

José Alcício Martins da Silva

Secretário de Esporte do Estado do Acre

José Lopes Feijó

Presidente do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC

José Marcelo Zacchi

Consultor - Viva Rio / Banco Mundial

José Perez Islas

Instituto Mexicano de Juventude (México)

José Roberto Gnecco

Secretaria de Esportes da Prefeitura de São Paulo

Josemar Francisco de Gorette

Representante do SENAI - ES

Juarez Dayrell

Professor da Faculdade de Educação da UFMG / Observatório de Juventude da UFMG

Juca Kfourri

Jornalista e Comentarista Esportivo

Julia Zanetti

CAMTRA - Casa da Mulher Trabalhadora

Juliana da Silva Soares e Vitor de Wolf

Orçamento Participativo Jovem / Niterói (RJ)

Julio Moreira

Grupo Arco-Iris

Lamartine Silva

Movimento Hip-Hop Organizado do Brasil - MHOB

Lars Graef

Secretário de Juventude, Esporte e Lazer do Estado de São Paulo

Laurita Schneider

Coordenadora do Curso de Pedagogia da Terra da UFES

Leni Medeiros

Comissão de Direitos Humanos / ALERJ

Leonardo Cunha Brito

Secretário de Juventude do Acre

Lilian Celiberti

Foro Cone Sur de Mujeres Políticas (Uruguai)

Lindomar Litto Leal

Conselho Setorial da Juventude de Belém

Lívia De Tommasi

Redes e Juventude

Lúcia Isabel da C. Silva

Doutoranda em Psicologia pela UFPA

Luciana Gonçalves

Médica Psiquiatra

Luciana Guimarães

Diretora de Projetos Instituto Sou da Paz

Luciene Medeiros

Secretária Municipal de Educação de Belém

Lucineide Rodrigues

Pastoral da Juventude

Luiz Flávio Sapori

Secretário Adjunto de Defesa Social do Estado de Minas Gerais

Luiz Marinho

Presidente Nacional da CUT

Maicon Michael Vasconcelos da Silva

Coordenador da Juventude Metalúrgica do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC

Malize Gonçalves

Anastácias (Grupo de Hip-Hop)

Malu Vianna

Movimento Negro/Hip-Hop

Marcelo "Russo" Ferreira

Coordenador de Eventos Esportivos do Ministério do Esporte

Marcelo Gomes Ribeiro

Assessor de Juventude da Prefeitura de Goiânia

Marcelo Siqueira

Secretaria de Reordenamento Agrário do Ministério de desenvolvimento Agrário

Márcia Florêncio

Coordenadora Social do Afroreggae

Marcia Paim

CEAFRO - Universidade Federal da Bahia

Márcio Pochmann

Secretário do Desenvolvimento, Trabalho e Solidariedade da Prefeitura de São Paulo

Marco Antonio Ernandes (Marquinhos)

Presidente da Câmara Municipal de Diadema

Maria Carla Corrochano

Ação Educativa

Maria Rita Kehl

Psicanalista

Marília Spósito

Professora da Faculdade de Educação da USP

Marina Bittelman

Agência de Desenvolvimento Social/CUT

Mary Castro

Socióloga e Coordenadora de Pesquisas da UNESCO no Brasil

Maryelli Ludmylla Rodrigues da Silva

Vida por Vida / Juntos Somos Mais (AL)

Maurício Dutra

Presidente do Conselho Municipal da Juventude de Belo Horizonte

Maurício PC

Banda Divisão de Apoio

Michael Freitas Mohallem

Coordenadoria de Juventude da Prefeitura de São Paulo

Miguel Abad

Agência de Cooperação Internacional - GTZ (Paraguai)

Miriam Abramovay

Universidade Católica de Brasília (Brasil)

Moisés Barboza

Presidente do Conselho Estadual de Políticas Públicas de Juventude

Moises Oliveira

Associação Metropolitana de Grafiteiros

Nabil Bonduki

Professor da FAU-Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP e Vereador pelo PT(SP)

Nerliane Fiori Murloch

CONTAG

Orlando Silva

Secretário Nacional de Esporte Educacional do Ministério do Esporte

Oscar Dávila

Centro de Investigación y Difusión Poblacional de Achupallas Viña del Mar (Chile)

Patrícia Lânes

Ibase

Paul Singer

Secretário Nacional de Economia Solidária

Paulo Carrano

Observatório Jovem do Rio de Janeiro/UFF

Paulo Dantas

Vereador - Recife (PE)

Paulo Okamoto

Diretor de Administração e Finanças do Sebrae Nacional

Paulo Petri

Presidente da Comissão do Jovem Advogado da OAB - RS

Paulo Vannuchi

Coordenador Executivo do Instituto Cidadania

Pedro Lessa

Coordenador Regional da UNESCO(RJ)

Pedro Paulo Martoni Branco

Diretor do Instituto Cidadania

Peter Lauritzen

Conselho do Diretório Europeu para a Juventude e o Esporte (Alemanha)

Plínio Simas

MPA - Movimento de Pequenos Agricultores

Pricilla Camargo Diniz

Núcleo de Juventude da Prefeitura de Uberlândia

Regina Novaes

Consultora Especial do Projeto Juventude do Instituto Cidadania

Rejane Penna Rodrigues

Secretaria de Esportes da Prefeitura de Porto Alegre

Renata Menezes

Iser/Assessoria

Ricardo Abreu

Conselho Diretor do Instituto Maurício Grabois

Rodrigo Ratkus Abel

Assessor da Secretaria Geral da Presidência da República

Rodrigo Soares

AMES - Associação Municipal dos Estudantes Secundaristas do Rio de Janeiro

Ronald Sarges

MHB - Movimento de Homossexuais de Belém

Roseane Freitas

Grupo Mulher Maravilha

Rubem Cesar Fernandes

Antropólogo, Professor da UFRJ e Coordenador do Viva Rio

Sânia Maria Campos

Coordenadora do Programa para Jovens da Secretaria Municipal de Assistência Social de BH - PUC/MG

Selma Rocha

Fundação Perseu Abramo

Sérgio Balardini

FLACSO - Faculdade Latinoamericana de Ciências Sociais (Argentina)

Severine Macedo

Coordenadora da Fetraf - Sul/CUT

Silvanei Rubens

Mocambo - Movimento Afro-Descendente do Pará

Silvano Gianni

Diretor Presidente do Sebrae Nacional

Simone Battestin

Coordenadora da Comissão Nacional de Juventude -
CONTAG

Simone Brito

SOS Corpo

Socorro Silva

Coordenação de Juventude da Secretaria Estadual de
Assistência Social e Cidadania-SASC (PI)

Solange Rodrigues

Iser/Assessoria

Sonia Francine (Soninha)

Apresentadora de TV e Comentarista Esportiva

Tereza Queiroz

Universidade Federal da Paraíba

Tiago Delácio

Coordenador de Juventude da Prefeitura de Olinda

Ticiane Studart Albuquerque

Coletivo de Mulheres do PT Nacional

Umbelina Maria Barbosa

Secretária do Trabalho de Teresina

Vera Lúcia Santos

Promotora da Infância e da Juventude

Vera Motta

Secretária de Assuntos Jurídicos do Partido Verde (SP)

Vera Nacif

Secretária do Trabalho e Ação Social do Estado do
Espírito Santo

Verônica dos Santos

Movimento pela Paz na Periferia - MP3

Wagner de Melo Romão

Projeto Juventude do Instituto Cidadania

Yuri Chillán

Secretário Geral da Organização Internacional da
Juventude (Espanha)

Zenaide Collet

MMA-Movimento de Mulheres Agricultoras

Participantes das plenárias

Adriana Carvalho

Assessora da Juventude da Prefeitura de Santo André

Adriano Pires

Secretário de Juventude do PT-RS

Agnaldo Santos

Departamento de Sociologia da USP

Alci Marcus Ribeiro Borges

Governo do Estado do Piauí - Secretaria de Justiça e
Direitos Humanos

Alessandro Nogueira

Juventude do PT

Alessandro Ponce de Leon

Ministério do Trabalho e Emprego

Alexandre Youssef

Coordenadoria Especial da Juventude da Prefeitura de
São Paulo

Alice D. Gambardella

PUC-SP

Álvaro Pereira

Centro Acadêmico XI de Agosto

Amanda Augusto Pinto

Coordenadoria do Negro Prefeitura de São Paulo

Ana Paula Moura Rodrigues

Ministério do Esporte

Andréia Bessa

Coordenadoria Especial da Juventude de Campinas

Anísia Teixeira

Coordenadora Especial de Esporte na Periferia - Piauí

Aroaldo Oliveira da Silva

Sindicato dos Metalúrgicos do ABC

Bárbara Siqueira

Câmara Municipal de Niterói - Gabinete do Vereador
Rodrigo (PT)

Beto Cury

Assessor do Ministro Chefe da Secretaria Geral da
Presidência da República do Brasil

Caio Magri

Instituto Ethos

Carlos Odas

Projeto Juventude

Clara Ant

Assessora Especial do Presidente da República e
Diretora do Instituto Cidadania

Claudio Vignatti

Deputado Federal pelo PT (SC) e Membro da Comissão
de Juventude da Câmara dos Deputados

Cleusa Pavan

Instituto Sedes Sapientiae e Escola Paulista de Medicina

Cormarie Guimarães Perez

Diretora de Departamento de Cidadania da Prefeitura
de Diadema (SP)

Cristian Avila da Silva

ex-Chefe de Gabinete do Deputado Federal pelo PT(RJ)
Lindberg Farias

Daniel Benevides

Instituto Cidadania

- Daniel Cara**
Instituto Sou da Paz
- Daniel Penalva**
DA e DCE-Unicamp
- Daniel Vaz Freire**
Diretor Executivo da Opção Brasil
- Daniela de Melo Custódio**
Geledés - Instituto da Mulher Negra
- Danilo Miranda**
Presidente do SESC São Paulo
- Danilo Moreira**
Diretor do Centro de Estudos e Memória de Juventude - CEMJ
- Denise Maria Cesario**
Fundação Abrinq
- Diogo Castro**
MST
- Edna Mendonça Oliveira de Queiroz**
PUC - GO / Prefeitura de Goiânia
- Edson Claudio Pistori**
UFU - Universidade Federal de Uberlândia
- Eduardo Valdoski**
Secretaria Municipal de Juventude do PT (SP)
- Elizabeth S. Henna**
Assessoria da Juventude - Prefeitura de Santo André (SP)
- Eloá Kátia Coelho**
PUC-SP / CEJ Parque Veredas - Prefeitura de São Paulo
- Eugênio Scannavino Netto**
Coordenador Nacional - Projeto Saúde e Alegria
- Fabiana S. Costa**
Vice-Presidente da UNE
- Fabiano Kempfer**
Gerente da Juventude Rural do Ministério de Desenvolvimento Agrário
- Fábio Anderson Rodrigues Pena**
Coordenador de Educação, Comunicação e Juventude - Projeto Saúde e Alegre
- Fábio Palácio de Azevedo**
Presidente do Centro de Estudos e Memória da Juventude e União da Juventude Socialista - UJS
- Fábio Souza**
INCRA
- Fernanda C. Papa**
FES - Fundação Friedrich Ebert Stiftung / Ildes
- Flavio Jorge Rodrigues da Silva**
Diretor da Fundação Perseu Abramo e do Instituto Cidadania
- Francisco dos Reis Oliveira**
Assessoria Juventude Prefeitura de Ribeirão Pires (SP)
- Gabriel Medina de Toledo**
Assessor da Vereadora pelo PT(SP) Tita Dias
- Gabriela Junqueira Calazans**
Programa Estadual de DST/AIDS - CRT DST/AIDS
- Gustavo Lemos Petta**
Presidente da UNE
- Gustavo Venturi**
Núcleo de Pesquisa da Fundação Perseu Abramo / Criterium
- Helena Abramo**
Comissão de Juventude da Câmara Municipal de São Paulo e Consultora Especial do Projeto Juventude do Instituto Cidadania
- Humberto de Jesus**
Secretário Nacional de Juventude do PT
- Ivo Corrêa**
Ministério da Cultura em São Paulo
- Jailton Farias**
Assessoria da Juventude da Prefeitura e Diadema (SP)
- Jaime Cabral Filho**
PT-Nacional - Formação Política
- Jamerson Almeida**
Prefeitura de Recife
- Janaina Maria Machado**
Coordenadoria do Negro Prefeitura de São Paulo
- Jean Liberato**
Diretor da Federação Estadual dos Bancários - CUT/ FETECSP (SP)
- Jefferson Sooma**
GYAN (Rede Global - Ação Juvenil)
- Joice Claudia de Carvalho Camargo**
Documentalista do Projeto Juventude do Instituto Cidadania / Instituto Via Pública
- Jonah Wittkamper**
Diretor Regional da GYAN (REDE Global - Ação Juvenil) na América Latina
- Jorge M. M. Silva**
Movimento Adolescentes Brasileiros - MAB
- José Aroldo A. Correia**
Diretor Cultural da UNE
- José Damião**
MIRE
- José de Filippi Júnior**
Prefeito de Diadema(SP) e diretor do Instituto Cidadania
- José Marcelo Zacchi**
Consultor Viva Rio / Banco Mundial
- José Ricardo Fonseca**
Assessoria do Deputado Federal pelo PT(SC) Cláudio Vignatti
- José Roberto Guido Pereira**
Apeoesp-SP
- Juliana Bonassa**
MST

Julielba Maria dos Santos

CMP-SE / MOPS - Movimento Popular de Saúde de Sergipe

Júlio Silva Santana

UBES

Kelly Cecília Teixeira

Opção Brasil

Kenneth Serbin

Universidade de San Diego, Califórnia, EUA

Laudijane Domingos da Silva

Criança Esperança - Olinda

Leopoldo Vieira Teixeira

DCE - UFPA

Lindberg Farias

Deputado Federal pelo PT(RJ)

Livia De Tommasi

Projeto Redes e Juventudes

Louise Caroline Lima e Silva

Diretora da UNE

Luciana Guimarães

Diretora de Projetos do Instituto Sou da Paz

Luciana Mandelli

Projeto Juventude do Instituto Cidadania

Luciano Garcia Rezende

União Estadual dos Estudantes / Pastoral da Juventude - SP

Luis Fernando da Silva

Diretor Cultural - ABEVIC - Associação Beneficente Ed. Vila Conceição

Maicon Michel Vasconcelos da Silva

Coordenador da Juventude Metalúrgica do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC

Marcela Freitas

GYAN (Rede Global - Ação Juvenil)

Marcelo Buzetto

MST

Marcelo Frogozo dos Santos

Gabinete do Deputado Estadual pelo PT(RS) Elvino Bohu Goss

Marcelo Gomes Ribeiro

Assessor de Juventude da Prefeitura de Goiânia

Marcelo Viana

Direção Nacional da União da Juventude Socialista - UJS / Negroatividades

Marcio Pochmann

Secretário do Trabalho e Desenvolvimento Social da Prefeitura de São Paulo

Marco Antonio da Silva (Markão)

Rapper do Grupo de Hip-Hop DMN

Marcos Ribeiro Mesquita

Estudante de Psicologia

Marcos Roberto Emílio

Coordenador do Coletivo Nacional de Juventude Trabalhadora da CUT

Maria Beatriz Costa Carvalho

Instituto Sedes Sapientiae

Maria Carla Corrochano

Ação Educativa

Maria Cristina Alves Pereira

Saúde Pública, Educação em Foco (MG)

Maria Cristina Corral

Diretora do Sindicato dos Bancários de São Paulo, Osasco e Região

Maria Cristina Alves Pereira

Saúde Pública, Mestrado na UFMG

Maria Victoria Benevides

Professora da USP e Diretora do Instituto Cidadania

Maria Virgínia Freitas (Magi)

Ação Educativa - Coordenadora do Programa Juventude

Mariana Bento

Assessoria da Juventude da Prefeitura de Santo André

Mariana Fagundes Lellis Vieira

Centro Acadêmico XI de Agosto

Mariângela Araujo

Assistente de Projetos e Comunicação do Instituto Cidadania

Marília Andrade

Elenko / KVA

Mário Nunes

Secretário de Participação Cidadã da Prefeitura de Ribeirão Pires

Mauro de Freitas

Secretário Geral Opção Brasil

Michael Freitas Mohallem

Coordenador de Projetos da Coordenadoria da Juventude da Prefeitura de São Paulo

Mônica Alterthum

Editora do Site do Projeto Juventude

Murilo Muniz

Mandato da Vereadora Tita Dias

Nabil Bonduki

Vereador pelo PT(SP) e Arquiteto - FAU / USP

Nice Couto

Assessoria deputado Marcelo Cândido (SP)

Oded Grajew

Instituto Ethos

Oíres Assis Ribeiro

Assessoria da Juventude da Prefeitura de Diadema

Olavo Noletto

Casa Civil

Olívia Martin

GYAN (Rede Global - Ação Juvenil)

- Pascoal Bordignon**
CBMM e Diretor do Instituto Cidadania
- Patrícia Rocha Araújo**
Educadora - Zulu Nation Brasil
- Patrick Paraense**
Presidente do Instituto de Juventude da Amazônia
- Paula Battistoni**
Assistente de Coordenação do Instituto Cidadania
- Paulo Barone**
Analista de Pesquisas da Criterium Pesquisas
- Paulo Carrano**
Observatório Jovem do Rio de Janeiro/UFF
- Paulo Okamoto**
Diretor de Administração e Finanças do Sebrae Nacional
- Paulo Sérgio Maciel**
Assessor da Vereadora pelo PT(SP) Tita Dias
- Paulo Vannuchi**
Coordenador Executivo do Instituto Cidadania
- Paulo Vinícius Santos da Silva**
UNE
- Pedro Marcos Lopes**
Prefeitura Municipal de Aracaju - SE
- Pedro Paulo Martoni Branco**
Diretor do Instituto Cidadania e Instituto Via Pública
- Pedro Suarez**
MST
- Plínio Marcos T. de Oliveira**
UNE
- Preto Ghóez**
Movimento Hip Hop Organizado do Brasil - MHHOB
- Rafael Barbosa de Moraes**
Vice-Presidente da Une
- Ramon Szermeta**
Secretário Estadual da Juventude do PT-SP
- Regina Brasileiro**
Instituto Cidadania
- Regina Reyes Novaes**
Consultora Especial do Projeto Juventude do Instituto Cidadania
- Reginaldo Lopes**
Deputado Federal pelo PT-MG
- Renato Melo Ribeiro**
Coordenadoria da Participação Popular (CPP)
- Renato Souza de Almeida**
Pastoral da Juventude
- Ricardo Abreu (Alemão)**
Secretaria da Juventude do PCdoB e IMG - Instituto Maurício Grabois
- Rodrigo Nunes**
Assessoria da Juventude da Prefeitura de Ribeirão Pires (SP)
- Rodrigo Ratkus Abel**
Secretaria Geral da Presidência da República
- Rosamaria Rodrigues Gomes**
Estudante de Medicina
- Samuel de A. Carvalho**
Antropólogo
- Sérgio Maurici Bernardo**
Prefeitura Municipal de Blumenau
- Silvia Esteves**
Instituto Credicard
- Simone André**
Instituto Ayrton Senna
- Simone de Assis**
Presidente da ONG Ação Jovem
- Socorrinha - Socorro Silva**
Coordenação da Juventude do Piauí
- Sonia Francine (Soninha)**
ESPN-Brasil/AOL/Folha de S.Paulo/Rádio Globo
- Sueli Chan**
Zulu Nation Brasil
- Sylvia Antonietta Gasparini**
Prefeitura de Diadema
- Talita Montiel D'O. Castro**
GYAN (Rede Global - Ação Juvenil)
- Tatiana Carlotti**
Instituto Cidadania
- Tiago Alves Ferreira**
Diretor de Cultura da UNE
- Tiago da Silva Santos**
CMP-SE / Mops - Movimento Popular de Saúde de Sergipe
- Ticiane Studart Albuquerque**
Coletivo Nacional de Juventude do PT e Secretaria de Formação Política
- Tita Dias**
Vereadora pelo PT(SP)
- Toni C. Pereira**
União da Juventude Socialista - UJS
- Vanessa Aparecida Barbosa Ramos**
Membro do Setorial de Juventude do PT/Campinas / Secretária CML
- Véra Gorczeski**
Assistente de Projetos do Instituto Cidadania
- Vivian Farias**
Juventude do PT
- Wadson Nathaniel Ribeiro**
União da Juventude Socialista
- Wagner de Melo Romão**
Assessor do Vereador pelo PT(SP) Nabil Bonduki
- Wagner Santana**
Criterium Pesquisa
- Walberto Fonseca Junior**
Juventude Nacional do PT
- Weber Lopes Góes**
Núcleo Cultural Força Ativa

Participaram da redação do documento de conclusão

Caio Magri

Instituto Ethos

Carlos Odas

Projeto Juventude

Cleusa Pavan

Escola Paulista de Medicina, Instituto Sedes Sapientiae

Cristina Vincentin

Professora Dra. da PUC-SP

Daniel Benevides

Jornalista, Projeto Juventude

Daniela Custódio

Geledés, Instituto da Mulher Negra

Danilo Moreira

Centro de Memória da Juventude, União da Juventude Socialista

Diogo Castro

MST

Fabiana Costa

2ª Vice-Presidente da UNE, União da Juventude Socialista

Fábio Deboni

Ministério do Meio Ambiente

Fernanda Papa

Fundação Friedrich Ebert/ILDES, Grupo de Articulação de Jovens Mulheres

Gabriel Medina

Assessor da Vereadora Tita Dias PT (SP)

Gabriela Junqueira Calazans

Programa estadual de DST/AIDS - CRT DST/AIDS

Helena Abramo

Consultora Especial do Projeto Juventude do Instituto Cidadania

Isabel Cristina de Moura Carvalho

Professora Dra. da pós-graduação em educação na ULBRA

Jaime Sautchuk

Assessor de imprensa do Ministério dos Esportes

Joice C. C. Camargo

Documentalista do Projeto Juventude

José Marcelo Zacchi

Consultor Viva Rio / Banco Mundial

Juarez Dayrell

Observatório de Juventude da UFMG

Lívia De Tommasi

Redes e Juventudes

Luciana Guimarães

Instituto Sou da Paz

Luciana Mandelli

Coletivo Nacional de Juventude do PT

Luciano Resende

Presidente das ANPG

Marcelo Gavião

presidente da UBES

Maria Adrião

Assistente de pesquisa e educadora da ECOS - Comunicação em Sexualidade

Maria Carla Corrochano

Ação Educativa

Maria Cristina Alves Pereira

Mestranda UFMG

Maria Virginia Freitas (Magi)

Ação Educativa

Marina da Silva Kahn

Antropóloga, Instituto Sócio-Ambiental (ISA)

Monica Alterthum

Editora do Site do Projeto Juventude

Paulo Carrano

Observatório de Juventude da UFF

Paulo Vannuchi

Coordenador Executivo do Instituto Cidadania

Pedro Paulo Martoni Branco

Diretor do Instituto Cidadania

Pedro Suarez

MST

Raquel Souza

Ação Educativa

Regina Novaes

Consultora Especial do Projeto Juventude do Instituto Cidadania

Simone Battestin

Coordenadora de Juventude da Contag

Soninha Francine

Apresentadora de TV e Comentarista Esportiva

Sylvia Cavasim

Pesquisadora e Diretora da ECOS - Comunicação em Sexualidade

Ticiane Studart

Coletivo Nacional de Juventude do PT

Wagner Romão

Cientista Social, Projeto Juventude, Assessor do Vereador Nabil Bonduki

Wesley Francisco

Coordenador do Núcleo GLBT da UNE

Projeto Juventude

Consultoria Especial

Helena Abramo

Regina Novaes

Acompanhamento pelo Instituto Cidadania

Paulo Vannuchi

Pedro Paulo Martoni Branco

Equipe de trabalho

Carlos Odas

Daniel Benevides

Joice C. C. Camargo

Luciana Mandelli

Mariângela Araújo

Mônica Alterthum

Wagner de Melo Romão



Conselho Diretor

José Alberto de Camargo

Presidente

Paulo Vannuchi

Coordenador Executivo

Pedro Paulo Martoni Branco

Diretor Admin. e Financeiro

Flávio Jorge Rodrigues da Silva

João Felício

Maria Victoria Benevides

Pascoal Bordignon

Conselho Fiscal

Clara Ant

José de Filippi Jr.

Paulo Okamoto

Equipe interna

Daniel Benevides

Mariângela Araújo

Paula Battistoni

Regina Brasileiro

Tatiana Carlotti

Véra Gorczeski

Endereço

Rua Pouso Alegre, 21

Ipiranga - São Paulo - SP

CEP 04261-030

Telefone (11) 6915-7022

icidania@icidania.org.br

www.icidania.org.br